

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU*
MESTRADO EM TURISMO**

ANDIARA DE SOUZA VALENTINI

**ESTUDO COMPARADO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL DOS COREDES
CAMPOS DE CIMA DA SERRA E FRONTEIRA OESTE, RIO GRANDE DO SUL
– BRASIL**

Caxias do Sul

2014

ANDIARA DE SOUZA VALENTINI

**ESTUDO COMPARADO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL DOS COREDES
CAMPOS DE CIMA DA SERRA E FRONTEIRA OESTE, RIO GRANDE DO SUL
– BRASIL**

Dissertação de Mestrado em Turismo para
obtenção do título de Mestre em Turismo
pela Universidade de Caxias do Sul. Área
de concentração: Turismo, Organizações e
Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Eurico de Oliveira Santos

Caxias do Sul

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

V161e Valentini, Andiara de Souza, 1982-
Estudo comparado do turismo no espaço rural entre os coredes
campos de cima da serra e fronteira oeste, Rio Grande do Sul - Brasil /
Andiara de Souza Valentini. – 2014.
130 f. : il. ; 30 cm

Apresenta bibliografia.
Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa
de Pós-Graduação em Turismo, 2014.
Orientador: Prof. Dr. Eurico de Oliveira Santos.

1. Turismo - Rio Grande do Sul. 2. Turismo rural. 3. Ecoturismo -
Serra, Região (RS). I. Título.

CDU 2.ed.: 338.48(816.5)

Índice para o catálogo sistemático:

1. Turismo - Rio Grande do Sul	338.48(816.5)
2. Turismo rural	338.48-44(1-22)
3. Ecoturismo - Serra, Região (RS)	338.484(816.5)

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Roberta da Silva Freitas – CRB 10/1730

**“Estudo comparado do turismo no espaço rural entre os COREDES
Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste, Rio Grande do Sul -
Brasil”**

Andiara de Souza Valentini

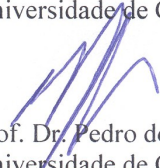
Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo – Mestrado, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional do Turismo.

Caxias do Sul, 31 de outubro de 2014.

Banca Examinadora:



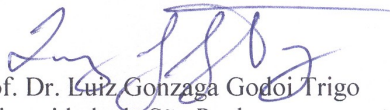
Prof. Dr. Eurico de Oliveira Santos (Orientador)
Universidade de Caxias do Sul



Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César
Universidade de Caxias do Sul



Prof. Dr. Silvio Luiz Gonçalves Vianna
Universidade de Caxias do Sul



Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godói Trigo
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Meu maior agradecimento é para meu pai Argileu Pacheco de Souza (*in memoriam*), que foi o meu maior incentivador dessa etapa em minha vida, sem o incentivo e apoio dele, com certeza eu não teria seguido adiante.

Agradeço a minha mãe Neura Souza, por ter estado sempre ao meu lado, minha melhor amiga, meu pilar de vida, sem o apoio dela eu não teria tido forças para seguir em frente.

A minha filha Antonella Valentini, que veio ao mundo durante o mestrado, e só trouxe alegria à minha vida. O meu agradecimento a ela, que com apenas 6 meses fez toda a pesquisa de campo junto comigo e se comportou muito bem!!

Ao meu orientador, Dr. Eurico de Oliveira Santos que me conduziu nessa jornada, estando sempre disposto, me auxiliando e me acompanhando nas pesquisas. Muito obrigada por toda a dedicação nesses quase três anos de estudo.

A todos os professores do programa pela convivência e troca de saberes. Em especial aos que pude conviver um pouco mais, Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt e Susana de Araújo Gastal, muito obrigada por tudo!!!

Aos meus colegas ao quais caminharam juntos comigo nessa jornada especial, obrigada!!!

“A natureza é sempre um bom exemplo. Observá-la minuciosamente facilita a compreensão da maioria das coisas.”

Meishu-Sama.

RESUMO

Com as grandes mudanças ocorridas no meio rural, fez-se necessário a inclusão das atividades não-agrícolas para o incremento da renda familiar rural. Como atividade paralela, o turismo no espaço rural vem auxiliando as famílias rurais a aumentar seus rendimentos e diversificar as suas atividades. Partindo dessa premissa, foi realizado um estudo comparado do turismo no espaço rural nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste, Rio Grande do Sul, Brasil. A pesquisa foi dividida em duas fases, sendo a primeira, de caráter exploratório, onde se realizou o levantamento do número das propriedades rurais ativas, que recebiam turistas. No segundo momento, todas as propriedades foram visitadas, para aplicação de um questionário, com perguntas abertas e fechadas. Foram coletados dados em 20 propriedades rurais, em dezembro de 2013 e janeiro de 2014. Coube a esse estudo identificar e comparar as potencialidades das propriedades rurais, para o desenvolvimento do turismo no espaço rural como alternativa econômica, diferenciar as propriedades rurais que praticam agroturismo das que praticam o turismo rural em ambas as regiões, e estabelecer o perfil da geração de emprego e renda nos setores primário e terciário. Entre os resultados apresentados, foi identificado que 95% dos proprietários iniciaram a atividade turística para aumentar os rendimentos familiares. O agroturismo é o mais praticado nas duas regiões, com 55% das propriedades. Os empregos gerados pelo turismo em sua maioria são empregos temporários.

Palavras-chave: Turismo no espaço rural. Agroturismo. Turismo rural. COREDE. Campos de Cima da Serra. Fronteira oeste. Estudo comparado.

ABSTRACT

With the major changes that have occurred in rural areas, it was necessary to develop new non-agricultural activities to increase rural household incomes. As a parallel activity, tourism in rural areas has been helping rural families in increasing their income and diversifying their activities. Starting from this premise, we conducted a comparative study of tourism in the rural regional development councils (COREDEs) of Campos de Cima da Serra and Fronteira Oeste, Rio Grande do Sul, Brazil. The survey was divided into two stages. The first was exploratory, assessing the number of active farms which received tourists. On the second stage, all these properties were visited for the application of a questionnaire with open and closed questions. Data were collected in 20 rural properties in December 2013 and January 2014. The aim of this study was to identify and compare the potential of rural properties to the development of tourism in rural space as a cost-effective alternative, differentiate the farms practising agritourism from those practicing rural tourism in both regions, and establish the profile of the generation of employment and income in primary and tertiary sectors. Among the findings, it was identified that 95% of the owners started the tourist activity to increase family incomes. Agritourism is the most practiced in both regions, with 55 of the properties. Tourism-generated jobs are mostly temporary jobs.

Keywords: Tourism in rural areas. Agritourism. Rural tourism. COREDE. Campos de Cima da Serra. Fronteira oeste. Comparative study.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rota de pesquisa de Campo, Fronteira Oeste	21
Figura 2 - Rota de Pesquisa de Campos, Campos de Cima da Serra	22
Figura 3 - Divisão dos COREDEs	26
Figura 4 - COREDE Campos de Cima da Serra	29
Figura 5 - COREDE Fronteira Oeste	31
Figura 6 - Javali	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pib per capita dos COREDEs	32
Gráfico 2 - População Total, urbana e rural de São José dos Ausentes	34
Gráfico 3 - População Total, Urbana e Rural de Bom Jesus	35
Gráfico 4 - População Total, Urbana e Rural de Vacaria	36
Gráfico 5 - População Total, Urbana e Rural de Santana do Livramento.....	37
Gráfico 6 - População Total, Urbana e Rural de São Borja.....	38
Gráfico 7 - População Total, Urbana e Rural de Uruguaiana	39
Gráfico 8 - População Total, Urbana e Rural de Quaraí.....	40
Gráfico 9 - Classificação da Atividade Turística Total	73
Gráfico 10 - Atividade CCS	74
Gráfico 11 - Atividade FO	75
Gráfico 12 - Área das fazendas CCS e FO total.....	81
Gráfico 13 - Gênero dos proprietários - total	83
Gráfico 14 - Gênero dos proprietários CCS	84
Gráfico 15 - Gênero dos proprietários FO	84
Gráfico 16 - Ano de início das atividades turísticas (total).....	89
Gráfico 17 - Ano de início das atividades turísticas FO	89
Gráfico 18 - Ano de início das atividades turísticas FO	90
Gráfico 19 - Motivo de entrada no turismo	91

Gráfico 20 - Resultados obtidos pelo turismo.....	97
Gráfico 21 - Percentual por tipo de emprego gerado	99
Gráfico 22 - Quantidade de empregos fixos e temporários	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Localização das propriedades.....	77
Tabela 2 - Distância em Km das propriedades em relação a Capital Porto Alegre ...	78
Tabela 3 - Origem dos hóspedes	79
Tabela 4 - Área das propriedades CCS em hectares (ha)	80
Tabela 5 - Área das propriedades FO em hectares (ha)	80
Tabela 6 - Escolaridade dos proprietários rurais	86
Tabela 7 - Estado de residência dos filhos.....	87
Tabela 8 - Pecuária nas propriedades	88
Tabela 9 - Capacidade hoteleira	92
Tabela 10 - Equipamentos de lazer.....	94
Tabela 11 - Motivos para permanecer na atividade turística.....	94
Tabela 12 - Dificuldades para permanecer no turismo.....	95
Tabela 13 - Período de permanência dos hóspedes.....	96
Tabela 14 - Retorno dos hóspedes	96
Tabela 15 - Nº de vagas de empregos fixos e temporários na FO.....	98
Tabela 16 - Nº de vagas de empregos fixos e temporários nos CCS	98
Tabela 17 - Salário Médio-Salários Mínimos/Reais/Dólares – FO	100
Tabela 18 - Salário Médio-Salários Mínimos/Reais/Dólares – CCS.....	100
Tabela 19 - Salário Médio-Salários Mínimos/Reais/Dólares – Total	101

LISTA DE ABREVIATURAS

CCS –	Campos de Cima da Serra
COREDE –	Conselho Regional de Desenvolvimento
FO –	Fronteira Oeste
Ha –	Hectares
IDH –	Índice de Desenvolvimento Humano
TER –	Turismo no Espaço Rural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PROBLEMA E OBJETIVOS	16
3	METODOLOGIA	18
4	CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO (COREDES)	24
4.1	COREDE CAMPOS DE CIMA DA SERRA.....	27
4.2	COREDE FRONTEIRA OESTE.....	29
4.3	COREDE X COREDE.....	32
4.3.1	Perfil dos Municípios dos COREDEs Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste	34
5	REFERÊNCIAL TEÓRICO	41
5.1	INTRODUÇÃO.....	41
5.2	PLURIATIVIDADE	41
5.3	ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS.....	47
5.4	DESENVOLVIMENTO RURAL.....	52
5.5	TURISMO NO ESPAÇO RURAL.....	56
5.6	AGROTURISMO.....	61
5.7	TURISMO RURAL	65
6	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS – ESTUDO COMPARADO, COREDE CAMPOS DE CIMA DA SERRA X COREDE FRONTEIRA OESTE	73
6.1	CLASSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA	73
6.2	LOCALIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES.....	76
6.3	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES E DOS PROPRIETÁRIOS	80
6.4	INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE PRIMÁRIA	87
6.5	POTENCIAL TURÍSTICO DAS PROPRIEDADES	88

6.6	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.....	97
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS	106
	APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O PROPRIETÁRIO RURAL	113
	APÊNDICE B – FOTOS	130

1 INTRODUÇÃO

O setor primário enfrentou e ainda enfrenta, em alguns casos, crises na produção, na remuneração agrícola e na pecuária. Observa-se que algumas mudanças que ocorreram no meio rural, principalmente com a chegada de novas tecnologias, que vieram para auxiliarem os produtores rurais facilitando o plantio a colheita e também a criação de animais. Porém todas essas “facilidades” trouxeram consigo muitos problemas, como principal deles, a redução do tempo gasto para a realização dessas atividades. Com tempo ocioso, os rendimentos foram reduzidos, o êxodo rural intensificado e a busca por novas alternativas para o aumento da renda familiar se fizeram necessárias.

Na busca por novos rendimentos, surgem no meio rural as atividades não-agrícolas, que vêm no auxílio dos produtores em distintas formas. Muitas atividades foram direcionadas para o aproveitamento do que era produzido nesses locais, como: compotas, artesanatos, doces etc. Surge também o trabalho fora da propriedade rural, onde em um período (*part-time*) o produtor fica inserido na sua propriedade, e depois vai realizar outra atividade fora da sua propriedade, esse trabalho fica normalmente em sublocações como, pedreiro, eletricista, vendedor etc.

Outra atividade não-agrícola que começa a ser explorada pelas famílias rurais é o turismo no espaço rural. Esse não pode ser explorado como a salvação dessas propriedades e sim como um agregador de renda. O Turismo no espaço rural trás benefícios para as famílias que possuem vocação para essa atividade, pois existe uma troca de experiências, entre o homem que vive no campo, com sua cultura diferenciada daqueles que vivem na correria das grandes cidades. Essa troca é muito valiosa principalmente para as famílias rurais, pois faz com que eles possam conviver com outras pessoas e realizarem novas atividades, não apenas as agrícolas.

Muitas pessoas que vivem nos grandes centros estão em busca de uma vida mais tranquila, nem que seja para conviver com essa tranquilidade por algum tempo, isso faz com que esses procurem formas e locais de turismo diferenciado. Referente a essa busca:

É com base no imaginário rural e sobre o rural que se constroem as novas vocações destes espaços, a sua nova vida. Uma vida agora quase sempre vivida por interpostos atores. Uma outra vida desenhada como experiência para os outros, os que não são de lá e lá não querem viver, mas apenas estão de passagem. (FIGUEIREDO, 2011, p.21)

Com o crescimento acelerado e desordenado dos centros urbanos, o conceito de rural mudou, pois este espaço “está se desenvolvendo e consolidando cada vez mais o interesse dos cidadãos pelo contato com um espaço que outrora era visto como lugar de atraso, e que, agora passa a ser desejado” (ELESBÃO, 2010, p. 152). E não menos importante, o turismo no espaço rural pode contribuir também para a preservação do patrimônio natural e cultural das regiões, assegurando a continuidade da atividade turística no meio, assim como uma alternativa para alavancar regiões estagnadas.

O turismo no espaço rural, além de ser mais uma fonte de renda para as famílias rurais, este pode também auxiliar no desenvolvimento das comunidades envolvidas com a prática.

Com base na inserção desta atividade no meio rural, seja na forma de turismo rural como de agroturismo, foi realizado um estudo comparado de duas regiões do Estado do Rio Grande do Sul, onde a prática do turismo começou a ser explorada no meio rural, procurando identificar as particularidades de cada região e tentando evidenciar diferentes percepções dos proprietários rurais em relação a atividade. As regiões desse estudo foram delimitadas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste.

Esta dissertação está dividida em seis partes, além da introdução. No primeiro capítulo será apresentado o problema de pesquisa, assim como o objetivo geral e os objetivos específicos do estudo. No segundo capítulo será demonstrada a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, no quarto capítulo será introduzido brevemente os Conselhos Regionais de Desenvolvimento. A seguir, será apresentado o referencial teórico que foi tido como base para o desenvolvimento deste projeto, seguidos do capítulo seis que apresentará os resultados obtidos na pesquisa comparando as regiões delimitadas. E por fim, as considerações finais, e as possibilidades de engajamentos para futuros estudos, bem como as referências bibliográficas e apêndices.

2 PROBLEMA E OBJETIVOS

Muitas mudanças ocorreram ao longo das últimas décadas no mundo todo, isso é visível a partir das novas tecnologias que foram inseridas em todos os segmentos e também no cotidiano das pessoas. Atualmente não podemos imaginar nossas vidas sem o uso das tecnologias que vieram a auxiliar o dia-a-dia e também agilizar processos. Essas mudanças ocorreram nos grandes centros e não diferentemente chegaram até os espaços rurais, onde agricultores e pecuaristas passaram a usufruir dessas tecnologias, sendo em grande ou pequena escala, e isso fez com que o tempo destinado às atividades primárias fosse reduzido, abrindo uma lacuna no cotidiano das famílias rurais, que se viram com tempo “sobrando” e com necessidade de aumento da renda familiar.

Advindo dessa premissa, surgiram nos espaços rurais as atividades não-agrícolas, entre elas: o turismo, que emergiu como um agregador de renda familiar.

A hipótese deste estudo é que o turismo no espaço rural dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste foi inserido nas propriedades rurais como alternativa de aumento da renda familiar.

E para saber como o turismo no espaço rural foi inserido e desenvolvido nas propriedades rurais dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste, surge o problema de pesquisa que é:

Como ocorreu o desenvolvimento do turismo no espaço rural nas propriedades rurais dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste, do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como alternativa econômica?

A partir desse axioma, vim a refletir e delimitar o objetivo geral desse trabalho que foi: identificar e comparar as potencialidades das propriedades rurais dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, para o desenvolvimento do turismo no espaço rural como alternativa econômica.

Foi com base em todo o referencial descrito a seguir que estipulei os objetivos específicos do estudo, que são:

- Diferenciar as propriedades rurais que praticam turismo rural, daquelas que praticam agroturismo nos COREDEs Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil;

- Estabelecer o perfil da geração de empregos fixos, temporários e renda nos setores primário e terciário nos COREDEs Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

No próximo capítulo será apresentada a metodologia utilizada para a realização desse trabalho, e em seguida as referências bibliográficas utilizadas como aporte reflexivo ao longo de todo esse estudo.

3 METODOLOGIA

O turismo no espaço rural será abordado nesse estudo, a partir de dois aspectos: o das ciências agropecuárias e dos estudos turísticos. Thiollent refere que:

As pesquisas voltadas para a agricultura abrangem problemas de agronomia, biologia, pecuária, tecnologia, economia, sociologia, comunicação, difusão de tecnologia, extensão rural, etc. A pesquisa sobre desenvolvimento rural é pluridisciplinar e possui uma finalidade de conhecimento da situação dos produtos e de elaboração de propostas de planejamento nos planos local, regional ou nacional. (THIOLLENT, 2003, p.87)

Tendo em vista que nesta pesquisa foi analisada somente a óptica do proprietário rural, ficando para segundo plano a do turista, ressalta-se que ambos agentes são importantes para o estudo do fenômeno. Entretanto, muitas pesquisas analisam a óptica do turista, deixando de lado a do proprietário, por este fator, foi considerado importante produzir um estudo comparado na visão dos proprietários rurais.

Primeiramente esse estudo seria realizado comparativamente entre a Região dos Campos de Cima da Serra e Hortênsias. Após fazer um breve levantamento de propriedades, foi identificado um número muito pequeno de propriedades rurais na região das Hortênsias. A partir disso, tive que buscar outras regiões para poder fazer o meu estudo. Acabei decidindo pesquisar os Campos de Cima da Serra, por ser uma região próxima à cidade em que resido (Caxias do Sul) e por fazer parte do desenvolvimento de uma região em que primeiramente vivia apenas e restritivamente da agropecuária. Já a Fronteira Oeste veio a somar minha pesquisa por se tratar de uma região mais distante, que possuía propriedades rurais recebendo turistas a mais tempo e por possuir características diferenciadas das de Campos de Cima da Serra. Quanto aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), utilizamos essa divisão para delimitar os objetos de estudo e por se tratarem de conselhos que possuem como objetivo central o desenvolvimento das regiões em destaque.

Levando em consideração o objetivo deste trabalho, foi feito um estudo comparado, onde foi realizado um censo em todas as propriedades rurais que se encontravam ativas, no período de dezembro de 2013 e fevereiro de 2014, que

praticavam turismo no espaço rural dos COREDES Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste, do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

No estudo comparado, pode-se descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, bem como há possibilidade de construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, esclarecendo as determinações generalizadas que regem os fenômenos sociais. (SCHNEIDER E SCHIMITT, 1998, p.49)

A pesquisa foi realizada em dois momentos. No primeiro, de caráter exploratório, para investigar as propriedades existentes nos COREDES Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste que se enquadravam nesse estudo. Köche (2011, p.126) destaca que “o objetivo fundamental de uma pesquisa exploratória é o de descrever ou caracterizar a natureza das variáveis que se quer conhecer”. Dencker (2011, p.124) acrescenta que “a pesquisa exploratória procura aprimorar ideias ou descobrir intuições. Caracteriza-se por possuir planejamento flexível envolvendo em geral levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares”.

No segundo momento foram visitados todos os estabelecimentos abaixo citados, e que se encontravam ativos em dezembro de 2013 no COREDE Fronteira Oeste e em fevereiro de 2014 no COREDE Campos de Cima da Serra, onde foi realizada uma entrevista com os proprietários rurais.

Para a realização da entrevista, foi marcado um local, com data e horário previamente combinado e agendado com os proprietários rurais. A entrevista foi registrada por escrito no momento de sua realização, tendo em média duração de duas horas.

Para a elaboração das listas abaixo, contendo a relação das propriedades rurais existentes nos COREDES Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste, que desenvolvem a atividade turística no espaço rural, foram reunidos dados a partir dos *web sites* da Secretaria Estadual de Turismo e das Prefeituras de cada município pertencente aos COREDES e posteriormente foi realizado contato telefônico com as propriedades para saber quais, atualmente estavam praticando o turismo no espaço rural.

Quadro 1 - Lista das propriedades do COREDE Campos de Cima da Serra

Propriedades	Localização
Pousada Fazenda dos Ausentes	São José dos Ausentes
Sítio Vale das Trutas	São José dos Ausentes
Pousada Flor de Açucena	São José dos Ausentes
Pousada Cachoeirão dos Rodrigues	São José dos Ausentes
Pousada Fazenda Potreirinhos	São José dos Ausentes
Pousada Fazenda Monte Negro	São José dos Ausentes
Pousada Fazenda Aparados da Serra	São José dos Ausentes
Pousada Fazenda Morro da Cruzinha	São José dos Ausentes
Fazenda Rancho Costa Brava	Bom Jesus
Fruti Neves Cabanas truta Rodrivaris	Bom Jesus
Fazenda Rincão da Cascata	Bom Jesus
Pousada Fazenda Santa Cruz	Bom Jesus
Pousada Capão do Índio	Vacaria
Parque das Cachoeiras Vera Tormenta	Vacaria

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2 - Lista das propriedades do COREDE Fronteira Oeste

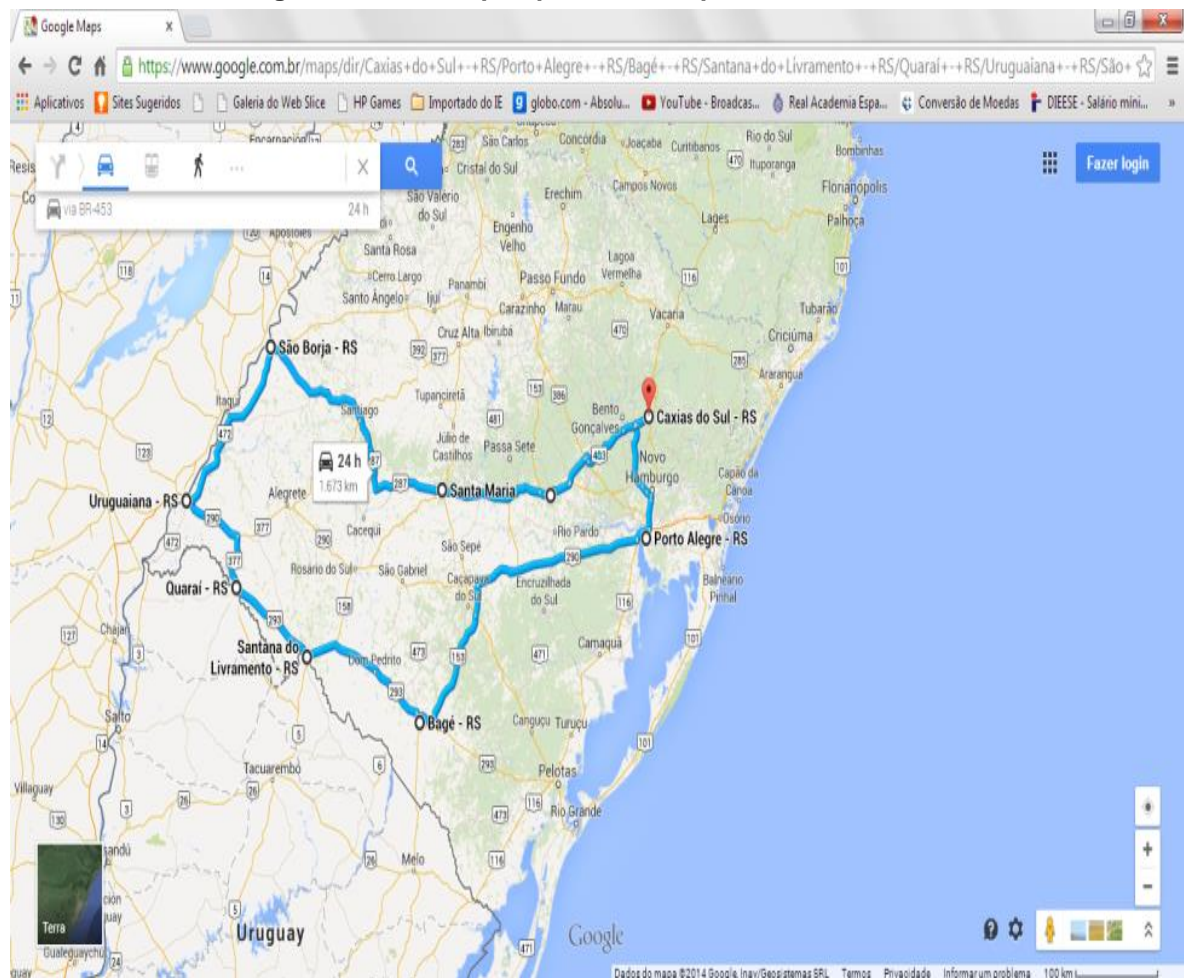
Propriedades	Localização
Fazenda Palomas	Santana do Livramento
Estância Cerros Verdes	Santana do Livramento
Estância da Glória	Santana do Livramento
Sítio Preserva	São Borja
Sítio Espaço Alternativo	Uruguiana
Santa Rita do Jarau	Quaraí

Fonte: Elaboração própria

A pesquisa de campo foi realizada na Fronteira Oeste juntamente com meu orientador Dr. Eurico de Oliveira Santos. Parti de carro de Caxias do Sul no dia 10/12/2013 para Porto Alegre onde me encontrei com meu orientador e prosseguimos nossa viagem rumo a primeira parada em Santana do Livramento, para isso fizemos em torno de 600Km, nesse dia visitamos uma propriedade, após a entrevista com o proprietário dessa fazenda, fomos para a próxima propriedade onde pernoitamos. No dia seguinte, entrevistei a proprietária da fazenda e seguimos para visitarmos outra propriedade, ainda em Santana do Livramento. Após saímos rumo a Quaraí, fizemos em torno de 100Km onde visitamos mais uma propriedade, depois fomos a Uruguiana em torno de 130Km, onde visitamos mais uma

propriedade e pernoitamos. No próximo dia saímos com destino a São Borja, mais 180Km, visitamos uma propriedade e voltamos aos nossos destinos, no meu caso Caxias do Sul mais 600Km. E assim foi encerrada a pesquisa de Campo na Fronteira Oeste. Abaixo, segue o mapa com a rota para identificar as regiões visitadas, totalizando 1.673Km, sem contar a quilometragem até as propriedades rurais.

Figura 1 - Rota de pesquisa de Campo, Fronteira Oeste

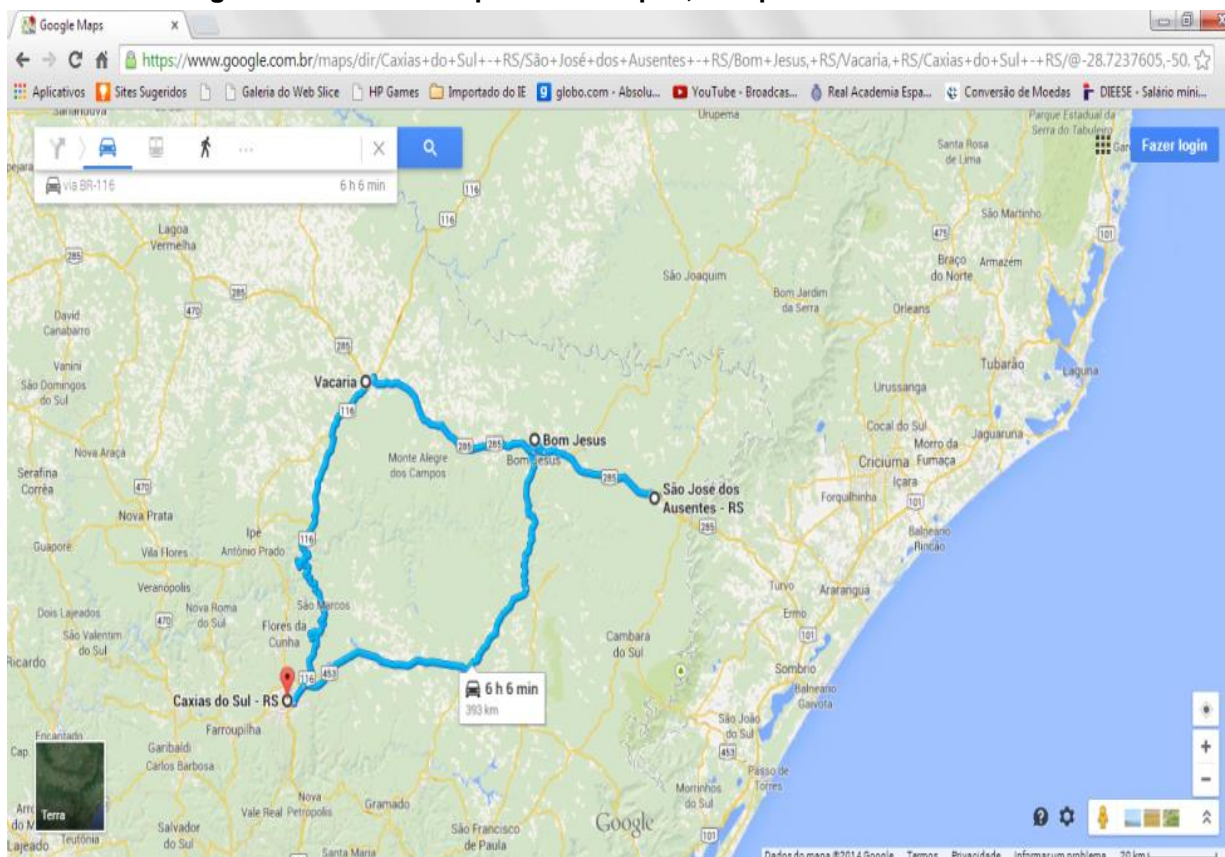


Fonte: Google Maps (2014)

A segunda parte da pesquisa de Campo foi à região Campos de Cima da Serra, dessa vez não estive acompanhada pelo meu orientador, parti de carro de Caxias do Sul rumo a São José dos Ausentes no dia 11/02/2014, fiz em torno de 170Km, nesse dia visitei uma propriedades e pernoitei. Nos dias que seguiram, fiquei por sete dias em São José dos Ausentes, para poder visitar as sete propriedades restantes, pernoitei novamente. Ao final dessa etapa, parti para Bom

Jesus, 43Km lá fiquei por dois dias para visitar as três propriedades existentes. Após, segui com destino à Vacaria 65Km, onde pernoitei e no dia seguinte visitei uma propriedade juntamente com a minha professora Dra. Suzana Maria De Conto. No dia seguinte visitei a última propriedade da região. A pesquisa nessa região totalizou 393Km, sem contar as distâncias até as propriedades rurais. Abaixo segue mapa com a rota feita na região de Campos de Cima da Serra. Se contarmos toda a quilometragem feita até as propriedades rurais, a pesquisa de campo foi feita no total em torno de 3.000Km de viagem. A seguir podemos verificar o mapa com a rota realizada nos Campos de Cima da Serra.

Figura 2 - Rota de Pesquisa de Campos, Campos de Cima da Serra



Fonte: Google Maps (2014)

As entrevistas foram realizadas com perguntas abertas e fechadas elaboradas especialmente para este estudo, a partir de inquietações em torno das atividades desenvolvidas nessas propriedades e que pudessem nos nortear aos objetivos desse estudo. Foram investigados os seguintes tópicos:

- Classificação da atividade turística;

- Localização das propriedades;
- Dados de identificação das propriedades e dos proprietários;
- Informações sobre a atividade primária;
- Potencial turístico das propriedades;
- Geração de emprego e renda;
- Motivação e permanência na atividade turística, e;
- Perfil e motivação dos turistas que frequentam a propriedade.

As respostas das questões fechadas foram tabuladas e analisadas a partir das categorias de respostas apresentadas nas entrevistas, analisando-se de forma descritiva conforme a frequência de respostas apresentadas a cada categoria. As abertas foram analisadas através de análise de conteúdo. Tal análise ocorreu da seguinte maneira:

- a) Leitura das respostas;
- b) Identificação de temas;
- c) Demarcação de unidades de sentido e,
- d) Geração de categorias.

4 CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO (COREDEs)

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) são um fórum de discussão, decisão e integração de políticas, ações e lideranças.

Foram criados oficialmente no ano de 1991, legalmente instituídos pela lei 10.283 de 17 de Outubro de 1994, e regulamentados através do Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994.

Explícito no artigo 2º da lei consta que:

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente. (Rio Grande do Sul, 1994).

Cada COREDE possui foro jurídico na comarca em que reside o seu presidente e sede política em todos os municípios que o integram. O funcionamento ocorre através de discussão e deliberação em reuniões plenárias, realizadas em caráter ordinário ou extraordinário, sobre temas de interesse geral.

É de competência dos COREDEs exercer papel de alta relevância, tanto para as regiões que o representam, da mesma forma para o Estado como um todo, e para o Governo Estadual independentemente de sua composição político-partidária, no desempenho das seguintes atividades:

- produção e discussão de diagnósticos regionais, visando à elaboração dos planos estratégicos de desenvolvimento regional e estadual e suas respectivas alterações e atualizações, em colaboração com os órgãos estaduais, especialmente os das áreas de planejamento e das relações institucionais, com as instituições de ensino superior e outras entidades públicas e privadas;
- ajudar na identificação das principais necessidades de atendimento no que se refere aos serviços de responsabilidade do Estado;
- fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pelos órgãos estaduais;
- colaborar na busca de fontes alternativas de recursos para o financiamento de investimentos públicos;

- apoiar, junto ao Governo Federal, as reivindicações de interesse regional encaminhadas pelo Governo do Estado;
- mobilizar a comunidade regional em torno de campanhas de interesse público desencadeadas pelos Governos.

Em março de 1992, os então 18 COREDEs criaram o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (COREDEs-RS), que existiu informalmente até o dia 20 de agosto de 1998, quando foi institucionalizado, assumindo caráter de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, regendo-se por seu Estatuto.

De acordo com o art. 1º do Estatuto:

[...]o COREDEs-RS, órgão máximo de representação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, tem por fim associar e integrar estes Conselhos, podendo, resguardar sua autonomia, representá-los judicial e extrajudicialmente, bem como formular diretrizes estratégicas para sua atuação, no sentido de promover o desenvolvimento e a redução dos desequilíbrios inter e intra-regionais e das desigualdades sociais.

A divisão regional, era inicialmente composta por 21 regiões, foi alterada em 1998 com a criação do 22º COREDE – Metropolitano Delta do Jacuí, em 2003 com a criação dos COREDEs Alto da Serra do Botucaraí e Jacuí Centro. Em 2006 foram criados as regiões Campos de Cima da Serra e Rio da Várzea. Em 10 de janeiro de 2008, através do Decreto 45.436, são criadas as regiões do Vale do Jaguari e Celeiro e o Estado passa a contar com 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

A partir do que foram estabelecidos na Lei, os COREDEs têm as seguintes atribuições:

- promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento integrado da região;
- elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional;
- manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, através da valorização da ação política;

4.1 COREDE CAMPOS DE CIMA DA SERRA

No Final do século XVI, índios, jesuítas e espanhóis, foram os colonizadores dessa região, quando precisaram trazer uma vasta quantidade de gado, para escondê-los dos saques dos portugueses, que estavam acontecendo em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Foi então que descobriram um local adequado em 1692, uma região em que chamaram de *Vaqueria de losPiñares*, hoje conhecida por Campos de Cima da Serra.

O COREDE Campos de Cima da Serra é composto por 10 municípios (André da Rocha, Bom Jesus, Campestre da Serra, Esmeralda, Ipê, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São José dos Ausentes e Vacaria), abrange uma área territorial de 10.404,0 Km², possui população total de 98.361 habitantes e sua densidade demográfica é de 9,5 hab/Km². O PIB per capita (2011) foi de R\$ 21.880,00 de acordo com os dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE, 2011).

É uma região que possui as mais baixas temperaturas do país, devido ao seu relevo que se caracteriza por campos de altitude, atingindo 1.403m no seu ápice.

Cabe destaque o sistema produtivo da região, que atingiu os melhores índices de produtividade do Estado, principalmente em relação à soja, que é a principal economia de grãos da região. Algumas deficiências em relação ao cultivo dos grãos são a falta de silos de armazenagem, que comportem toda a produção, e também o baixo grau de transformação dos grãos colhidos, pois a soja na região é comercializada apenas *in natura*, sem valor agregado.

A fruticultura regional, também merece destaque, sendo o cultivo da maçã o responsável pela maior parte da economia dessa região, que está entre os maiores produtores dessa fruta no Brasil. No entanto, esse mercado pertence a poucos produtores com grandes áreas territoriais, o que acaba dificultando a distribuição de renda no setor.

A produção de pequenas frutas como a amora, a framboesa, o mirtilo e o morango também possuem certa contribuição na economia da região, os produtores dessas categorias estão recebendo incentivos públicos pois, a maioria das plantações são de pequenos produtores e fomenta a economia familiar, elevando a distribuição de renda na região.

A região dos Campos de Cima da Serra, no que se refere à indústria, vem ocorrendo um desenvolvimento do setor, destacam-se as indústrias de refrigeração, metalúrgicas, plásticos, automação e químicos. Entretanto, a região não possui muitas indústrias que agreguem valor com produtos da sua principal economia que é a atividade primária.

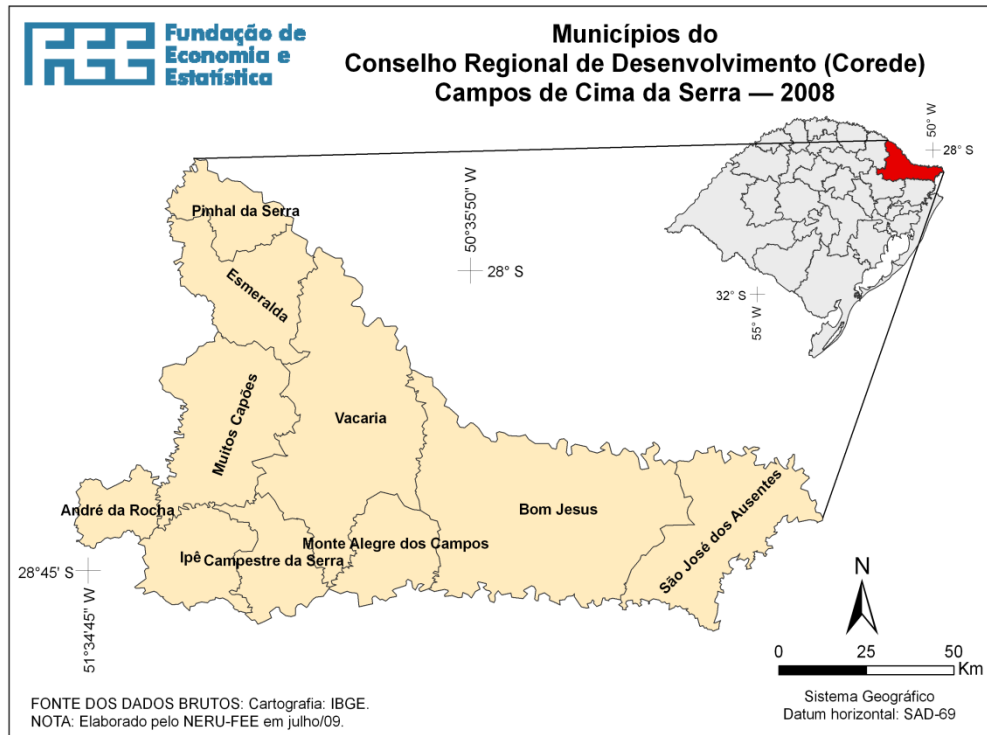
Existem na região duas importantes bacias hidrográficas, a dos rios Apuaê e Inhandava e as dos rios Taquari e Anta. Em grande parte os recursos hídricos dessas nascentes estão represados nos reservatórios de usinas hidroelétricas localizadas no rio Pelotas e no rio das Antas.

É uma região que possui características relacionadas aos campos de altitude, com média superior a 1.000 metros, decorrente disto, a região possui um ecossistema raro, o que faz com que ambientalistas e agentes do agronegócio estejam em conflitos permanentes.

O clima é o subtropical, ou temperado, a região é caracterizada por ser muito fria nos meses de junho a setembro (inverno no hemisfério sul), as temperaturas chegam a -7°C e no verão essas podem chegar a 34°C . Na média as temperaturas ficam ente 14 e 23°C .

A região é caracterizada por vastos campos, alguns com pinheiros de araucárias, nascentes e cachoeiras. Merece destaque maior os *cânions* dos Aparados da Serra.

Figura 4 - COREDE Campos de Cima da Serra



Fonte: FEE (2008).

O COREDE Campos de Cima da Serra elenca como seus valores regionais o cultivo a cultura, a tradição da seriedade, e a hospitalidade. Sua missão é promover o desenvolvimento regional por meio de ações estrategicamente planejadas e sustentáveis, considerando as diversidades ambientais, econômicas, sociais e culturais da região. A sua visão compreende que a região Campos de Cima da Serra será reconhecida como referência nacional de turismo, cultura, e meio ambiente, bem como se consolidará no agronegócio por meio da inovação tecnológica, permanecendo entre o grupo de regiões que possuem os melhores índices de desenvolvimento econômico e social da América Latina.

4.2 COREDE FRONTEIRA OESTE

Com abrangência de 13 municípios (Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana), o COREDE Fronteira Oeste possui uma área territorial de 46.231,0 Km², sua população total em 2012 era

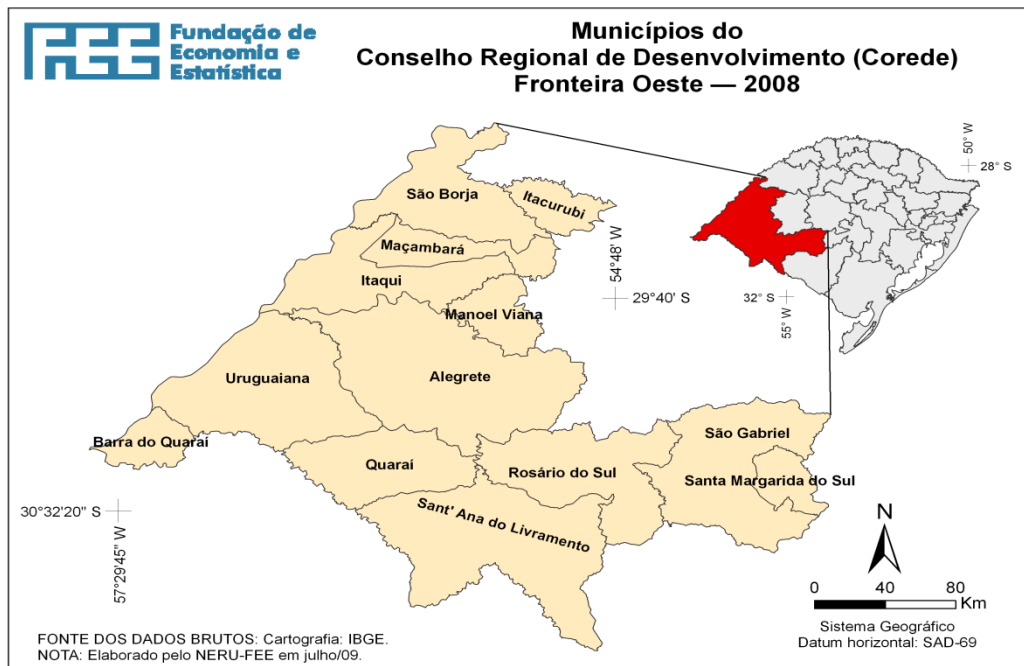
de 528.816 habitantes e sua densidade demográfica é de 11,5 hab/km². O PIB per capita (2011) chegou a R\$ 17.960,00 (FEE, 2014).

A região Fronteira Oeste é hoje uma das mais empobrecidas do Estado, a maioria dos municípios da região possui o Índice de desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) abaixo do índice do Estado, da mesma forma que a maioria desses municípios possui renda per capita inferior ao índice geral do Estado. Essa, portanto, não é a realidade dos três municípios em que as propriedades rurais ativas desse estudo se encontravam. Os municípios de Santana do Livramento, São Borja, Uruguaiana e Quaraí possuem a faixa de IDHM considerado alto, entre 0,7 e 0,799. (Atlas Brasil, 2014).

Analisando a região, verifica-se um fato marcante: a desindustrialização. O setor secundário antes, responsável por quase um quarto do PIB regional em 1990, caiu em 2002 para aproximadamente 16%. Merece destaque a participação agrícola, que cresceu de 25% para 35% do total, superando as taxas de crescimento estaduais do setor. Cabe destacar que o setor de serviços manteve-se na mesma proporção, em torno de 40% do PIB regional, entre 1990 e 2002.

Quanto à pecuária, a região contém mais de um terço dos rebanhos de bovinos estaduais e metade dos ovinos. São mais de 5 milhões de cabeças de gado e 2 milhões de ovelhas. Recentemente, houve um aumento do processamento desse tipo de carne, fazendo com que 32% dessa atividade no Estado fosse realizada nessa região.

Figura 5 - COREDE Fronteira Oeste



Fonte: FEE (2008).

A Fronteira Oeste é uma região subtropical, com clima temperado. Os verões são quentes e secos e os invernos frios com chuvas bem distribuídas e estações bem definidas, a cidade de Uruguaiana apresenta a maior amplitude térmica do país.

Referente à paisagem da região, podemos destacar a sua hidrografia, que compreende a bacia do Rio Uruguai, que apenas em parte é brasileira. Sua vegetação é característica da região do Pampa, com estepes e savanas entrecortados por matas de galeria e banhado. Algumas espécies de importantes vegetais se destacam, como o butiá-yataí, o espinilho, o inhanduvai e o capim santa-fé. Seu relevo é caracterizado pelas coxilhas.

Quanto à fauna, a ema, o veado campeiro, a coruja-do-campo, o furão, além de outros animais tradicionais, como a perdiz eo perdigão, para os quais há controle da caça e eventualmente essa é permitida, merecem devido destaque. Situação esta em que os proprietários rurais foram questionados e que será melhor detalhada nos resultados deste estudo. Algumas áreas naturais de grande valor paisagístico e ecológico se destacam, como o Cerro do Jarau, a Serra do Caverá, a Restinga do Ibirapuitã e o Butiazal do Coatepe.

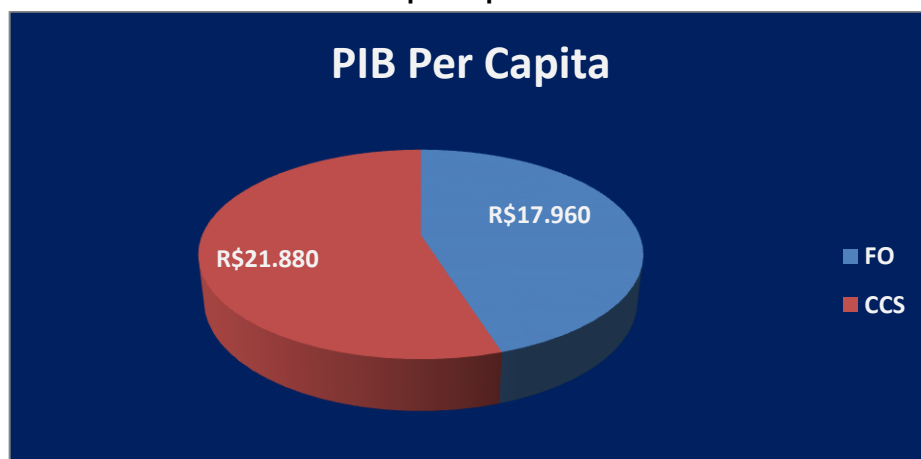
Por fim, o COREDE Fronteira Oeste elenca algumas vocações, tais como: o agronegócio, a logística, o turismo e os cuidados com a vida. Cabe ainda destacar que em assembleia realizada em novembro de 2009, foi definida a visão de futuro desse COREDE: Ser reconhecida, até 2020, como uma região de vanguarda no Estado do Rio Grande do Sul pela sua excelência no desenvolvimento sustentável com foco na economia, infraestrutura, aspectos sociais e institucionais.

4.3 COREDE X COREDE

Podemos observar que cada COREDE possui suas particularidades por se tratarem de regiões distintas do Estado do Rio Grande do Sul, cada um planeja suas metas a partir dos resultados decorridos de avaliações e prioridades de cada comunidade.

O COREDE Campos de Cima da Serra (CCS), apesar de possuir uma área territorial menor do que o COREDE Fronteira Oeste (FO), são 10.404,0 Km² contra 46.231,0 Km², distribuídos em 10 municípios no CCS e 13 municípios na FO, o COREDE CCS possuiu um PIB per capita mais alto do que a FO, que podemos observar no gráfico 1.

Gráfico 1 - Pib per capita dos COREDEs



Fonte: FEE (2011)

Essa situação é decorrente de que, a FO é uma região empobrecida, possui IDH abaixo do que a maioria do Estado. É uma região em que houve um forte processo de desindustrialização, que acabou abalando a economia, e a geração de

empregos. Observa-se que a FO, é uma região em que sua economia é pautada principalmente na pecuária, na criação de gado e de ovelhas, houve ainda, uma agregação de renda com o processamento dessas carnes.

Apesar de CCS ser uma região com menos área territorial e com menos habitantes (CCS 98.361 hab. contra FO 528.816 hab.), é uma região em que a economia está baseada na produção de grão e também na plantação de maçã. Deve-se, destacar que além da produção primária, a região está com forte crescimento industrial, na área da metalúrgica, plásticos e automação, áreas que acabam gerando novos empregos. O que deve ser explícito é que devido as grandes plantações, a região recebe na época das colheitas, principalmente da maçã, muitas pessoas advindas de outras localidades, e isso acaba gerando problemas sociais para as cidades.

Cada COREDE possui um planejamento estratégico¹ onde elencam suas principais metas para o desenvolvimento de suas regiões, o COREDE CCS quer ser uma região reconhecida como referência nacional de turismo, cultura, e meio ambiente, e a consolidação do agronegócio por meio da inovação tecnológica, permanecendo entre o grupo de regiões que possuem os melhores índices de desenvolvimento econômico e social da América Latina, e o COREDE FO quer ser reconhecido até 2020, como uma região de vanguarda no Estado do Rio Grande do Sul pela sua excelência no desenvolvimento sustentável com foco na economia, infraestrutura, aspectos sociais e institucionais.

Essas são a visão de futuro de cada COREDE, porém o que se percebe é que nem sempre isso chega às comunidades envolvidas, muitos proprietários entrevistados nesse estudo, nunca participaram de reuniões dos COREDEs e os poucos que participaram, falaram que são poucos os projetos que o Governo Estadual e apoia e que sai do papel. Isso é uma realidade não apenas regional, mas o intuito desses Conselhos é conseguir, a longo prazo, envolver as comunidades e também o Governo a realizarem ações para promover o bem-estar social e o desenvolvimento de suas regiões.

¹ Ver plano estratégico completo no *site*: www2.al.rs.gov.br

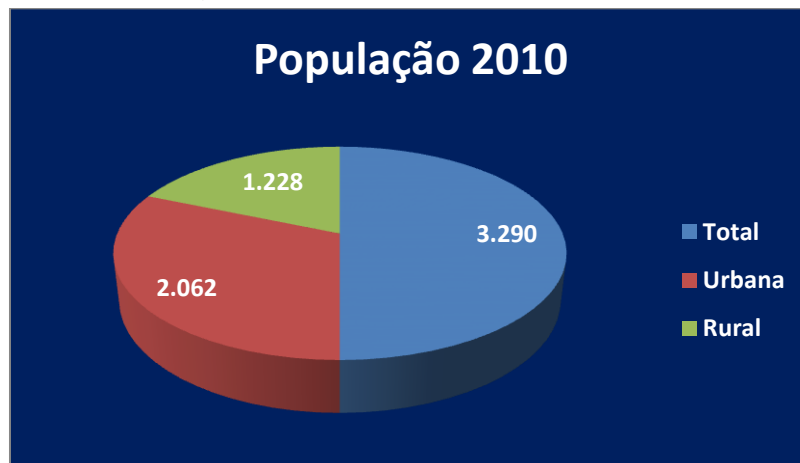
4.3.1 Perfil dos Municípios dos COREDEs Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste

Para melhor compreensão e visualização da situação em que se encontram cada região estudada, faremos um breve aporte relacionado a cada município em que foi identificado as propriedades rurais ativas que recebem turistas no espaço rural dos COREDEs CCS e FO.

Municípios integrantes do COREDE CCS:

- **São José dos Ausentes:** O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,663, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,261), seguida por Renda e por Longevidade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 8,23% nas últimas duas décadas. São José dos Ausentes ocupava a 2828ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2827 (50,80%) municípios estão em situação melhor e 2.738 (49,20%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 496 outros municípios do Rio Grande do Sul, São José dos Ausentes ocupa a 424ª posição, sendo que 423 (85,28%) municípios estão em situação melhor e 73 (14,72%) municípios estão em situação pior ou igual. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 73,77%.

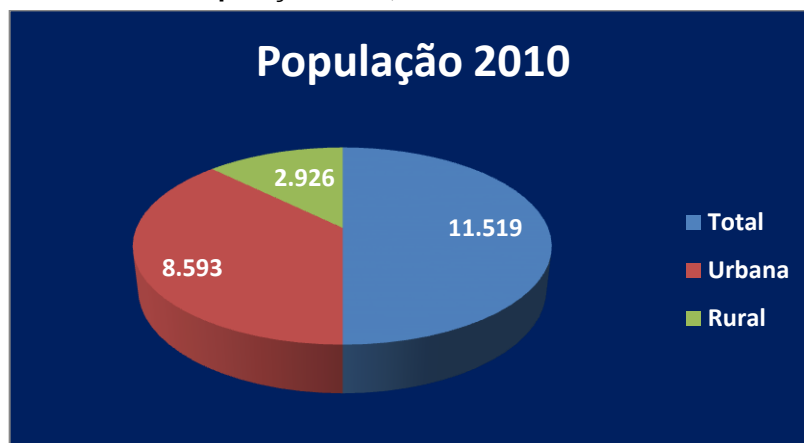
Gráfico 2 - População Total, urbana e rural de São José dos Ausentes



Fonte: Atlas Brasil (2010)

- **Bom Jesus:** O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Bom Jesus é 0,666, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,175), seguida por Longevidade e por Renda. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,53% nas últimas duas décadas Bom Jesus ocupa a 2759ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2758 (49,56%) municípios estão em situação melhor e 2.807 (50,44%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 496 outros municípios de Rio Grande do Sul, Bom Jesus ocupa a 417ª posição, sendo que 416 (83,87%) municípios estão em situação melhor e 80 (16,13%) municípios estão em situação pior ou igual. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 21,87%.

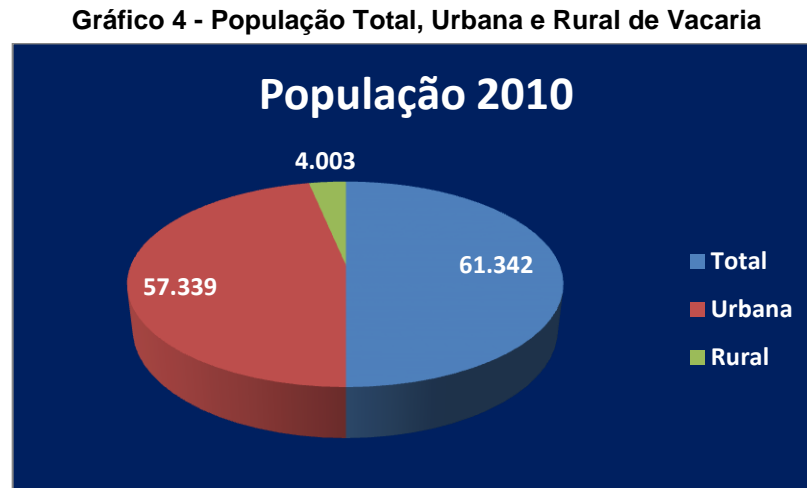
Gráfico 3 - População Total, Urbana e Rural de Bom Jesus



Fonte: Atlas Brasil (2010)

- **Vacaria:** O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Vacaria é 0,721, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,127), seguida por Longevidade e por Renda. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 6,85% nas últimas duas décadas. Vacaria ocupa a 1266ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 1265 (22,73%) municípios estão em situação melhor e 4.300 (77,27%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 496 outros municípios de Rio Grande do Sul,

Vacaria ocupa a 231ª posição, sendo que 230 (46,37%) municípios estão em situação melhor e 266 (53,63%) municípios estão em situação pior ou igual. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 7,67%.

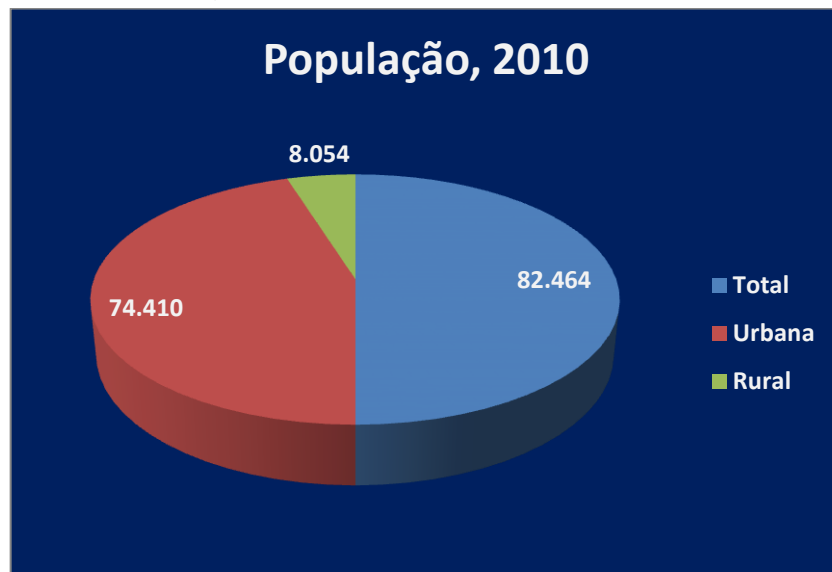


Fonte: Atlas Brasil, 2010

Municípios Integrantes do COREDE FO:

- **Santana do Livramento:** O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Santana do Livramento é 0,727, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,107), seguida por Longevidade e por Renda. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,17% nas últimas duas décadas. Santana do Livramento ocupa a 1107ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 1106 (19,87%) municípios estão em situação melhor e 4.459 (80,13%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 496 outros municípios de Rio Grande do Sul, Sant'Ana do Livramento ocupa a 207ª posição, sendo que 206 (41,53%) municípios estão em situação melhor e 290 (58,47%) municípios estão em situação pior ou igual. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização diminuiu -1,55%.

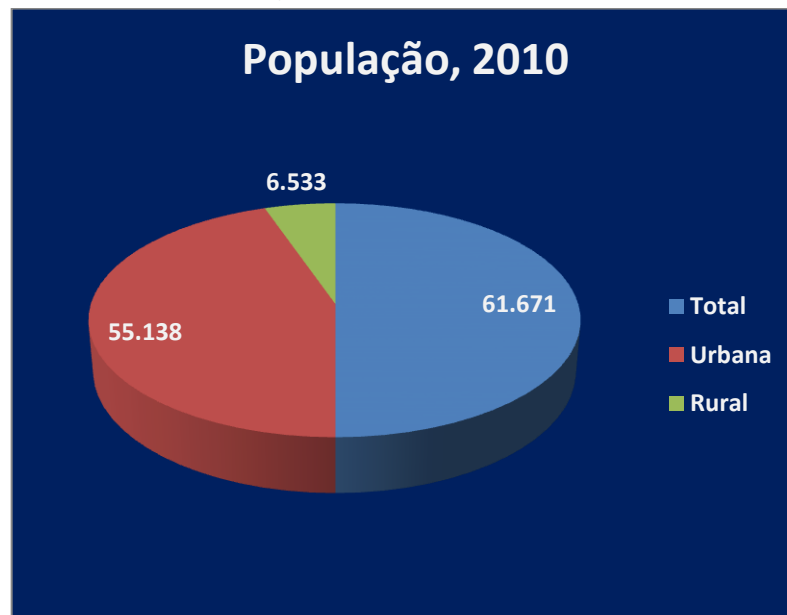
Gráfico 5 - População Total, Urbana e Rural de Santana do Livramento



Fonte: Atlas Brasil (2010)

- **São Borja:** O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São Borja é 0,736, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,153), seguida por Longevidade e por Renda. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 7,06% nas últimas duas décadas. São Borja ocupa a 876ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 875 (15,72%) municípios estão em situação melhor e 4.690 (84,28%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 496 outros municípios de Rio Grande do Sul, São Borja ocupa a 179ª posição, sendo que 178 (35,89%) municípios estão em situação melhor e 318 (64,11%) municípios estão em situação pior ou igual. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 4,63%.

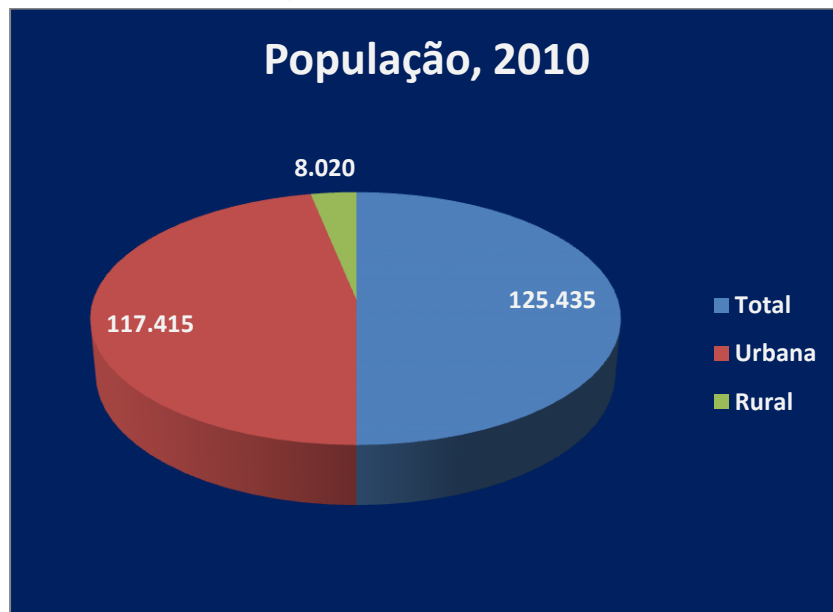
Gráfico 6 - População Total, Urbana e Rural de São Borja



Fonte: Atlas Brasil (2010)

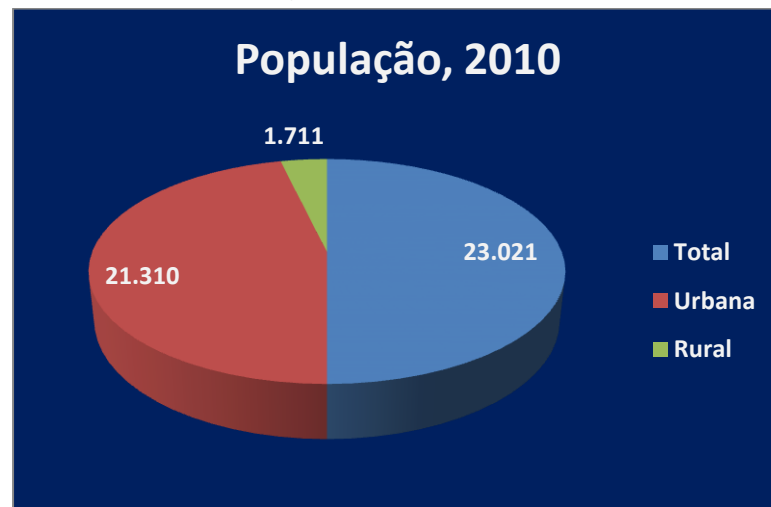
- **Uruguaiana:** O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Uruguaiana é 0,744, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,138), seguida por Longevidade e por Renda. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,37% nas últimas duas décadas. Uruguaiana ocupa a 667ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 666 (11,97%) municípios estão em situação melhor e 4.899 (88,03%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 496 outros municípios de Rio Grande do Sul, Uruguaiana ocupa a 131ª posição, sendo que 130 (26,21%) municípios estão em situação melhor e 366 (73,79%) municípios estão em situação pior ou igual. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 1,47%.

Gráfico 7 - População Total, Urbana e Rural de Uruguaiana



Fonte: Atlas Brasil (2010).

- **Quaraí:** O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Quaraí é 0,704, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,123), seguida por Longevidade e por Renda. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 5,99% nas últimas duas décadas. Quaraí ocupa a 1776ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 1775 (31,90%) municípios estão em situação melhor e 3.790 (68,10%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 496 outros municípios de Rio Grande do Sul, Quaraí ocupa a 295ª posição, sendo que 294 (59,27%) municípios estão em situação melhor e 202 (40,73%) municípios estão em situação pior ou igual. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 4,94%.

Gráfico 8 - População Total, Urbana e Rural de Quaraí

Cada município possui suas próprias definições e particularidades, fizemos um aporte com dados do Atlas Brasil, para melhor identificar a situação das regiões em questão.

5 REFERÊNCIAL TEÓRICO

5.1 INTRODUÇÃO

Transformações profundas ocorreram ao longo dos anos no espaço rural, os produtores agrícolas passaram por dificuldades no campo com a crise no meio agrícola. A partir disso o espaço se reconfigurou e passou a ser olhado não somente como local de produção, mas também um local onde se possa ter uma melhor qualidade de vida e contato com a natureza. Os cidadãos do meio urbano passaram a valorizar mais esse espaço, pois a vida nos grandes centros urbanos está cada vez mais caótica. Com essa demanda procurando o espaço rural como lugar de lazer e turismo, alguns produtores rurais começaram a desenvolver outras atividades em suas propriedades, além da agropecuária, uma dessas atividades é o turismo no espaço rural, que aparece no meio rural para auxiliar as famílias a complementarem as suas rendas.

Nos tópicos que seguem, poderemos entender um pouco mais os fatores decorrentes da nova dinâmica rural.

5.2 PLURIATIVIDADE

Ao longo dos anos, o setor primário passou por muitas mudanças com o surgimento de novas tecnologias, que auxiliaram os produtores rurais no plantio, na colheita e na criação de animais. Entretanto com esse desenvolvimento, ocorreu uma redução no tempo gasto pelos produtores rurais com as atividades agropecuárias, gerando certas dificuldades como: a diminuição dos rendimentos, o êxodo rural e a necessidade de outras fontes de renda. Anjos (2003, p.73), destaca que [...] “o já expandido uso de novas tecnologias incidirá sempre no sentido de determinar uma capacidade cada vez mais restrita no potencial de absorção e retenção da população ativa ocupada”. Contudo é possível que essa parte da população que fica restrita as atividades agrárias não precisem, necessariamente abandonar o seu lugar de origem, buscando no espaço rural alternativas de atividades alheias a agricultura ou a pecuária. Essas atividades podem ser muito variáveis, Meert et tal, 2005 p.92, diz que “*The nature of pluriactivity is extremely*

*diversified, with the renting of land, houses or vacant buildings, and the on-farm processing of dairy products[...].*²

O essencial é que o espaço rural revoga progressivamente o foco apenas na produção agrária e busca outras funções (paisagística, ecológica e turística). Além do que, “admite-se não ser mais possível assegurar ingressos econômicos suficientes a todas as famílias baseados somente na agricultura”. (ANJOS, 2003, p. 73).

Para caracterizar essas novas mudanças que vem ocorrendo no cenário rural, são utilizados alguns termos como, “*part-time farming*”, ou agricultura de tempo parcial e pluriatividade.

Em sua resenha sobre a produção acadêmica da Sociologia Rural norte americana, Buttel, Larson e Gillespie (1990) informam que naquele país surgiram, na década de 1930, certos estudos pioneiros nos quais o “*part time farming*” constitui no foco de investigações qualificadas como estudos especializados. Anjos (2003, p. 57).

Anjos (2003, p.81) apud. Fuller (1984), “a segunda fase do estudo estende-se até a década de 1950. Compreende um período no qual objetivamente se reconhece, tanto a existência do fenômeno, quanto a necessidade de conhecer seu potencial”. O autor ainda registra que “parece oportuno registrar que todas as tentativas de definir a agricultura a tempo parcial, até meados dos anos 1970, aparecem identificadas quase que exclusivamente com a situação do camponês-operário.” Termo este utilizado para designar os membros das famílias que buscavam fora da propriedade rural uma atividade extra, porém naquela época caracterizava-se como dupla ocupação.

Segundo Anjos, (2003, p.81) no ano de 1984, surge o importante documento produzido pela “Associação dos Ruralistas Franceses”, intitulado, “*La Pluriactivité dans les Familles Agricoles*”, no qual o termo (pluriactivité) aparece destacado.

O termo descreve aquelas unidades agrárias que associam à agricultura a atividades como:

- a) emprego em outras explorações;

² A natureza da pluriatividade é extremamente diversificada, com o arrendamento de terras, aluguel de casas e de edifícios vagos, e o processamento de produtos lácteos da própria exploração.

b) atividades para-agrícolas como o processamento de alimentos, a exemplo da produção de vinho para venda direta;

c) outras iniciativas executadas na própria exploração (alojamento de turistas, fabricação de móveis, etc.);

d) atividades extra-agrícolas, incluindo o trabalho externo. (ANJOS, 2003,p. 81 apud Fuller, 1990).

A análise a partir dos anos 1990 demonstra um estudo mais aprofundado do fenômeno da pluriatividade. Schneider (2003, p.25) destaca que os principais estudos desta fase concentram-se na análise da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas na agricultura familiar e nos efeitos sobre as economias locais.

O foco da pluriatividade são as famílias rurais, pois são essas que devem decidir o momento certo, para que todos ou apenas um dos membros familiares trabalhem com alguma atividade além da agropecuária, para auxiliarem na busca por novas e complementares fontes de renda.

A pluriatividade sempre estará relacionada à família, pois “é considerada pluriativa a família em que ao menos um dos membros que a integra exerce a combinação de atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas. Essa é a pluriatividade familiar que acontece nos espaços rurais”. (SCHNEIDER, 2009, p. 136).

São muitos os fatores que ao longo do desenvolvimento dos espaços rurais, fizeram com que as famílias, precisassem recorrer a outras atividades além das agropecuárias. Além do incremento a renda familiar, alguns membros dessas famílias muitas vezes jovens não queriam mais trabalhar com as atividades agrícolas, esses algumas vezes acabavam indo para os grandes centros para tentarem outros trabalhos e se depararam com muitas dificuldades. Anjos (2003, p.73) esclarece que “a população ativa liberada da agricultura não encontrará as mesmas facilidades de ser absorvida nos núcleos urbanos”.

Normalmente esses indivíduos acabam retornando para o meio rural, e percebem que não é preciso sair desse meio para poderem desempenhar outras atividades profissionais, e descobrem que podem morar nesse espaço, tendo uma boa qualidade de vida longe do agito dos centros urbanos.

[...]a pluriatividade pode ser tanto uma opção à subocupação crescente da força de trabalho no meio rural como uma alternativa individual para as pessoas que não querem permanecer trabalhando na agricultura, mas que nem por isso desejam deixar o espaço rural. (SCHNEIDER E MATTOS, 2006, p.7)

Muitas vezes quando um dos membros familiares decidia não trabalhar mais somente na atividade primária, isso acabou por algum tempo abalando as famílias rurais, fato que hoje em dia não acontece mais, pois o preconceito de que quem reside no campo deve ocupar-se apenas com as atividades primárias já não existe tanto, e esses membros que optam combinar a atividade primária, com a secundária e terciária, acabam agregando a renda familiar e seguem vivendo no meio rural, com mais qualidade de vida.

Além disso, membros de uma família podem escolher combinar duas ou mais ocupações, dessa forma, assumindo a condição de pluriativos, ou escolher de fato, ocupar-se apenas de atividades não-agrícolas, deixando de lado o trabalho agrícola, mesmo sem deixar de residir no meio rural. (SCHNEIDER, 2009).

Em um estudo realizado com agricultores da Bélgica, que precisaram complementar suas rendas, mostrou que estes, acabaram deixando a agricultura praticamente de lado para poderem se dedicar a outras atividades. Porém eles queriam voltar a ter a vida de antes, com a agricultura. Foi através do conhecimento da pluriatividade que estes fazendeiros puderam voltar as suas origens agrícolas, sem deixar de lado suas outras fontes de renda. (Meert, 2005).

The existing pluriactivity on these farms is actually just the continuation of long-term activities. The combination of both these observations leads to the conclusion that the starting up of new onfarm activities on small farms may in fact be a good indicator of the future intention of a farmer to continue in agriculture.³ (MEERT, 2005 p.94).

O que importa de fato, é que o espaço rural foi alvo de grandes transformações ao longo das últimas décadas, “o que está acontecendo, no entanto, é que o rural não mais se resume à atividade econômica agrícola, pois a ele passaram a incorporar-se, nas leituras analíticas e nas representações sociais,

³ A existência da pluriatividade nessas fazendas atualmente é a combinação de outras atividades desenvolvidas em longo prazo. A combinação das atividades leva a conclusão, de que o funcionamento de novas atividades nas pequenas fazendas, na verdade pode ser um bom indicador da intenção de um fazendeiro, continuar com a agricultura.

outras dimensões como a natureza, as famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural e as tradições, entre outras.” (SCHNEIDER, 2003 p.22).

Quando falamos de pluriatividade, muitos conceitos aparecem e devemos destacá-los, para um maior entendimento do fenômeno, alguns autores analisam da seguinte forma:

A pluriatividade trata-se de um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolverem-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização a nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno. (ANJOS, 2003, p.90)

Schneider (2003, p. 10), complementa definindo que:

A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos nos quais a sua articulação com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas. Objetivamente a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura.

Busby e Rendle (2000, p.639), definem pluriatividade de acordo com Batman e Ray (1994): “as the participation by any member of the farm house hold in income-earning activities that contribute to maintaining the viability of the household.”⁴

A pluriatividade pode ser definida como um fenômeno em que membros das famílias de agricultores que residem no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais precisamente optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva com a agricultura e a vida no espaço rural, conforme refere-se Schneider (2003).

Já Barbosa (2012, p.45), reflete quanto à pluriatividade da seguinte perspectiva:

⁴ A participação de qualquer membro do agregado familiar em atividades de geração de renda que contribuem para a manutenção da viabilidade da família.

O incentivo a pluriatividade justifica-se diante do peso de inúmeros atributos dessa forma de organização da exploração familiar, destacando-se, entre outros aspectos, por sua natureza flexível, espontânea, voluntária e propulsora do uso sustentável dos recursos locais (humanos e econômicos). Além disso, por favorecer não só a possibilidade de uma maior integração de atividades no âmbito interno da exploração (reciprocamente complementares), bem como no plano externo em relação a outros setores econômicos (turismo, indústria) que convergem no sentido de reforçar a autonomia do grupo doméstico, diminuindo a dependência de uma só fonte de ingresso.

É através da inclusão de parte dos membros familiares nas atividades não-agrícolas, que as famílias rurais garantem não apenas sua sobrevivência econômica, mas conseguem atingir razoáveis índices de bem-estar social, e garantem a reprodução social dos membros que fazem parte dessa unidade. (SCHNEIDER, 2003).

Algumas regiões rurais conseguem possuir um nível de bem-estar social como os das grandes cidades, isso é, possuem conforto e tecnologia ao seu alcance, mesmo estando inseridas no meio rural. Devemos observar que esta ainda não é a realidade de muitas localidades brasileiras.

Souza, (2000, p.4) esclarece que:

Existe uma necessidade real de estudar como articular uma política de desenvolvimento rural que vitalize o tecido social do meio rural e propicie um grau de atividade a fim de manter a população com níveis compatíveis de ocupação e de renda e que promova o bem estar no mesmo nível que o das cidades. Nós ainda dispomos de poucas informações para afirmar se as diferentes formas de combinações de atividades estão em ritmo de crescimento e de diversificação.

Ao se falar de pluriatividade em conjunto com atividades não-agrícolas, não podemos confundir esses dois fenômenos. É de suma importância compreender a diferença entre eles.

A pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estão inseridas. Desse modo a pluriatividade é, ao mesmo tempo causa e efeito das atividades não-agrícolas. Por isso, insiste-se que não se deve confundir o estudo das atividades não-agrícolas com a análise da pluriatividade, pois esta decorre das decisões e das estratégias dos indivíduos e das famílias rurais que podem ou não optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho. (SCHNEIDER, 2003, p.231)

Não podemos generalizar o que de fato faz com que as famílias rurais optem por se tornarem pluriativas, devemos sempre observar e analisar o que está ocorrendo no núcleo familiar e também ao redor desse espaço rural ao qual elas estão inseridas. Quando vamos analisar e estudar o fenômeno da pluriatividade, devemos levar em conta uma série de situações sociais aos quais essas famílias estão inseridas. Schneider (2009, p.134) fala que “[...] o estudo da pluriatividade requer uma análise do contexto e das condições sociais e econômicas em que vivem as famílias assim como o estudo das expectativas e dos interesses dos indivíduos.”

Desta forma, podemos entender que a pluriatividade é uma reestruturação do trabalho da família rural, ao longo dos anos ela ocorreu devido a muitos fatores, que fizeram com que essas famílias, que antes dedicavam-se apenas a produção agropecuária, buscassem outras atividades complementares, para aumentarem as suas rendas. Essas atividades geralmente englobam a industrialização de produtos na propriedade, o setor de serviços como a prestação de serviços a outros agricultores, o turismo no espaço rural com suas subdivisões, o agroturismo e o turismo rural.

Após a síntese sobre os conceitos de pluriatividade, será realizada uma revisão sobre os conceitos de atividades não-agrícolas, para estabelecê-las no contexto da pluriatividade.

5.3 ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS

Até os primórdios da atualidade, quando ouvimos falar do meio rural, logo pensamos em agropecuária, agricultores, produtores rurais, enfim, definições que nos remetem a esse pensamento por conta de que ao longo de muitas décadas, o espaço rural era destinado apenas à exploração agropastoril. Antigamente, as famílias residentes no meio rural, produziam dentro das suas propriedades tudo o que era necessário para a sua sobrevivência e garantiam a renda familiar apenas com o cultivo da terra e com a criação de animais. Apesar disso, em algumas regiões próximas a essas propriedades, já existiam há muito tempo, outros habitantes rurais que além da atividade primária tradicional, já produziam também outras atividades nas suas propriedades, ou no seu entorno, como: carpintaria,

comércio, ferreiro, etc. Afirmando isso, Leal (2004, p. 12) destaca que “as atividades não-agrícolas já existiam entre as famílias rurais, demonstrando de certa forma que, essas famílias não se ocupavam de tempo integral nas atividades agrícolas.”

Então, é possível compreender, que há muito tempo não necessariamente todos os habitantes do espaço rural se dedicavam apenas as atividades ligadas a terra. Esses tinham outras ocupações, mas nem por isso deixaram de lado as atividades agrícolas em suas propriedades. Essas atividades ao longo do tempo foram se modificando por diferentes razões, e segundo o mesmo autor:

Com o passar do tempo algumas dessas atividades se modernizaram ou deixaram de existir, principalmente pós-revolução industrial. A tendência de aumento crescente da produção a custos menores, o acesso aos meios de transportes e comunicação, entre outros aspectos, propiciaram a decadência de algumas atividades, fossem elas agrícolas ou não-agrícolas. Nota-se então, que essas modificações são constantes até os dias de hoje, inclusive com advento de novas atividades e ocupações. (LEAL, 2004, p.12)

As atividades agropecuárias, nesse processo de transformação eram as atividades econômicas mais importantes do meio rural brasileiro, porém estas estão abrindo espaço para outras atividades econômicas que ocorrem no meio rural, como o setor de serviços e em menor escala a indústria.

Como já comentado anteriormente, o espaço rural está ao longo dos anos, passando por inúmeras transformações, uma delas é a necessidade de que algumas famílias rurais desempenhem outras atividades, as atividades não-agrícolas, para complementarem a renda familiar.

Algumas atividades que surgem no meio rural, como o turismo, incrementam as atividades que já faziam parte do dia-a-dia das famílias rurais, a exemplo disso temos a fabricação de compotas, conservas, cultivo de flores etc., que passam a serem mercadorias incorporadas no comércio para revenda. Fleischer e Felsenstein (2000, p.1013) comentam que:

[...] in general, rural tourism-based enterprises are smaller and newer than other forms of economic activity in rural áreas (serices, industry and agriculture) and other tourism operatios nationally. They are the products of reduced agricultural activity and the serach for source of income diversification.⁵

⁵ Em geral, as empresas baseadas no turismo rural são menores e mais recentes que outras formas de atividade econômica nas áreas rurais (serviço, indústria, agricultura) e de outras operações de turismo a nível nacional. Eles são produtos da redução da atividade agrícola e a busca pela diversificação da renda.

Em áreas com uma agricultura mais moderna isso ocorre com maior proporção, devido à presença de um mercado consumidor próximo das propriedades e com poder aquisitivo capaz de pagar os preços dos novos produtos rurais. Nesse contexto a pluriatividade surge como uma opção para as famílias de pequenos produtores.

De acordo com Schneider e Fialho (2000), as pesquisas desenvolvidas por Graziano da Silva demonstram que a presença das atividades não-agrícolas na estrutura agrária brasileira, vem assumido uma grande representatividade.

A partir disso, podemos verificar que muitos agricultores foram em busca de novas alternativas, para complementarem sua renda familiar, Campanhola e Silva, (2000, p.12) comentam que:

Como consequência dessa queda da renda dos agricultores familiares, observa-se uma crescente importância das atividades e rendas não-agrícolas entre as famílias rurais por conta-própria. Em poucas palavras podemos dizer que as famílias rurais estão se transformando de famílias agrícolas em famílias pluriativas ou não-agrícolas.

As atividades não-agrícolas trazem oportunidades ao meio rural, Schneider (2003, p. 32) destaca que:

[...] as atividades não-agrícolas tendem a representar uma oportunidade de emprego complementar, pois à medida que houver maior apropriação de tecnologias pela agricultura tende a crescer o aumento de ocupações nos serviços ligados ao agroprocessamento e beneficiamento de produtos.

Muitos foram os fatores que contribuíram para a emergência das atividades não-agrícolas. Schneider, 2000 cita alguns desses fatores, a partir de estudos realizados por Graziano Silva et al. (1996). A partir desses estudos, são apontadas três causas principais, a primeira delas, a emergência das atividades não-agrícolas e da pluriatividade, seria decorrente do que se chama de “urbanização do campo”, um processo resultante de um transbordamento das cidades e de trabalho urbano para áreas rurais situadas em seu entorno. Nessas áreas, o processo de urbanização do campo se daria através da expansão de novas atividades que pouco ou nada têm a ver com a produção agropecuária. Referem-se a novas ocupações, ligadas ao lazer e ao ócio, atividades especialmente direcionadas à prestação de serviços. A

segunda causa seria decorrente da crise do próprio setor agrícola, particularmente a partir das dificuldades enfrentadas pelo setor agro-exportador instaladas no início da década de 1990. A queda dos preços não apenas afastou os interessados em obter lucro com o 'negócio agrícola', como diminuiu rapidamente as rendas gerais na agricultura brasileira.

A terceira e última causa que explicaria o surgimento das atividades não-agrícolas, está associada aos limites de crescimento do próprio emprego agrícola, que estaria ocorrendo devido à alta taxa de ociosidade tecnológica e ao subemprego existente na agricultura brasileira (Graziano da Silva, 1997 citado por SCHNEIDER, 2003). Existem também, outras razões apontadas como responsáveis pela emergência das atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro, uma delas está ligada ao processo de descentralização e interiorização de determinados tipos de indústrias, especialmente de bens de consumo não-duráveis, como têxteis, vestuários e calçados (SCHNEIDER, 2003).

Muitas são as atividades não-agrícolas que atraem os trabalhadores do meio rural, como prestação de serviços, construção, comércio de mercadorias, entre outros. Souza (2000, p.44) resume que "a população rural com poucas opções de ocupação agrícola foi buscar outras oportunidades nas pequenas brechas de ocupações informais não-agrícolas."

Ainda em seu estudo, é destacado que:

O rural privado não-metropolitano possui uma dinâmica própria, regida principalmente pela mão-de-obra que vai pendularmente em direção às zonas urbanas ou busca emprego no próprio meio rural. Não se exclui daí a possibilidade de ocorrência da dinâmica resultante da transformação do rural em áreas de lazer e preservação ambiental engendrada pela população urbana. (SOUZA, 2000, p.44)

Nas grandes mudanças da agricultura é de grande valia destacar alguns estudos a respeito do crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural como uma tendência em determinadas áreas. Schneider (2003), destaca que de fato a agricultura já não é mais sinônimo de exclusividade rural e observa que nas regiões chamadas essencialmente rurais, são os setores não-agrícolas que oferecem, cada vez mais, as maiores possibilidades de empregos no meio rural.

Souza em sua pesquisa desenvolvida no Estado do Paraná relata que:

[...] revelam também tendências generalizadas de diminuição do número de famílias envolvidas em atividades exclusivamente agrícolas, em especial, as famílias conta-própria. Os únicos tipos de famílias que mostraram tendências significativas de crescimento no “rural privado” foram as famílias de empregados pluriativas especialmente das não-agrícolas. Vale a pena destacar que as famílias conta-própria agrícolas mostraram tendência de crescimento somente na região não-metropolitana urbanizada paranaense, o que significa que esses conta-própria são mais os “*farmers-caboclos*” que os tradicionais produtores familiares. (SOUZA, 2000, p.222)

Com a queda generalizada do emprego agrícola em diferentes países e regiões, é possível afirmar que o aumento das atividades não-agrícolas no meio rural está se configurando como um fenômeno relevante, não apenas para promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social das populações rurais, mas também para a própria interpretação analítica das transformações agrárias contemporâneas (SCHNEIDER, 2000).

Deve-se observar, que o campo não pode mais ser representado como simples espaço de produção agrícola. Além disso, a sua ressignificação como lugar de lazer ou de preservação da natureza tem sido responsável por novas imagens e novos usos desse espaço. (RODRIGUES, 2012)

Complementando esse pensamento da mudança da rotina, da vivência no campo e na sua reconfiguração, que Veiga (2002) comenta que esse espaço é muito valorizado, principalmente por aposentados, turistas e certos empresários devido aos encantos da vida natural (beleza, tranquilidade e segurança).

As pessoas que residem no meio rural não estão mais necessariamente ocupadas com atividades agrícolas. Campanhola e Silva (2000), apontam que o espaço rural já não é apenas mais um local de trabalho, existem muitos desempregados e aposentados que escolheram residir no campo. Os autores ainda complementam referindo que:

Essa dissociação crescente entre local de residência e local de trabalho, que há muito já ocorreu nas cidades, é mais um indicador da urbanização dos campos brasileiros e uma esperança de que num futuro próximo os trabalhadores rurais não precisem emigrar para as áreas urbanas se quiserem ser cidadão brasileiros. (CAMPANHOLA e SILVA, 2000, p.11)

O recurso à atividade não agrícola pode resultar de uma situação de equilíbrio do agricultor e, nesse caso, reforçaria um projeto de permanência na atividade

agrícola e no campo, além de viabilizar investimentos na agricultura e no conforto familiar. (CARNEIRO E TEIXEIRA, 2012).

Podemos concluir que as atividades não-agrícolas são aquelas praticadas por pessoas residentes no espaço rural, que devido as muitas mudanças ocorridas nesse meio, foram em busca de novas fontes de renda, além da agricultura, para complementarem a renda familiar. São muitas as ocupações não-agrícolas existentes e que os habitantes rurais foram em busca, o que importa é compreender que cada indivíduo tem diferentes anseios, e por razões diferentes, alguns resolveram praticar atividades fora de suas propriedades e não relacionadas ao cultivo da terra e outros preferiram agregar valor as suas propriedades, aproveitando para fabricarem compotas, conservas além de outros produtos e colocarem a venda.

Por fim, devemos perceber e compreender que as atividades não-agrícolas além de auxiliarem no incremento a renda familiar, faz com que os moradores dos espaços rurais, tenham novas e estimulantes atividades, auxiliando o desenvolvimento da comunidade local e também na inserção social desses moradores.

5.4 DESENVOLVIMENTO RURAL

É imprescindível falarmos um pouco sobre desenvolvimento rural, pois ao longo desse trabalho, analisamos alguns fenômenos que remetem e ou remeteram algumas regiões rurais ao desenvolvimento das comunidades envolvidas, ou então algumas comunidades que ainda estão vivendo esse processo. Devemos sempre pensar no desenvolvimento como algo maior, mais abrangente como explicitam Santos, Almeida e Souza (2005 p. 587):

[...]o desenvolvimento é concebido como algo mais profundo que o simples crescimento econômico, preservando as identidades e os potenciais local e regional. O desenvolvimento da atividade turística, sem excessos de localismo e regionalismos, pode ser uma alternativa interessante para a promoção de intercâmbio entre a cultura do proprietário rural e a do homem urbano. Com seus traços típicos e peculiaridades, a troca existente entre ambos pode tornar-se muito rica.

Portanto, vamos fazer uma breve análise sobre esse tema tão complexo e instigante. Existem muitas diferenças entre o rural e o urbano, Kageyama (2008, p. 20) indica que:

[...] o mundo rural é basicamente o mundo das atividades e ocupações agrícolas. Daí decorrem suas principais características, em oposição ao urbano: o ambiente é predominantemente natural (no urbano é artificial), o tamanho das comunidades é menor, a densidade populacional é menor, há maior homogeneidade e menor estratificação social, menor mobilidade horizontal e vertical, direção unidirecional das migrações (do campo para a cidade), menor integração social (menor número de contatos).

Ainda segundo a autora, existe uma nova realidade, em que essa visão tradicional já não adere mais, pois atualmente existe no meio rural uma gama de diversificação de ocupações, serviços e atividades produtivas, funções não exclusivamente produtivas (residências, paisagem, esporte e lazer), maior convívio com o entorno urbano e uma revalorização do rural (pelo turismo, artesanato, etc.).

Veiga (2004) citado por Kageyama (2008, p. 22) refere-se que:

[...] durante o século XX, a dinâmica da economia rural dos países que mais se desenvolveram passou por três grandes etapas. Na primeira ela era determinada por riquezas naturais como solo fértil, madeira ou minérios. Essas vantagens comparativas não desapareceram, mas foram sendo substituídas por outros fatores de produção, como mão-de-obra barata, frouxa regulamentação e debilidade sindical. Foi assim que, entre 1960 e 1980, a fatia rural do emprego fabril passou nos Estados Unidos de um quinto para mais de um quarto. Todavia, nas duas últimas décadas do século XX as principais vantagens comparativas voltaram a ser riquezas naturais, mas de outro tipo. São os encantos do contexto rural – beleza paisagística, tranquilidade, silêncio, água limpa, ar puro – todas ligadas à qualidade do ambiente natural. E a possibilidade de participar integralmente dessa terceira geração do desenvolvimento rural é diminuta para localidades que antes tenham se comprometido com sistemas produtivos primário-industriais de negativo impacto ambiental.

A “nova ruralidade”, vai além do que se pensar no espaço rural como simples lugar para realização de atividades primárias. Kageyama (2008, p. 32) fala que “com o deslocamento entre espaço e setor (industrialização difusa, novas funções de lazer das áreas rurais, descentralização dos serviços públicos) surge um novo tipo de área, mais dinâmica, uma área rural que se tornou peri-urbana.” A autora segue definindo que as características específicas do rural enquanto espaço são a menor densidade populacional, a relação com a natureza e a relação com as cidades. A relação com a natureza não se dá apenas pela produção agrícola, mas

principalmente por valores naturais, de forma que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado e não como obstáculo a ser removido pelo progresso agrícola.

Diferentes visões sobre o rural e o seu desenvolvimento são discutidas e analisadas sobre muitos parâmetros e em diferentes situações. Atualmente existe uma visão sobre a multifuncionalidade agrícola que segundo Lima (2007, p. 2):

A promoção da multifuncionalidade agrícola concorre para que o espaço rural possa vir a preencher “novas” funções – lazer, amenidades ambientais, gestão da paisagem, contribuição para o ordenamento e gestão do território, entre outras - e, por essa via, vir a contribuir para revalorizar quer a imagem do território rural, quer a imagem da própria agricultura. Estas duas questões são de particular importância para a emergência de um contexto social favorável à promoção das bases necessárias a um desenvolvimento rural sustentável quer no que respeita à actuação da população local, quer no que respeita à dos “consumidores urbanos” do rural e da ruralidade. O desenvolvimento rural sustentável, como é sabido, implica a articulação entre as várias dimensões da sustentabilidade: a sustentabilidade económica, social, ambiental e institucional [...].

Ao final da década de 80 do século XX, a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento apresentou, nas Nações Unidas o relatório “O nosso futuro comum”, no qual o desenvolvimento sustentável foi definido como sendo o desenvolvimento que “satisfaz as necessidades das gerações futuras”. Este conceito substituiu velhos paradigmas que tinham como base que o desenvolvimento estava estritamente relacionado com o crescimento económico. (EUSÉBIO E FIGUEIREIDO, 2014).

Devemos observar esse processo nas áreas rurais que:

[...] pelas suas características de fragilidade nas esferas ecológica, económica e sociocultural, são, por natureza, espaços onde o desenvolvimento terá que ocorrer, obrigatoriamente, de acordo com os princípios de sustentabilidade. A sobrevivência destas áreas e o seu possível usufruto por parte das gerações futuras serão fortemente comprometidos se forem palco de estratégias de desenvolvimento que não se norteiem por esses princípios. (EUSÉBIO e FIGUEIREIDO, 2014 p. 52)

O que se espera é que o desenvolvimento do espaço rural seja realizado com o máximo de preparo por parte da comunidade envolvida, assim como a de seus governantes. É um grande desafio, para esses dois atores realizarem processos de remanejamento funcional do espaço rural, mantendo as características ambientais e

culturais das regiões. Henriques (2011, p. 293) comenta que: “efectivar dinâmicas autónomas de desenvolvimento local, implica ampliar a capacidade dos sujeitos sociais, sobretudo locais, para que se constituam como sujeitos autónomos”. A autora ainda frisa que deva haver “[...] a forma de governação local que possibilite e garanta maior capacidade de organização e autonomia das populações locais para formular as políticas e as estratégias organizativas no sentido do seu desenvolvimento futuro.”

O debate sobre o rural e ruralidade é extremamente grande entre diferentes autores que tratam de diferentes formas o tema, aqui fizemos apenas um breve aporte, para situar o leitor, pois não é nossa finalidade debater o desenvolvimento rural. São muitas as análises que devem ser realizadas em torno do tema. Schneider e Mattos (2006, p. 7) apontam que:

[...] o desenvolvimento pode ser entendido como um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas, políticas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida, a participação e o bem estar das populações.

No se tratar do turismo no espaço rural, esse muitas vezes está ajudando no desenvolvimento de algumas comunidades, fato que não podemos generalizar, pois isso depende muito da região em que está ocorrendo, do envolvimento da comunidade e também do Governo. Chow (1980, p.600) ressalta que:

[...] rural development planners should not assume that the benefits of tourism will necessarily be retained within rural areas without effective programs to concentrate growth and help local businesses take advantage of such economies of agglomeration.⁶

Devemos sempre analisar, o meio rural com suas multifuncionalidades, Martin 1986 citado por Schneider (2003 p.12) faz um aporte dizendo que:

[...] quem estuda “o rural”, precisa compreender que seu objeto não é delimitado pelo adjetivo de lugar, nem por um determinado espaço físico ou uma atividade produtiva (o espaço rural como lugar de produção agrária), mas pelo próprio referencial epistemológico da sociologia, como ciência que

⁶ Planejadores de desenvolvimento rural não devem presumir que os benefícios do turismo serão necessariamente mantidos dentro de zonas rurais sem programas eficazes para concentrar-se em crescimento e ajudar as empresas locais a aproveitar tais economias de aglomeração.

estuda as relações e interações sociais e suas transformações. Esse entendimento implica admitir que o rural constitui-se em um espaço onde transcorre uma teia de relações sociais, políticas, econômicas e culturais que precisa ser escrutinado por análises multidisciplinares que consigam responder à diversidade de formas e modos pelos quais se operam as transformações e as mudanças.

Quando tratamos de analisar o desenvolvimento rural, devemos ter em mente muitas características espaciais e sociais desses locais. O desenvolvimento ocorre interligado com muitos processos, o turismo no espaço rural pode ser um indutor de desenvolvimento, ou não, vai depender muito do que está ocorrendo com a comunidade envolvida. O que deve ficar entendido, é que o rural não pode ser definido apenas como um local de produção primária, pois há muito tempo que ele está se reconfigurando. E as análises sobre o desenvolvimento rural devem seguir, para que se possa ter mais aporte para o estudo da mesma.

5.5 TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Ao longo das últimas décadas o espaço rural passou a desempenhar novas funções além das exclusivamente agrícolas. Calvente (2005, p.7) esclarece que “o meio rural, no mundo atual, passa ter novas funções, além das agrícolas, entre essas, o de suporte territorial para as atividades de lazer.” Essas novas funções estão associadas com a prestação de serviços, local de moradia, proteção ambiental, entre outras atividades realizadas no espaço rural.

[...] entre as atividades se destacam não só as de transformação e de comércio de produtos alimentares regionais (queijos, vinhos, por exemplo), mas sobre tudo as de serviços ligados à qualidade do ambiente (turismo, esportes, conservação da natureza etc.). (VEIGA, 2002, p.246)

Cabe destacar aqui que muitos autores, na realidade a maioria, trata o turismo no espaço rural apenas como turismo rural, o que no caso deste trabalho não são considerados conceitos iguais. Trato nesse estudo o turismo no espaço rural, como todo o tipo de turismo (natureza, ecoturismo, cultural, etc.), que ocorre no espaço rural, e é sobre isso que este capítulo será abordado. Nardi e Miorin (2006) comentam que o turismo em espaço rural prolifera modalidades diversas, como agroturismo, ecoturismo, turismo esportivo, cultural, etc., que tem valorizado o território e grupos sociais rurais e carreado um crescente fluxo de urbanistas.

Lembrando que o turismo no espaço rural é a totalidade de modalidades de turismo praticadas nos espaços reconhecidamente rurais. Complementando essa ideia, Silva (2006 p. 295) definiu que: “a expressão Turismo em Espaço Rural (TER) designa o conjunto de modalidades de hospedagem em zonas rurais, orientadas para exploração dos seus recursos naturais e culturais.”

Em uma revisão sobre as concepções utilizadas internacionalmente, sobre o turismo em áreas rurais, percebe-se que realmente cada investigador, parte para uma linha diferente quanto à análise e nomenclatura do turismo no espaço rural, Tulik (2010, p.4) comenta que:

[...] turismo rural, nesse sentido amplo, consiste no aproveitamento turístico do conjunto de componentes existentes no espaço rural, incluindo aqueles basicamente rurais e culturais (sobretudo o patrimônio arquitetônico). Inclui ainda, elementos da natureza e até mesmo outras formas de turismo alheias ao ambiente rural. Nessa perspectiva, turismo no espaço rural/turismo em áreas rurais e turismo rural são utilizados como sinônimos, ou seja, indistintamente, embora alguns autores entendam a expressão *turismo rural* de ser utilizada de modo mais preciso e aplicada ao turismo que se baseia no conteúdo rural.

Conceituar turismo no espaço rural não é uma tarefa fácil, há uma problemática quanto à nomenclatura. As expressões são diversas, variando inclusive em decorrência do espaço geográfico ao qual se referem. Esse problema é global, Peña, Jamilena e Rodriguez (2012 p. 140) “the study of rural tourism development and their needs require certain issues to be clarified. Firstly, neither “rural area” nor rural tourism is clearly defined.”⁷

O espaço rural está se desenvolvendo cada vez mais, pois este está despertando certo interesse as pessoas que vivem nos grandes centros. Elesbão (2011, p. 267) comenta que o meio rural é: “[...] o local que exerce atração nos cidadãos, que buscam ali o encontro com as raízes, com a natureza, com o ar puro, enfim, com um modo de vida que passa a ser, cada vez mais, por eles desejado”.

Com as novas dinâmicas inseridas no meio rural, este está em permanente busca de novos olhares e de novas estratégias de sobrevivência. Queiroz (2012, p. 46) ressalta que [...] “o meio rural é um espaço em mutação, em reconstrução sócio

⁷ O estudo do desenvolvimento do turismo rural e suas necessidades requerem que certas questões sejam esclarecidas. Em primeiro lugar, nem ao menos “área rural”, nem turismo rural estão claramente definidos.

espacial e ambiental, onde a população busca, incessantemente, novas atividades produtivas de desenvolvimento.”

O que ocorre muitas vezes, é que os próprios habitantes rurais, não veem o meio rural como um possível atrativo, ou local que pessoas de grandes centros queiram conhecer e participar do seu estilo de vida. Com a inserção das atividades não-agrícolas nesse meio, o turismo veio a complementar algumas estratégias pretendidas para desenvolver algumas comunidades locais. Devemos perceber que são raras as propriedades que conseguem sozinhas se tornarem um grande atrativo rural, o que se verifica normalmente, são comunidades unidas, que se organizam em roteiros, para atraírem turistas para o meio rural.

[...] o turismo, como um setor da economia, oferece em seu conteúdo suporte para suprir todas as necessidades de uma comunidade, oferecendo a tal, uma oportunidade de aumento da qualidade de vida, nível de renda e evolução de índices de desenvolvimento humano como um todo. (SILVA, FIALHO E LIMA, 2009, p.2)

O Turismo no espaço rural é uma alternativa nova e atraente, devido a esses fatores, alguns produtores rurais o estão adotando como estratégia de diferenciação e desenvolvimento. (ROQUE E VIVIAN, 1999)

A realização do turismo no espaço rural é variável, sendo que é possível desempenhar diferentes atividades – de lazer, esportivas, contemplativas entre outras – com diferentes fins de acordo com a motivação do turista. Martínez, Monzonís (2000, p.11) colocam que “*hay que considerar que al espacio rural como un espacio que ofrece multiplicidad de opciones al turista*”⁸. Devemos destacar também, que a localização geográfica do espaço rural (litoral, serra, planícies, etc.) contribuem para a diversidade desse fenômeno, uma vez que “os espaços rurais brasileiros são diversificados, extensos e complexos” (TRIGO, 2010, p. xxiii). O autor complementa que:

[...] o turismo nos espaços rurais apresenta várias facetas e segmentações. Cada vez mais as diferenças entre as cidades e o mundo rural são atenuadas pelas tecnologias de inclusão digital e de comunicações, além dos padrões culturais que mesclam regionalidades com globalização, produzindo formações socioculturais que superam a dicotomia cidade/campo e os estereótipos rurais do passado. Nesses novos contextos

⁸ É preciso considerar o espaço rural como um espaço que oferece múltiplas opções ao turista.

articulam-se sustentabilidade, preservação e a inclusão social com novas tecnologias, conforto, segurança e diversidade.

Esta modalidade de turismo é uma grande alternativa para beneficiar diretamente a comunidade rural, proporcionando uma renda complementar e ao mesmo tempo estimulando a conservação do meio ambiente. Devemos lembrar que essa atividade necessita de organização e planejamento, para que dessa forma, se possa garantir a sustentabilidade econômica, sócio-cultural e ambiental. (NOVAES, 1999).

[...] no período recente a definição do que se entende por “espaço rural” vem sofrendo alterações, não só pelo crescimento da importância das atividades não-agrícolas, que minaram a identidade do rural com a atividade agrícola, mas também pela associação crescente do meio rural com a qualidade de vida. Além disso, o ambiente rural também vem incorporando aspectos relacionados ao lazer e ao ludismo que, em grande medida, estão contribuindo para a redefinição de percepções simbólicas da população de extração urbana. (SCHNEIDER E FIALHO, 2000, p.31)

No interior de alguns estados brasileiros, nas décadas de 80 e 90, os proprietários rurais se organizaram em associações, buscando parcerias com agências de receptivo, apoio dos órgãos oficiais de turismo, secretaria de agricultura e meio ambiente, desenvolvendo o turismo no espaço rural. (NOVAES, 2007).

Segundo a autora, o turismo no espaço rural inclui uma gama de modalidades, e como atividade multidisciplinar acontece no meio ambiente, fora das áreas urbanizadas. Como existe uma variedade de paisagens nas diferentes regiões rurais, assim como riqueza e diversidade cultural nas propriedades com sistema produtivo peculiar, cada espaço tem seu próprio turismo, valorizando a identidade local.

Guerreiro (2001, p. 42) comenta que “o conceito de turismo no espaço rural aparece estritamente ligado a outras formas alternativas de turismo, cuja importância se vem mostrando cada vez maior. É o caso do turismo ecológico, cultural e de natureza.”

O turismo no espaço rural pode ser apresentado como responsável para uma melhor redistribuição de renda e pela possibilidade concreta de permitir a reprodução econômica daqueles homens e mulheres que ainda vêm no campo uma forma real de meio de vida, pode ainda, se bem desenvolvido servir aos produtores

rurais como uma fonte de renda alternativa ou principal, possibilitando o desenvolvimento local. (JASPER e ROCHA, 2006).

O turismo no espaço rural deve ser visto como um elemento complementar de outras atividades tradicionais, desenvolvidas nesse espaço, como a agricultura, o artesanato a pequena indústria etc. Sharpley e Vass (2006, p. 1040) ressaltam que: *“although farm-based tourism has a long tradition, particularly within Europe, farm diversification into tourism has, in recent years, become more widely seen as an effective means of addressing the social-economic problems of rural areas in general and the agricultural sector in particular.”*⁹

O desenvolvimento do turismo pode trazer muitos benefícios para o meio rural, nesse sentido, Martínez e Monzonís (2000, p.13) indicam que:

*La incidencia socioeconómica de la actividad turística es difícil de evaluar por la propia naturaleza del turismo y la multitud de subsectores que abarca, es innegable su contribución a la renta y el empleo, además de contribuir a la revitalización de zonas deprimidas. [...] un desarrollo adecuado de la actividad turística puede también contribuir a la conservación y restauración del patrimonio rural, natural y cultural.*¹⁰

O turismo no espaço rural traduz-se pelo incremento de novas unidades de alojamento rural, a criação de itinerários culturais, itinerários da natureza, as rotas dos vinhos, o turismo de desportos de aventura, a recuperação das tradições e também da gastronomia. (OSÓRIO, 2001).

A definição de turismo no espaço rural (TER) utilizado pela legislação portuguesa, citado por Eusébio e Kastennholz, (2011 p. 215), é “definido principalmente como uma modalidade de alojamento, marcada por determinadas características de arquitectura, infraestruturas, enquadramento paisagístico e serviços associados.” Os autores comentam que em Portugal, os turistas estão interessados no autêntico e na natureza, que este é sensível ao meio ambiente e a conservação do património.

⁹ Embora o turismo de fazenda tenha uma longa tradição, em especial na Europa, a diversificação agrícola com o turismo tem, nos últimos anos, tornado-se um meio eficaz de resolver os problemas socioeconômicos das zonas rurais em geral, e do setor agrícola em particular.

¹⁰ A incidência socioeconômica da atividade turística é difícil de ser avaliada, em função da própria natureza do turismo e da abundância de subsetores que engloba, mas é inegável sua contribuição para a renda e emprego, além de contribuir para a revitalização das áreas deprimidas. [...] um desenvolvimento adequado da atividade turística pode contribuir, ainda, para a conservação e restauração do património rural, natural e cultural.

Por fim, tem-se que o turismo no espaço rural é uma modalidade que combina várias formas de turismo, que ocorrem dentro do espaço rural, entre eles podemos destacar o turismo rural, agroturismo, o ecoturismo, turismo cultural, entre outros.

5.6 AGROTURISMO

Ao contrário do que se imagina, existem períodos em que os habitantes do meio rural não precisam trabalhar em tempo integral com as atividades primárias dentro das suas propriedades. Santos (2008), comenta que na busca de diversificar as atividades e complementar as rendas familiares, atualmente o turismo no espaço rural surge com força entre os produtores rurais.

Assim como o turismo no espaço rural, o agroturismo possui diferentes formas de conceitos, dependendo da análise de cada autor. A maioria destes utilizam o termo agroturismo e turismo rural como sinônimos, o que não é válido nesse estudo, pois cremos que a análise do agroturismo e do turismo rural, possuem cada um as suas próprias particularidades e diferenças. Em seguida serão apresentadas algumas conceituações para melhor esclarecimento do fenômeno.

É referenciado um detalhado conceito de agroturismo para o caso brasileiro:

Atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.), a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa. São exemplos de atividades associadas ao agroturismo: a fazenda-hotel, pesque-pague, fazenda de caça, pousada, restaurante típico, vendas diretas do produtor, artesanato, industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo. (CAMPANHOLA E SILVA, 2000, p.148)

Os autores destacam que o agroturismo refere-se às atividades turísticas que ocorrem no interior das propriedades com atividades agropecuárias produtivas.

Devemos evidenciar que o agroturismo é aquele praticado no interior de uma propriedade rural, onde a principal renda econômica é a atividade primária, ficando o turismo como uma renda complementar e também é o turismo praticado na vivência

da família rural, onde os visitantes participam ativamente do dia-a-dia dessas famílias, isso é o atrativo dessa modalidade de turismo no espaço rural.

Segundo Beni (2008, p. 471) agroturismo é “denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e observação, vivência e participação nas atividades agropastoris.” O autor destaca que existem dois grandes aspectos que distinguem esse segmento do turismo rural. A primeira é a produção agropastoril que em escala econômica representa a maior fonte de rendimento da propriedade, ficando o turismo como uma fonte de receita complementar. A segunda é que as próprias atividades agropastoris são o principal diferencial turístico, os turistas podem optar ou não, por participar da rotina diária dos afazeres domésticos ou produtivos da propriedade.

O autor ainda faz uma observação importante “as instalações e equipamentos mantêm-se na forma original, tal qual utilizada por proprietários e trabalhadores e, se ampliadas para adicionalmente acomodar visitantes, deverão conservar as mesmas características arquitetônicas.”

Boullón e Boullón (2008, p. 40) utilizam duas conceituações de agroturismo, a primeira é a utilizada pela Secretaria de Turismo da Argentina, em 2000, e a segunda pela Unidade de Desenvolvimento agrícola do Chile, em 2001, seguem abaixo:

Está asociado a la participación y observación activa del turista en las entidades agropecuarias y la prestación de servicios de alojamiento y gastronomía local dentro de la propiedad agrícola, por ejemplo: elaboración de dulces, ordeños, manejo de la hacienda, arreos, trabajo de maquinaria agrícola, cosechas en forma manual, etcétera.

Turismo en explotaciones agropecuarias mediante la combinación entre la recreación tradicional y el contacto con las actividades del predio, con el fin de que conozcan el modo de vida rural y las tradiciones campesinas, de tal modo que uno de los principales componentes de la oferta sea el contacto con la explotación agropecuaria, forestal, acuícola y otras formas de producción del mundo rural.¹¹

¹¹ Está associado à participação e observação ativa do turista nas entidades agropecuárias e à prestação de serviços de hospedagem e gastronomia local dentro da propriedade agrícola, por exemplo: elaboração de doces, ordenha, lidas, arreios, trabalhos com maquinário agrícola, colheita manual, etc.

Turismo em explorações agropecuárias mediante a combinação entre a recreação tradicional e o contato com as atividades da propriedade, com o fim de conhecer o modo de vida rural e as tradições campeiras, de forma que um dos principais componentes seja o contato com a exploração agropecuária, florestal, aqüicultura e outras formas de produção do mundo rural.

A aspiração por novos destinos e novas vivências, faz com que alguns turistas, normalmente advindos de grandes centros, procurem destinos em que possam ficar em contato com a natureza, descansar, e não somente isso, que possam vivenciar e participar da rotina de uma propriedade rural. Estes turistas querem se inserir na casa das famílias rurais, e vivenciarem de perto como é a vida no campo. Pierro (2004, p.21) ensina que o *“agroturismo está asociado a la participación y/o observación activa del turista en las entidades agropecuarias y/o prestación de servicios de alojamiento y gastronomía local dentro de la propiedad agrícola.”*¹²

Partindo desse pressuposto, alguns produtores rurais mais atentos começaram a receber turistas nas suas propriedades, oferecendo normalmente hospedagem na sua própria casa, refeições típicas feitas em conjunto, produtos fabricados na propriedade e a realização dos afazeres da unidade rural, para que esses realmente vivenciassem como são feitas as atividades cotidianas do campo.

Os turistas que buscam esse tipo de lazer (no meio rural), não estão em busca de sofisticação, eles querem conhecer e viver o dia-a-dia das famílias rurais se hospedando junto a eles, convivendo com a natureza, com os animais e com as lidas do campo. O necessário é que o estabelecimento tenha boas e adequadas acomodações para receber o cidadão, que quer um contato mais íntimo possível com as atividades rurais, inclusive saborear a culinária típica do campo. O bom é que existam áreas nativas diversificadas, grutas, engenhos, cemitérios antigos, arroios, etc. Tudo isso facilitará a realização das mais diferentes recreações, caminhadas, cavalgadas e banhos. (VILLELA, 2004).

Devemos ressaltar aqui, que infelizmente nem sempre os estabelecimentos que recebem turistas nesse meio apresentam acomodações adequadas, porém isso vem mudando e os proprietários rurais estão buscando cada vez mais investirem para dar conforto aos hóspedes e também atender as expectativas deles em relação à convivência no campo.

O agroturismo utiliza o próprio meio produtivo em que as famílias rurais estão inseridas, para acontecer. Henche (2011, p. 63) indica que *“o agroturismo se refiere*

¹² Agroturismo está associado à participação e/ou observação ativa do turista nas entidades agropecuárias e/ou prestação de serviços de hospedagem e gastronomia dentro da propriedade agrícola.

a aquellas actividades de recepción y hospitalidad ejercidas por el agricultor a través de la utilización de la propia base territorial de su exploración.”¹³

O agroturismo pode ser aceito como o turismo realizado dentro do espaço rural, praticado no interior das propriedades proporcionando ao turista um contato com a atmosfera cotidiana das fazendas e dos hábitos desse meio. É importante destacar que o agroturismo oferece para as famílias dos proprietários e para os trabalhadores das fazendas, novas formas de utilizar as atividades desenvolvidas nas propriedades, a partir da produção da fazenda, da cultura local, da hospitalidade das pessoas que vivem no meio rural e também a diversificada cozinha regional, explorando esses fatores como atrativos turísticos. (PORTUGUEZ, 1999).

A gestão do agroturismo oferece alguns aspectos complexos que podem motivar ou desmotivar, caso não exista um programa flexível de sequência temporal baseado nas necessidades dos diferentes tipos de turistas. Estes podem querer apenas gozar a paz e o silêncio do meio rural, e optam por não fazerem as atividades do dia-a-dia da propriedade. A opção sempre deve ser do visitante. (DIAS, 2011).

Para que o agroturismo se expanda, é necessário alguns investimentos, em infraestrutura, marketing e capacitação. Segundo Campanhola e Silva (2000), os pequenos produtores agropecuários possuem dificuldades para o seu engajamento no agroturismo. Mencionam-se os seguintes entraves:

- a) deficiência de capacitação para desenvolver atividades não-agrícolas;
- b) a tradição agrícola dificulta a visão e a predisposição para agregar um negócio não-agrícola dentro da propriedade;
- c) baixa capacidade econômica para assumir riscos;
- d) dificuldade de acesso a programas de governo por, muitas vezes, não possuírem garantias suficientes para a tomada de crédito junto ao setor financeiro;
- e) baixa tradição de associativismo e cooperativismo que, para os pequenos, se torna quase uma pré-condição ao sucesso do empreendimento agroturístico, principalmente nas estratégias de marketing e comercialização;

¹³ Agroturismo refere-se àquelas atividades de recepção e hospitalidade exercidas pelo agricultor através da utilização de sua própria base territorial de exploração.

- f) dificuldade de acesso à informação mercadológica dos produtos turísticos;
- g) baixo intercâmbio com agências e operadoras de turismo.

Apesar de o agroturismo poder auxiliar e complementar a renda familiar rural, precisamos ter consciência de que nem sempre a sua implantação é fácil, e muitas vezes as famílias rurais tentam receber os turistas, mas se deparam com muitas dificuldades, pois estão recebendo pessoas com outra cultura, expectativas e anseios diferentes, e que acabam por invadir a privacidade dessas famílias, que em alguns casos acabam desistindo de receber o turista nas suas propriedades, por não possuírem vocação para tal. O turismo no espaço rural de uma maneira geral, não pode ser visto como a salvação para as crises e dificuldades enfrentadas pelas famílias rurais, pois nem sempre a família esteja preparada para se inserir nesse novo ramo de atuação.

Campanhola e Silva (2000) destacam que o agroturismo compreende as atividades da propriedade que geram ocupações complementares aos serviços agrícolas, incluindo as rotinas, os hábitos e muitas outras atividades desenvolvidas no dia-a-dia dos habitantes do campo.

É muito importante destacar a visão que estes mesmo autores possuem quanto ao agroturismo, que este se refere às atividades turísticas desenvolvidas nas propriedades com atividades agropecuárias produtivas. Para eles, os hotéis fazenda não fazem parte da infraestrutura do agroturismo quando não apresentam relação com a produção agropecuária.

Por fim, podemos afirmar que o agroturismo é uma modalidade do turismo no espaço rural, que ocorre no interior de uma propriedade rural que tenha produção agrícola, e que esta seja a principal fonte de renda familiar e o turismo apenas um complemento. É o turismo em que os visitantes são inseridos no núcleo familiar rural, participando ativamente dos afazeres do campo.

5.7 TURISMO RURAL

As muitas alterações ocorridas no espaço rural fizeram com que os habitantes desses espaços procurassem outras receitas complementares a suas rendas, pois, segundo Schneider e Fialho (2000, p.59) “as atividades agrícolas tradicionais já não respondem pela manutenção do nível de emprego no meio rural.” O turismo no

espaço rural foi uma das alternativas encontradas por muitas famílias para se fixarem e viverem com melhor qualidade de vida no campo, abrindo as portas de suas casas, recebendo pessoas de culturas diferentes, ensinando e aprendendo novas atividades.

Houve um aumento significativo nas últimas décadas de atividades não-agrícolas no meio rural, que a algum tempo atrás ainda eram atividades consideradas marginais, pois possuíam pequena importância na geração de renda. Hoje, essas atividades passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, entre elas pode-se destacar o turismo rural como uma atividade indutora do crescimento de ocupações não-agrícolas no meio rural. (Graziano Silva, Blasadi e Grossi, 1997 citado por Schneider e Fialho, 2000).

Atualmente, o espaço rural apresenta outras atividades e não apenas o uso do solo, isso é resultado de um processo de inter-relação e integração dos elementos que fazem parte desse espaço um tanto quanto urbano. Segundo Queiroz (2012, p. 51):

O turismo como atividade não agrícola é uma alternativa viável no espaço rural, ocorrendo em uma combinação com as atividades agrícolas (ou não) que, gradativamente, está assumindo proporções significativas, podendo promover, se bem conduzida, a emancipação das comunidades envolvidas.

O rural está cada vez mais associado a um espaço de lazer, residência, investimentos e distração. Seguindo essa perspectiva, surgem novas modalidades de turismo (ecoturismo e turismo rural) que fomentam o crescimento do setor de serviços no campo, engendrando novas relações sociais e de trabalho no espaço rural. (RODRIGUES, 2012).

Ao analisar o turismo, é preciso entender um pouco o espaço rural, e como esse segmento está se inserido nesse espaço, obviamente ele terá suas próprias particularidades, dependendo da região em que está inserido. Observa-se que a demanda pelo espaço rural para lazer e turismo vem crescendo e oportunizando a diversificação das atividades rurais, em um contexto de desenvolvimento de novas funções e rendimentos. Entretanto, está trazendo uma série de inquietações, pois provoca uma série de mudanças nos locais que passam a receber turistas,

implicando principalmente na dinâmica familiar das pessoas que se envolvem com os visitantes. (ELESBÃO e TEIXEIRA, 2011).

Seguindo o pensamento destes autores, percebe-se que os efeitos do turismo rural, estão mais associados aos aspectos econômicos, principalmente ao aumento da renda familiar e aos empregos originados a partir da atividade, do que no fenômeno em si. O que ocorre muitas vezes, é que na ânsia de obter novos rendimentos, algumas famílias começam a receber turistas nas suas casas, e veem a intimidade familiar totalmente invadida. Muitos não se importam e conseguem conciliar o bem-receber com a rotina familiar, mas muitos não conseguem fazer essa troca, e acabam percebendo que não possuem vocação para o turismo. Boullón e Boullón (2008, p. 52) enfatizam que:

*[...] de la totalidad de establecimientos agropecuarios son pocos aquellos en los cuales sus propietarios han agregado el turismo rural a las actividades tradicionales. Las razones son varias: falta de vocación para emprender una actividad que consiste en recibir en su casa a personas desconocidas, ignorancia de la existencia de esta posibilidad, ya que es una actividad relativamente nueva cuyas formas operativas se desconocen en sus detalles, o desinterés de sumar a su trabajo tradicional un nuevo rubro con el cual sus propietarios no están familiarizados.*¹⁴

O turismo rural, não pode ser visto apenas como a salvação para os problemas financeiros das famílias, e sim como uma atividade em que os visitantes precisam ser bem recebidos e, com o mínimo de estrutura e conforto. . Boullón e Boullón (2008, p. 53), complementam referindo que *“Tampoco puede pensarse [...] que el turismo rural puede ser capaz por sí mismo de salvar explotaciones agropecuarias en franca decadencia.”*¹⁵

Quando se insere uma nova atividade, principalmente se tratando do turismo rural, os proprietários/empresários rurais, precisam entender que atualmente o padrão de exigência da população está mais alto, e que se faz necessário alguns investimentos em suas propriedades, para oferecer o mínimo de conforto para os

¹⁴ [...] da totalidade de estabelecimentos agropecuários, são poucos os que seus proprietários agregaram o turismo rural às atividades tradicionais. As razões são várias: falta de vocação para empreender em uma atividade que consiste em receber em sua casa pessoas desconhecidas; ignorância da existência de tal possibilidade, visto que é uma atividade relativamente nova cujas formas de operação são desconhecidas em seus detalhes; ou desinteresse em acrescentar ao seu trabalho tradicional um novo setor com o qual seus proprietários não estão familiarizados.

¹⁵ Também não se pode pensar [...] que o turismo rural será capaz, por si só, de salvar explorações agropecuárias em franca decadência.

visitantes. Ruschmann (2000), expõe que estudos realizados nos EUA, demonstraram que os turistas que procuravam o meio rural, eram normalmente pessoas descontentes com as estruturas clássicas turísticas (turismo de praia e montanha), e que estes buscavam aspectos simples e autênticos característicos do dia-a-dia agrícola. A autora destaca também, que estes não queriam abdicar de um conforto razoável se comparando aquele de seu cotidiano.

Essa modalidade de turismo está crescendo cada dia mais, por muitas razões, Rodrigues (2001, p. 7) retrata que:

O interesse por essa modalidade de turismo surge da confluência de dois fatores que consideramos fundamentais: de um lado, o crescimento da população urbana que se concentra em áreas metropolitanas densamente povoadas; de outro, a necessidade de inovar as atividades econômicas no meio rural, o qual tem passado por rápidas e visíveis mudanças.

Uma das características do turismo rural é o contato entre pessoas com padrões de vida diferentes e culturas distintas. Dessa forma, a sua influência na cultura e na mentalidade se processa em três aspectos: “alteração da estrutura cultural; revalorização do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural; mudanças nas mentalidades e nos comportamentos.” (SIRGADO, 1990, p. 179 citado por ELESBÃO e TEIXEIRA, 2011).

A maior valorização do turismo rural é o meio em que ele está inserido. O espaço rural está marcado pela presença de uma vasta herança histórica das famílias que habitaram por longos períodos as fazendas, existe muita riqueza cultural e também ambiental. Schneider e Fialho (2000, p. 60) comentam que “turismo rural propicia a valorização do ambiente onde é explorado por sua capacidade de destacar a cultura e a diversidade natural de uma região, proporcionando a conservação do patrimônio histórico, cultural e natural.”

O turismo se caracteriza por ser desejado e controlado por pessoas da localidade em que ele se desenvolve, recebendo os turistas, se reunindo e compartilhando experiências de vida da comunidade, por isso o turismo é:

*-de iniciativa local, que se basa en la capacidad que tiene el habitante rural para dar a conocer sus aspectos culturales y costumbristas.
- de gestión local, en donde las empresas de pequeños productores agrícolas pueden desarrollar interesantes estrategias de administración de*

las iniciativas de turismo rural ya que es un turismo de empresas pequeñas o medianas, en donde el elemento central y esencial es el hombre mismo.
- con efectos locales, esto significa que diversifica e incrementa los ingresos de los pequeños productores agrícolas y sus familias como también genera nuevas alternativas de empleo, especialmente para el joven y la mujer rural.
- que valoriza la cultura local, el estrechar los vínculos con los turistas que buscan conocer forma de vida o costumbres distintas a las cuales ellos están habituados provoca en la población residente un sentimiento de orgullo y deseo de preservarlas, situación positiva, especialmente para las culturas tradicionales que corren riesgo de ser absorbidas o reemplazadas por prácticas tomadas de otras culturas.
- definido por los paisajes locales, ya que cuenta con un variado número de recursos naturales y socioculturales como amplios espacios de tranquilidad y reposo, paisaje atractivo, importante patrimonio arquitectónico y urbanísticos, etc. (FIGUEROA, 2005. citado por SANTOS, 2008, p. 33).¹⁶

O turismo rural no Brasil existe há mais de 12 anos, e teve início na cidade de Lages-SC. Zimmermann (2000, p. 128), comenta que segundo a visão dela, o turismo rural é agente promotor das seguintes funções:

- 1) ser uma atividade estratégica para a preservação e a recuperação ambientais do espaço rural;
- 2) garantir a manutenção das atividades agrícolas tradicionais e consequente manutenção da família rural no campo;
- 3) formular um novo conceito de produção, com a consequente incrementação de receita para o espaço rural.

O turismo rural é uma atividade relativamente recente, e está sendo estudado cada dia mais por diferentes pesquisadores, por isso ainda existem diferentes visões sobre o fenômeno, e a sua conceituação não é uma tarefa fácil. A utilização de um conceito único sobre turismo rural nos diferentes países torna-se impossível em decorrência das variações conceituais em relação às definições geográficas,

¹⁶ - de iniciativa local, que se baseia na capacidade que tem o habitante rural de fazer com que conheçam seus aspectos culturais e rotineiros.

- de gestão local, onde as empresas de pequenos produtores rurais podem desenvolver interessantes estratégias de administração das iniciativas de turismo rural, já que é um turismo de empresas pequenas ou médias no qual o elemento central e essencial é mesmo o homem.

- com efeitos locais, isto significa que diversifica e incrementa as entradas dos pequenos produtores rurais e de suas famílias, bem como gera novas alternativas de emprego, especialmente para o jovem e a mulher rural.

- que valoriza a cultura local, o estreitamento dos vínculos com os turistas que procuram conhecer estilos de vida e costumes diferentes dos que estão habituados provoca na população local um sentimento de orgulho e desejo de preservar, situação positiva, sobretudo para as culturas tradicionais, que correm o risco de serem absorvidas ou substituídas por práticas de outras culturas.

- definido por paisagens locais, já que conta com um grande número de recursos naturais e socioculturais como amplos espaços de tranquilidade e para repouso, paisagem atrativa, importante patrimônio arquitetônico e urbanístico, etc.

culturais, econômicas e sociais relacionadas à concepção de turismo rural. (TULIK, 1997).

A maioria dos autores possui uma visão própria para definir o turismo rural, poderemos observar a seguir algumas conceituações. Loureiro e Kastenholtz (2011, p. 575) falam que *“conceptually, rural tourism is tourism in the countryside that embraces the rural environment as pivotal to the product offered.”*¹⁷ Ainda, segundo as autoras, *“rural tourism has been identified as a development tool of rural areas, due to its potential of integrating diverse activities and resources available in these areas that are further increasingly demanded by tourist market.”*¹⁸

Novaes (1999, p. 28) define turismo rural como:

[...] uma forma alternativa de turismo pela qual as propriedades rurais que possuem atividades produtiva passam a oferecer diversos tipos de serviços turísticos como hospedagem, alimentação, passeios, venda de produtos locais, além da oportunidade para os visitantes desfrutarem diferentes ambientes rurais, em estreito contato com a natureza e com costumes fora do ambiente urbano.

Beni (2008, p. 417) fala que o turismo rural possui características próprias bem definidas, e comenta que:

Em termos de permanência e de utilização de equipamentos, tanto pode apresentar instalações de hospedagem em casas de antigas colônias de trabalhadores e imigrantes dos distintos períodos agrários do Brasil, bem como em sedes de fazendas e casas de engenho dos ciclos do café e da cana-de-açúcar, que tipificamos patrimônio histórico-arquitetônico e étnico-cultural de muitos estados brasileiros, quanto também em propriedades modernas, complexos turísticos e hotéis-fazenda, particularmente voltados aos turistas que buscam lazer e recreação em atividades agropastoris.

O autor diz que o turismo rural possui sua origem em duas vertentes, a primeira delas está nas experiências já consolidadas em vários países e também no Brasil, envoltas a uma oferta de serviços de lazer e hospedagem em propriedades rurais produtivas, com a introdução do turismo rural, como alternativa de aumento de renda, agregação de valor a terra e de fixação de trabalhadores rurais no campo.

¹⁷ Conceitualmente o turismo rural é o turismo que abraça o ambiente rural como produto fundamental a ser ofertado.

¹⁸ O turismo rural tem sido identificado como uma ferramenta de desenvolvimento de áreas rurais, devido ao seu potencial de integração de diversas atividades, e os recursos disponíveis nestas áreas estão cada vez mais procurados pelo mercado turístico.

“Quando o turismo passa a ser então, a principal atividade produtiva explícita o próprio conceito de turismo rural.” (BENI, 2008 p.471).

A segunda vertente é no caso das propriedades não produtivas que possuem amplas instalações receptivas, algumas de valor histórico-patrimonial e arquitetônico de época que, adaptadas, absorvem parte de uma demanda diferenciada. Incluem-se aqui os modernos hotéis-fazenda e acampamentos de férias para jovens e idosos.

O conceito de turismo rural definido pela Comissão das Comunidades Europeias, citado por Henche (2011, p.66) é: *“aquella actividad turística realizada en el espacio rural, compuesta por una oferta integrada de ocio, dirigida a una demanda cuya motivación es el contacto con el entorno autóctono y tenga una interrelación con la sociedad local.”*¹⁹

Salvatierra (2010, p. 87) ensina que:

*[...] el turismo rural conforma una modalidad turística a través de la cual se ofrece una gama de actividades recreativas, alojamientos y servicios afines, situadas en el medio rural y dirigidas especialmente a personas que buscan disfrutar unos días en el campo, estar en contacto con la naturaleza y con la comunidad local. Asimismo, es una modalidad a través de la que se busca que las comunidades rurales participen de la derrama económica que los desplazamientos turísticos y/o recreativos provocan*²⁰

Rodrigues (2001, p. 110), analisa o turismo rural sob duas vertentes, a tradicional e a contemporânea. A análise da autora enumera algumas modalidades dentro de cada vertente, são elas:

1. Turismo rural tradicional, que possui as seguintes modalidades: de origem agrícola, pecuarista e de colonização europeia.
2. Turismo rural contemporâneo, com as modalidades: hotéis-fazenda, pousadas rurais, spas rurais, segunda residência campestre, campings e

¹⁹ Aquela atividade turística realizada no espaço rural, composta por uma oferta integrada de lazer, direcionada a uma demanda cuja motivação é o contato com o entorno autóctone e tenha uma inter-relação com a sociedade local.

²⁰ O turismo rural constitui uma modalidade turística por meio da qual se oferece uma gama de atividades recreativas, hospedagens e serviços afins situados no meio rural e direcionados especialmente a pessoas que procuram desfrutar uns dias no campo, estar em contato com a natureza e comunidade local. É também uma modalidade através da qual se procura que as comunidades rurais participem dos benefícios econômicos que os deslocamentos turísticos e/ou recreativos provocam.

acampamentos rurais, turismo de caça e pesca, turismo rural místico ou religioso e turismo rural científico-pedagógico.

O turismo rural não é mais temporário ou acidental, e sim uma evolução do modelo de sociedade atual. De modo geral, os indicadores mostram um crescimento na procura desta atividade. A demanda é caracterizada por uma situação econômica superior à média, exigência de qualidade, genuinidade e busca de um diferencial em relação às demais modalidades do turismo. Portanto, alguns fatores são necessários e fundamentais para suscitar o desenvolvimento de uma procura crescente, como a melhoria das infraestruturas, maior sensibilidade às questões ligadas à saúde e também a ecologia. (ZDEPSKI, 2001 citado por SANTOS, 2008).

Em termos gerais, é uma atividade de lazer a qual o homem urbano busca junto às propriedades rurais produtivas, com o objetivo de resgatar suas origens culturais, o contato com a natureza e a valorização da cultura local, e para o homem do campo representa um meio de aumentar sua renda mensal, valorizando sua propriedade e seu estilo de vida. (MOLETTA E GOINDANICH, 1999).

Fialho (2003) afirma que o turismo rural propicia a valorização do ambiente onde está sendo explorado, pois tem a capacidade de destacar a cultura e a diversidade natural da região. Proporcionando a conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural. Caracteriza-se por uma gestão sustentável onde beneficia a população local que participa direta ou indiretamente das atividades relacionadas com o turismo.

O que podemos analisar, é que ainda há muito confusão entre os termos praticados de turismo no espaço rural, muitos autores utilizam o termo turismo rural, como um abrangente de todo tipo de turismo que ocorre no espaço rural. Apesar de todas as diferentes tipologias, podemos verificar que o turismo rural está colaborando para a diversificação das atividades no meio rural, não dependendo de existir atividade primária para acontecer. Cabe destacar aqui que para esse trabalho, utilizamos o termo turismo rural como aquele em que, a principal atividade econômica da propriedade rural é o turismo, ficando para segundo plano (e às vezes nem existindo), a atividade primária.

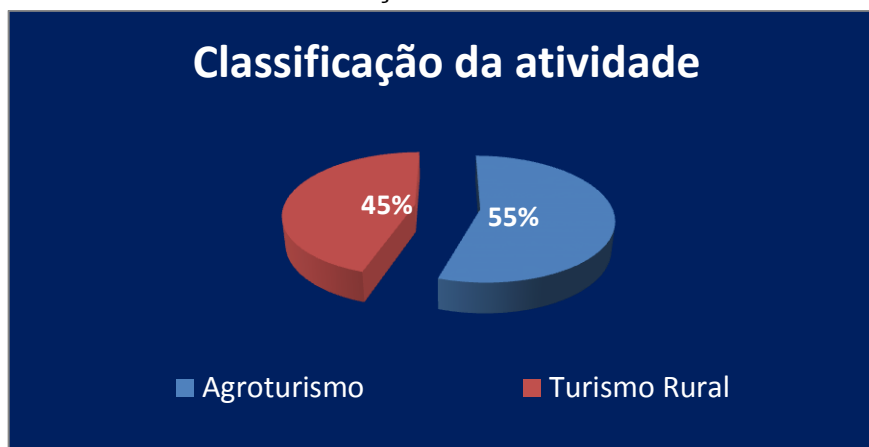
6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS – ESTUDO COMPARADO, COREDE CAMPOS DE CIMA DA SERRA X COREDE FRONTEIRA OESTE

O capítulo irá demonstrar a análise dos dados levantados nas entrevistas realizadas com os proprietários rurais na pesquisa de campo, nos COREDEs Campos de Cima da Serra (CCS) e Fronteira Oeste (FO). As análises foram feitas comparativamente entre as duas regiões.

6.1 CLASSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

Visando responder a uma dos objetivos traçados para este estudo, analisamos as propriedades rurais quanto a sua atividade turística. Podemos observar conforme o gráfico 9, que na sua totalidade o agroturismo²¹ é o mais praticado nas duas regiões.

Gráfico 9 - Classificação da Atividade Turística Total



Fonte: Pesquisa de Campo (2013/14)

Porém, ao analisar cada região separadamente verificamos que nos CCS, existe uma distribuição igualitária da atividade, sendo que o TR representa 50% das propriedades ativas e o agroturismo os outros 50%. Já na FO, o TR representa apenas 33,3% das propriedades contra 66,7% que praticam o agroturismo.

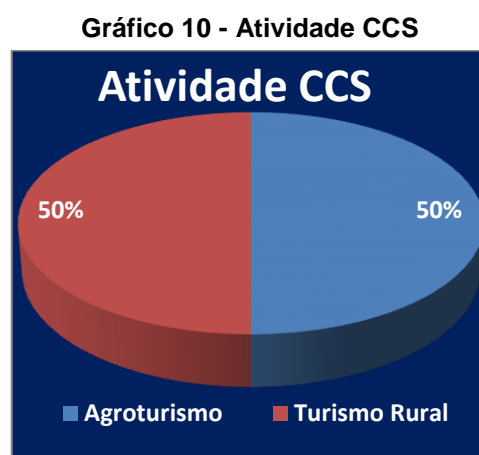
²¹ Agroturismo, segundo Beni 2008 p. 471 [...] “a produção agropastoril que em escala econômica representa a maior fonte de rendimento da propriedade, ficando o turismo como uma fonte de receita complementar.”

Isoladamente devemos entender que nos CCS, as propriedades estão divididas igualmente devido ao maior incentivo público do município de São José dos Ausentes, onde está localizada a maior parte das propriedades da região. A secretaria de turismo do município fomenta o turismo nas áreas rurais, juntamente com o envolvimento da comunidade e, observa-se também, que muitas propriedades estão inseridas em áreas com cânions, fato que atrai muitos turistas. Veiga (2002, p. 48) recorre sobre o poder público dizendo que:

Não resta dúvida de que o desempenho socioeconômico de um município rural depende muito do dinamismo de suas prefeituras. Elas não podem fazer milagres, mas são bem recorrentes os casos em que a dinamização socioeconômica pode ser atribuída à capacidade do poder local em atrair para o município decisivos investimentos privados e públicos.

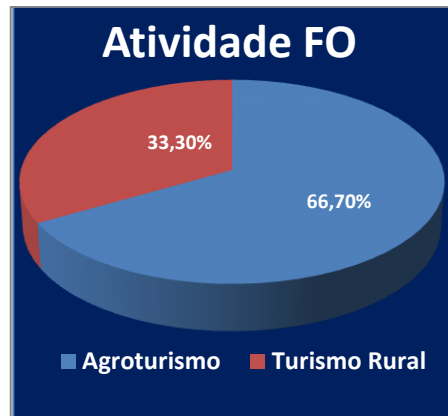
O que deve ser explicitado, é que esse município foi o único em que os proprietários estão envolvidos em atividades juntamente com o setor público, para alavancar o turismo nas suas áreas rurais, fato esse que impulsiona os proprietários a seguirem em frente e continuarem recebendo turistas nas suas propriedades.

Existem na região algumas propriedades que sua principal fonte de renda continua sendo a atividade primária, fato que não faz com que os proprietários desistam do turismo. A maioria dessas propriedades, são aquelas em que os proprietários, infelizmente, não conseguiram investir na infraestrutura de suas fazendas para receber o turista com mais conforto. Esses querem continuar a recebê-los em suas propriedades e querem cada vez mais poder melhorar a sua infraestrutura para melhor acolhê-los.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013/14)

Gráfico 11 - Atividade FO



Fonte: Pesquisa de Campo (2013/14)

Como podemos verificar no gráfico 11, a região da FO, possui as propriedades em 66,6% praticando o agroturismo, ou seja, a principal fonte de renda desses locais é a atividade primária. Isso se deve a muitas razões, mas podemos analisar algumas como: a falta de incentivo do poder público em divulgar o turismo no espaço rural, a falta de manutenção das estradas de acesso, a distância que a região se encontra da Capital do Estado e também por ser uma região com fazendas com grandes extensões territoriais, onde a pecuária é muito forte. Sharpley e Vass (2006) em seu estudo em fazendas do nordeste da Inglaterra, demonstram que os proprietários ingleses também consideram que o setor público deva ser mais presente para o fomento do turismo no espaço rural. Eles falam que: “[...] *considered that the public sector should be more proactive in supporting the promotion of rural tourism either through subsidising individual businesses, advertising or more generally promoting the region more effectively.*”²² (SHARPLEY E VASS, 2006 p. 1049)

De qualquer forma, quando observamos o todo, verificamos que o agroturismo ainda é a atividade mais praticada, podemos a partir disso entender que o turismo no espaço rural dessas regiões, ainda está em fase de expansão e que este ainda é realizado como renda complementar as famílias rurais. Existe a possibilidade de expansão do turismo, mas para isso muitas coisas precisam ser

²² Considera-se que o setor público deva ser mais proativo em apoiar a promoção do turismo rural, por meio de subsidiar as empresas individuais, com publicidade ou mais geralmente, promovendo a região mais eficazmente.

mudadas e mais incentivadas. Esperamos que com o passar dos anos, as propriedades continuem recebendo os turistas, independente de ser ou não a principal fonte de renda, pois acreditamos que o turismo no espaço rural é um agregador de receita e de desenvolvimento rural não só para quem recebe como também para as comunidades do entorno.

*[...] rural tourism has long been considered a means of achieving economic and social development and regeneration. More specifically, it has been widely promoted as an effective source of income and employment, particularly in peripheral rural areas where traditional agrarian industries have declined.*²³ (SHARPLEY, 2002, p. 233)

Não importa qual seja a atividade praticada, o que importa é que o turismo seja praticado, para apoiar essas famílias, agregando a renda familiar e promovendo o desenvolvimento social das comunidades envolvidas. Devemos compreender que o turismo no espaço rural, não pode ser visto como a salvação de todos os males do espaço rural, mas ele deve ser percebido como um complemento de renda e possível bem-estar das famílias rurais.

6.2 LOCALIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES

Apesar dos COREDEs serem constituídos em sua totalidade por 23 municípios, sendo 10 no COREDE Campos de Cima da Serra e 13 na Fronteira Oeste, as propriedades rurais estão distribuídas em apenas 07 municípios, sendo 03 nos Campos de Cima da Serra e 04 na Fronteira Oeste, como podemos analisar na tabela 1.

²³ Turismo rural tem sido considerado um meio de alcançar a regeneração e o desenvolvimento económico e social. Mais especificamente, foi amplamente promovido como uma eficaz fonte de renda e emprego, particularmente nas zonas rurais periféricas, onde as indústrias agrárias tradicionais declinaram.

Tabela 1 - Localização das propriedades

Município	Fronteira Oeste		Campos de Cima da Serra	
	Freq.	%	Freq.	%
São José dos Ausentes	0	0,0%	9	64,3%
Bom Jesus	0	0,0%	3	21,4%
Vacaria	0	0,0%	2	14,3%
Santana do Livramento	3	50,0%	0	0,0%
Quarai	1	16,7%	0	0,0%
Uruguiana	1	16,7%	0	0,0%
São Borja	1	16,7%	0	0,0%
Total	6	100,0%	14	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campos 2013/14

Em ambas as regiões existem uma grande variedade de atrativos naturais e muitas vezes estes acabam não sendo explorados pelos produtores por muitos motivos, o que acaba direcionando o turismo para alguns municípios onde há um certo engajamento da comunidade e do setor público para esta prática. Nos Campos de Cima da Serra, observamos que a maioria das propriedades, estão localizadas no Município de São José dos Ausentes. O que se nota é que o setor público do Município, em especial a secretaria de turismo juntamente com a comunidade estão de fato envolvidos para tentar desenvolver o turismo nas suas áreas rurais, além disso, o município é dotado de uma paisagem natural cercada pelos campos e com muitos cânions, o que faz com que as propriedades possuam um atrativo a mais para se desenvolverem. Já Bom Jesus é um município próximo de São José dos Ausentes, porém as suas propriedades possuem um perfil um pouco diferenciado e acabam não recebendo tantos turistas que procuram o espaço rural.

Referente à Fronteira Oeste, devemos fazer um comparativo de que essa é uma região de certa forma privilegiada, por estar na divisa com o Uruguai e com a Argentina, fato que atrai muitos turistas e, além disso, é uma região muito rica historicamente e existe a presença de sítios arqueológicos no município de Quarai, onde existe uma propriedade rural recebendo turistas.

Em Santana do Livramento há 3 propriedades rurais, que possuem uma infraestrutura boa e pelo fato de estarem próximas a cidade de Riviera na República Oriental do Uruguay, acabam recebendo turistas que além de utilizarem o meio rural

para se hospedarem, utilizam a região para fazerem compras, uma opção a mais para atraírem os turistas.

Uruguaiana e São Borja possuem apenas uma propriedade em cada município, sendo que estas possuem diferentes públicos alvos, em Uruguaiana a propriedade está localizada no meio rural, mas acaba recebendo mais turistas para passarem o dia, por se tratar de um empreendimento com piscinas etc. A propriedade de São Borja, possui uma infraestrutura pequena e simples, e o público alvo deles são os peregrinos e encontros de igrejas e empresas, que normalmente utilizam a propriedade apenas para passar o dia.

As propriedades dos CCS estão a aproximadamente 230 Km de distância da Capital do Estado, Porto Alegre. Já as propriedades da FO estão a cerca de 500 Km da Capital Gaúcha como observa-se na tabela 2.

Martínez e Monzonís, (s.d., p. 38) analisam a distância das propriedades rurais com o tempo de permanência dos hóspedes e a origem destes. Quando a distância, segundo eles, for menos de 150 Km e o tempo de viagem inferior a 1h30 min, normalmente os hóspedes ficam os finais de semana, quando a distância é de 150 a 300 Km eles ficam em feriados e quando a distância é maior que 300 Km, normalmente o hóspede fica no período de férias.

Campos de Cima da Serra possui as menores distância em relação a Capital do Estado, são 8 propriedades em torno de 174 a 198 Km. Já as propriedades da Fronteira Oeste estão todas a mais de 500 Km, dado que dificulta a ida de turistas por um período mais curto de tempo, como referido por Martínez e Monzonís.

Tabela 2 - Distância em Km das propriedades em relação a Capital Porto Alegre

Distância de POA em km	Fronteira Oeste		Campos de Cima da Serra		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
174 Km – 198 Km	0	0,0%	8	57,1%	8	40,0%
213 Km – 224 km	0	0,0%	6	42,9%	6	30,0%
500 Km – 641km	6	100,0%	0	0,0%	6	30,0%
Total	6	100,0%	14	100,0%	20	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Quanto à origem dos hóspedes, a grande maioria destes (90%), é de origem urbana estadual, dado que corrobora com a análise das distâncias dos autores

citados anteriormente. A tabela 3 nos demonstra a situação de cada região e, sua totalidade. As propriedades da FO estão localizadas mais próximas dos centros urbanos, porém, notem que, pessoas de origem urbana local são praticamente inexistentes em ambas as regiões.

Tabela 3 - Origem dos hóspedes

Origem	Fronteira Oeste		Campos de Cima da Serra		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Urbana Estadual	5	83,3%	13	92,9%	18	90,0%
Urbana Fora do Estado	2	33,3%	11	78,6%	13	65,0%
Urbana Internacional	3	50,0%	7	50,0%	10	50,0%
Urbana Regional	2	33,3%	2	14,3%	4	20,0%
Urbana Local	1	16,7%	0	0,0%	1	5,0%
Total	6	100,0%	14	100,0%	20	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Nota: múltipla resposta

O que ocorre é que mesmo que na Fronteira Oeste as propriedades se encontrem distantes da Capital, elas possuem uma infraestrutura melhor do que as de CCS (ver imagens no apêndice 2), podemos porém muitas propriedades que existiam antigamente nessa região fecharam, e um dos fatos pode ser a longa distância da Capital e o acesso ruim. Boullón e Boullón (2008) comentam que em pesquisas realizadas na Europa com turistas que procuram o meio rural demonstram que estes são originários de grandes e médias cidades, e procuram as propriedades que não se situem muito distante da sua residência.

A região da FO ainda além de estar distante da capital do Estado, o acesso às propriedades não são bons, as estradas são ruins. Martínez e Monzonís (s.d., p. 38) comentam que *“Pero la distancia está íntimamente relacionada con la calidad de los accesos y con los medios a través de los cuales se puede acceder.”*²⁴

Os autores entendem que o turismo rural e o agroturismo são um turismo de proximidade.

²⁴ Mas a distância está intimamente relacionada com a qualidade dos acessos e com os meios através dos quais se pode ter acesso.

6.3 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES E DOS PROPRIETÁRIOS

Observa-se nas tabelas 4 e 5 a área das propriedades. Podemos identificar que a região CCS possui suas propriedades com uma extensão territorial abaixo de 147 ha em 71,4%, porém possui também a propriedade de maior área territorial das duas regiões. A FO possui a maioria de suas fazendas 66,7% com mais de 500 ha, fato que pode ser analisado pelas criações de gado e ovinos da região, criações essas que exigem maiores espaços territoriais e que é muito desenvolvida na região. Segundo Santos (2004, p. 67), em uma análise em sua pesquisa na Metade Sul do Estado do Rio grande do Sul, ao qual encontrou grandes extensões territoriais, refere que: “esses dados sugerem que o empobrecimento dos grandes proprietários provavelmente os levou a procurar novas fontes de receita na atividade receptiva do turismo.”

Tabela 4 - Área das propriedades CCS em hectares (ha)

Área em hectares	Campos de Cima da Serra	
	Freq.	%
4-50 ha	5	35,7%
60-147 ha	5	35,7%
200-480 ha	3	21,5%
1700 ha	1	7,1%
Total	14	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Tabela 5 - Área das propriedades FO em hectares (ha)

Área em hectares	Fronteira Oeste	
	Freq.	%
60-196 ha	2	33,3%
550-783 ha	4	66,7%
Total	6	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Podemos entender um pouco mais a distribuição total das duas regiões, em observância ao gráfico 12, que representa a totalidade das extensões territoriais das

regiões, note que no comparativo total, a maioria das propriedades (40%) possuem áreas com menos de 100 ha.

Gráfico 12 - Área das fazendas CCS e FO total



Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Cabe aqui uma reflexão, que ao se analisar as contas dos agricultores que possuem propriedades com menos de 100 ha, nem mesmo um terço desses tiram da lavoura renda familiar superior a dois salários mínimos, deduzem daí, que metade desses 4,3 milhões de propriedades sequer possuem condições de sobreviver. Além disso, esses agricultores dificilmente se especializam e sempre buscam trabalho fora, exercem outras atividades que, em grande parte, não pertence ao setor agropecuário. (Veiga, 2002). No caso dessas regiões, em especial a CCS que possui as propriedades com menor área territorial, a atividade extra, foi o incremento do turismo para a busca de um aumento da renda familiar, pois dificilmente esses estariam sobrevivendo apenas da agropecuária.

Em consonância a análise territorial das propriedades, foi feita uma verificação sobre desde qual geração estas terras estariam nas famílias dos proprietários. Na FO, em 66,7% das famílias as terras estão em sua primeira geração, o que nos demonstra que novas pessoas estão comprando terras e estão procurando o espaço rural para viverem. Já nos CCS, as propriedades estão na terceira geração familiar em 28,6% e outros 28,6% na quarta geração. Isso nos remete a analisar que essa é uma região em que as pessoas possuem mais apego a terra, onde as propriedades estão, há mais tempo com a mesma família.

Analisando o total das duas regiões, foi verificado que 35% das propriedades estão na sua primeira geração e 30% na quarta geração. As compras de novas propriedades, assim como o incremento do turismo nas propriedades em que a mais tempo estão na mesma família, podem ser observadas pela ótica de que, com o passar dos anos, essas propriedades precisaram ser divididas, por muitos fatores, mas principalmente pela morte de seus proprietários como também por problemas econômicos.

Com o passar das décadas, o espaço rural se transformou em muitos aspectos, e houve também grandes transformações na agricultura familiar a partir dos anos 70. Woortmann (1995) citado por Costa (2008) diz que o dilema sucessório dá-se quando são introduzidos no universo da comunidade e da família projetos individuais dos filhos, em oposição aos projetos coletivos enquanto unidade familiar. Concomitantemente a esse raciocínio Silvestro et al. (2001) citado pela mesma autora explica que a formação de novas unidades de produção encontra-se limitada; os jovens passam a possuir objetivos individuais, não demonstrando mais o interesse em reproduzir o papel de seus pais. Exaure-se a fusão que existia entre o destino da propriedade associado aos objetivos dos membros das famílias. Segundo esse autor, o processo sucessório torna-se conflituoso e ameaçador para a continuidade da agricultura familiar.

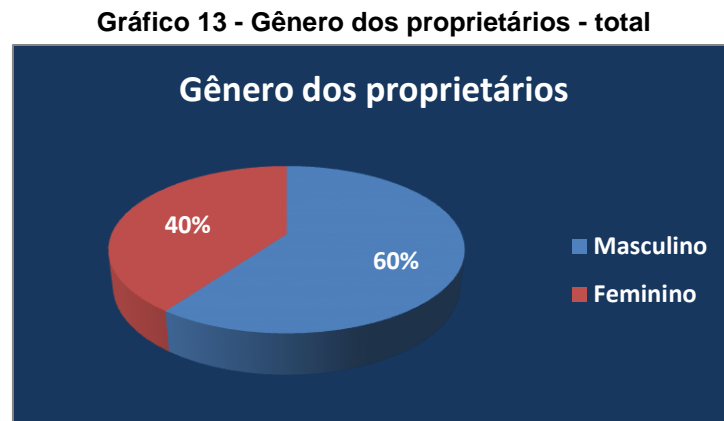
Apesar da análise sucessória, verificamos dados em que novas famílias estão migrando para o espaço rural, dando continuidade à agricultura familiar e também acrescentando o turismo no espaço rural, como complemento da renda familiar e a tentativa de reter os jovens nesses espaços e a esperança de uma continuidade familiar no campo, com a presença de atividades não-agrícolas para diversificar o estilo de vida do campo.

São algumas as situações em que as terras de uma família são divididas. No meio rural normalmente com o falecimento dos proprietários, se a família possuir mais de um herdeiro, pode ocorrer duas situações, como se refere Carneiro (2001) citada por Costa (2008, p.39), que explica que as heranças passam por dois momentos sendo: “[...] a escolha do sucessor – aquele que assegura a continuidade da exploração agrícola e a manutenção do grupo familiar – e a partilha dos bens, diretamente associada ao primeiro.” A referida autora relata que as questões relativas à sucessão podem ser resolvidas de duas formas: mantendo a integridade

do patrimônio, ou conduzindo ao fracionamento do patrimônio, podendo levar a inviabilidade.

O que ocorre em muitos casos é que, com a presença de muitos herdeiros poucos deles possuem interesse em ficar no campo, por não morarem próximo, por não gostarem, e por tantos outros fatores específicos de cada família. Com a partilha, os campos são vendidos e novas pessoas chegam a esses locais explorando-os de formas diversas.

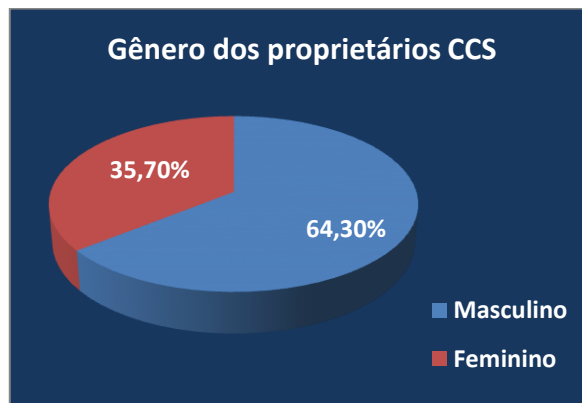
Na sequência vamos analisar o gênero dos proprietários rurais. O gráfico 13 nos mostra que na totalidade das duas regiões, os homens são, em sua maioria, os administradores e proprietários das fazendas.



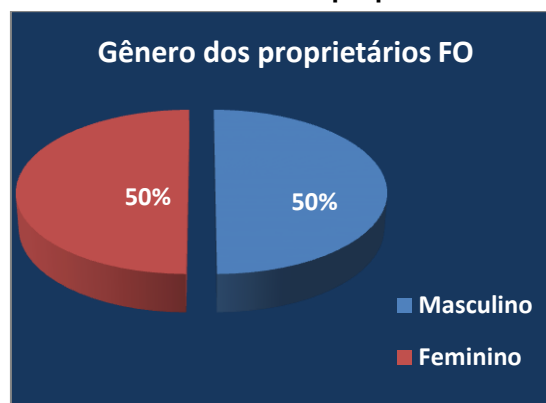
Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Analisando as regiões isoladamente, verifica-se no gráfico 14 que nos CCS os homens também em sua maioria são os proprietários, porém cabe destacar, que na maioria das propriedades de CCS, quem cuida da parte do turismo nas fazendas, são as mulheres, ficando a lida do campo para os homens.

A participação da mulher rural, dentro da unidade de produção, se dá em duas esferas: na reprodutiva que está relacionada com o trabalho doméstico (cuidados com a família, educação, horta, pequenos animais); e na produtiva, que está relacionada com as atividades agrícolas, não-agrícolas e de trabalho remunerado fora da propriedade. (LUNARDI, 2007 p.19)

Gráfico 14 - Gênero dos proprietários CCS

Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Gráfico 15 - Gênero dos proprietários FO

Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Na FO, existe uma divisão igualitária dos gêneros, porém, da mesma forma que em CCS, a parte do turismo na maior parte dos casos é administrada pela mulher, ficando para os homens a administração da agropecuária. Lunardi (2007, p. 21) fala da participação da mulher frente ao turismo rural sobre a seguinte óptica:

No turismo rural, a mulher assume diferentes papéis que vão desde as atividades domésticas até as consideradas empresariais. Sua participação é fundamental no desenvolvimento de tais atividades, já que ela traz consigo as competências de dona de casa, o que torna a atividade turística rural mais característica do ambiente familiar rural. A similaridade das atividades que são desenvolvidas no turismo com as domésticas permite que a mulher considere o turismo como uma extensão do trabalho de casa. Esse fato ainda é acentuado porque as atividades são desenvolvidas no mesmo ambiente de moradia.

As mulheres que são proprietárias rurais, normalmente assumem as propriedades devido ao falecimento dos esposos ou por herança dos pais,

independentemente disso, a participação da mulher dentro das propriedades e principalmente na atividade turística, é essencial para o bom funcionamento da propriedade e também para o desenvolvimento destas. Por motivos óbvios, a parte mais pesada da lida do campo normalmente fica para os homens. A respeito da administração das propriedades, em suma essas ficam normalmente para os proprietários ou entre o proprietário e o cônjuge.

A seguir iremos observar a escolaridade dos proprietários rurais conforme segue a tabela 6, onde podemos notar que na totalidade das regiões, a maioria dos proprietários (35%) possui o 3º grau incompleto e outros 30% estão divididos em 15% com 2º grau completo e outros 15% apenas o 1º grau completo. Dados do IDH (índice de desenvolvimento humano)²⁵ nos mostra que a região da FO, apresenta, analisados especificamente os municípios em que as propriedades rurais ativas se encontram, em torno de 18,8% da população possui o ensino fundamental completo, já nos CCS 17,1%. Com ensino médio completo na FO 23% da população contra 14% nos CCS, com superior completo, as taxas caem ainda mais. Verificamos que apenas 13,38% da população dos quatro municípios da FO possuem curso superior completo e nos CCS apenas 8,56% da população dos três municípios. Fazendo uma breve análise quanto às taxas de analfabetismo, na FO está em torno de 6% e nos CCS 8%, números que assustam um pouco pois podemos observar que a educação ainda está fragilizada, ainda temos os dados em que entram os ensinos não completos (fundamental, médio e superior), taxas que segundo o Atlas Brasil giram em torno de 42% na FO e 53% nos CCS.

²⁵ IDH consultado no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, com dados levantados em 2010.

Tabela 6 - Escolaridade dos proprietários rurais

Escolaridade	Fronteira Oeste		Campos de Cima da Serra		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
1º Grau incompleto	0	0,0%	1	7,1%	1	5,0%
1º Grau completo	1	16,7%	2	14,3%	3	15,0%
2º Grau incompleto	0	0,0%	1	7,1%	1	5,0%
2º Grau completo	1	16,7%	2	14,3%	3	15,0%
3º Grau incompleto	2	33,2%	5	35,8%	7	35,0%
3º Grau completo	1	16,7%	2	14,3%	3	15,0%
3º Grau completo nas áreas das agrárias	1	16,7%	0	0,0%	1	5,0%
Pós Graduado	0	0,0%	1	7,1%	1	5,0%
Total	6	100,0%	14	100,0%	20	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

A respeito da quantidade de filhos, no total das regiões, 95% dos proprietários os possuem, sendo que 36,8% possuem 2 filhos, 26,3% possuem 3 filhos, 15,8% tem apenas 1 filho e 21,1% possuem mais de 4 filhos. Na FO analisados os seis proprietários temos um total de 18 filhos e os treze proprietários que possuem filhos nos CCS, nos apresenta um total de 34 filhos. Dados esses contrapostos com os do IDH, nos mostra que no geral, ambas as regiões possuem um taxa de fecundidade (filhos por mulher) de aproximadamente 2%.

Todos os filhos dos proprietários que estão em idade escolar, estão estudando, os outros, 6,1% possuem 03º grau incompleto, 38,3% tem o 3º completo e apenas 2,1% possui pós-graduação. A maioria dos filhos que terminaram o ensino médio, assim como o superior não residem mais nas propriedades, Santos 2004, p.74 fala comenta que com alta escolaridade a maioria dos filhos desejam se afastar, pelo menos profissionalmente das atividades do campo.

A tabela 7 nos mostra o Estado de residência dos filhos dos proprietários. Podemos verificar que no total, a maioria (68,3%) dos filhos reside no Estado do Rio Grande do Sul, sendo Santa Catarina o segundo local com 24,4% dos filhos residindo.

Tabela 7 - Estado de residência dos filhos

Residência	Fronteira Oeste		Campos de Cima da Serra		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Rio Grande do Sul	8	50,0%	20	80,0%	28	68,3%
Santa Catarina	5	31,3%	5	20,0%	10	24,4%
São Paulo	2	12,4%	0	0,0%	2	4,9%
Mato Grosso	1	6,3%	0	0,0%	1	2,4%
Total	16	100,0%	25	100,0%	41	100,0%
Não resposta	2		9		11	

Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Nota: Múltipla resposta

O que vale destaque aqui é que nos CCS dos 80% dos filhos que residem no Rio Grande do Sul, 32% residem na própria fazenda, dado que nos mostra que nesta região existe maior vínculo com a terra. Veiga (2002, p. 99) fala que: “[...] As sondagens de opinião mostram um alto nível de satisfação entre os que vivem no campo.”

6.4 INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE PRIMÁRIA

A exploração agrícola está presente no cotidiano dos proprietários rurais, todavia na FO por se tratar de uma região em que a pecuária se faz mais presente, apenas um proprietário rural planta arroz, soja ou milho. Já nos CCS 11 proprietários cultivam principalmente o milho, fato que pode ser explicado por se tratar de um cultivo que pode ser realizado também em pequenas extensões de terra e é produzido em grande escala, não necessita de grandes investimentos e além de tudo é um alimento bom para o ser-humano e também para os animais.

Apesar dos CCS se destacar pelo grande cultivo de soja e grãos, essa não é a realidade dos proprietários entrevistados, isso porque para a exploração desses grãos os investimentos são mais altos, Santos (2004 p. 81) indica que: “na produção do arroz e da soja, estes produtos necessitam de grandes investimentos, como adubo, sementes, defensivos, tratores, colheitadeiras, implementos, etc.”

Nas duas regiões, nove proprietários fizeram pastagem no inverno passado, essa exploração é muito importante, pois ambas as regiões possuem os invernos muito rigorosos com temperatura que chegam a ficar abaixo dos 0°. Além disso,

alguns pastos nativos não suprem as necessidades mínimas de nutrição básica. (SANTOS, 2004, p. 88).

A pecuária praticada nas propriedades da FO e dos CCS em sua maioria é a bovinocultura, sendo distribuídos em 55% bovinos de corte e 50% os de cria, como podemos observar detalhadamente na tabela 8. Não podemos esquecer também da ovinocultura que se faz presente nas duas regiões estudadas.

Tabela 8 - Pecuária nas propriedades

Pecuária	Fronteira Oeste		Campos de Cima da Serra		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Bovinos de corte	4	66,7%	7	50,0%	11	55,0%
Bovino de cria	5	83,3%	5	35,7%	10	50,0%
Bovinos de Leite - tipo	4	66,7%	4	28,6%	8	40,0%
Ovinos para carne	5	83,3%	3	21,4%	8	40,0%
Ovinos para consumo interno	5	83,3%	2	14,3%	7	35,0%
Ovinos para lã	4	66,7%	1	7,1%	5	25,0%
Não tem	1	16,7%	3	21,4%		0,0%
Total	6	100,0%	14	100,0%	20	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo 2013/14

Nota: Múltipla resposta

São doze as propriedades rurais que possuem produção de leite, este é consumido apenas internamente, nenhuma dessas propriedades produz leite para consumo externo. Dessas, a grande maioria 20% produz de 1 a 5 litros/dia e outros 20% de 6 a 10 litros/dia, acima de 11 litros/dia outros 20% e os outros 40% são os que não o produzem.

6.5 POTENCIAL TURÍSTICO DAS PROPRIEDADES

Os inícios das atividades turísticas no espaço rural das regiões estudadas se deram entre 1992 a 2007, como podemos visualizar a abertura desses empreendimentos em números no gráfico 16.

Gráfico 16 - Ano de início das atividades turísticas (total)



Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Analisando as regiões separadamente podemos observar que os CCS foram os primeiros a abrirem suas propriedades para receber turistas no ano de 1992 como podemos observar no gráfico 17. Um ano após, a FO abre as portas da sua primeira propriedade para a atividade turística, como observamos no gráfico 18.

Brambatti (2002, p. 7) destaca que “milhares de pessoas buscam anualmente aventura com segurança, contato com a natureza e a redescoberta dos valores antigos, presentes na arquitetura colonial ativa, nos costumes, e na interatividade com comunidades rurais.”

Gráfico 17 - Ano de início das atividades turísticas FO



Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Observa-se uma tendência de crescimento destacado do turismo interno com predomínio de motivação de reencontro com a natureza, de caráter familiar e bem intimista nas relações do turismo com o meio ambiente (BENI, 2003).

Gráfico 18 - Ano de início das atividades turísticas FO



Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

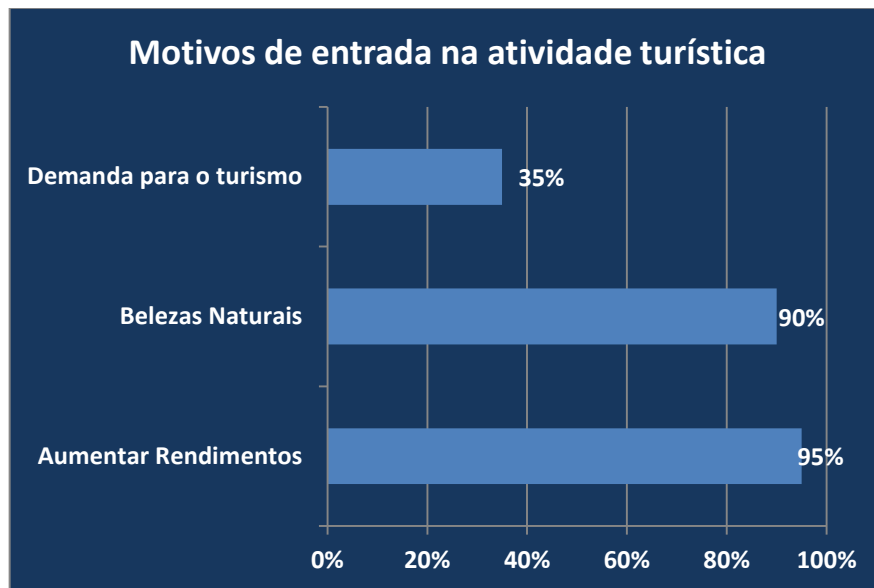
A partir do início das atividades turísticas, e da nova demanda existente para o espaço rural, verificamos também o motivo que fez com que os proprietários abrissem as suas casas para receber os turistas no meio rural, o que foi observado é que 95% iniciou a atividade para aumentar os rendimentos familiares. Fleischer e Felsenstein (2000, p. 1007) apontam que: *“The promotion of small-scale tourism is intuitively perceived as a suitable form of economic development for rural areas.”*²⁶

Portuguez (2005, p. 582), nesse sentido, faz uma análise pertinente:

Enquanto atividade produtiva, o turismo rural tem como objetivos: a geração de renda, geração de postos de trabalho, aumentar a arrecadação de impostos e, ao mesmo tempo, funcionar como otimizador dos empreendimentos rurais em áreas de interesse de visitação, que contam com aspectos culturais e naturais atraentes para uma demanda predominantemente urbana, cada vez mais diversificada e exigente.

²⁶ A promoção do turismo em pequena escala é intuitivamente percebida como uma forma adequada do desenvolvimento econômico das áreas rurais.

Gráfico 19 - Motivo de entrada no turismo



Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Nota: Múltipla resposta

A maioria dos proprietários de modo geral, isso não é restrito apenas as regiões apontadas, incrementam o turismo nas suas propriedades de forma a aumentar a renda familiar, além disso, muitos elencaram as belezas naturais como motivo agregador e apenas 35% apontaram a demanda para o turismo, como podemos analisar no gráfico 19 acima.

Quanto à capacidade hoteleira, apenas uma propriedade rural não possui alojamento e só recebe os turistas para passarem o dia, ou acamparem. Como disposto na tabela 9, a maioria das propriedades no total das regiões em 45% possuem de 11 a 20 unidades habitacionais (U.H) ou quartos e 40% de 6 a 10 U.H. ou quartos, esses números se referem as U.H. privativas, normalmente separadas da casa dos proprietários, em estilo pousada horizontal de apenas um andar, ou em forma de chalés. Já os quartos, são aqueles que ficam dentro da casa dos proprietários com ou sem banheiro privativo. A respeito da infraestrutura dos empreendimentos rurais:

Alguns lugares ainda orgulham-se de sequer ter luz elétrica ou conectividade em comunicações, inclusive internet. Isso serve para alguns pequenos nichos de mercado que não se importam com pernilongos, banhos frios [...]. É uma minoria em termos de turistas contemporâneos. Os grandes mercados e investimentos destinam-se aos empreendimentos que

respeitam o meio ambiente natural e cultural, são sustentáveis, conseguem atingir patamares elevados de qualidade e oferecem as comodidades hodiernas, inclusive acesso às comunicações (celular, internet), boa gastronomia e alojamentos que podem até ser rústicos, mas precisam ser limpos e agradáveis. (TRIGO, 2011, p. 353).

Tabela 9 - Capacidade hoteleira

Capacidade	Fronteira Oeste		Campos de Cima da Serra		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
1 a 5 U.H. ou quartos	0	0,0%	2	14,3%	2	10,0%
6 a 10 U.H. ou quartos	2	33,3%	6	42,9%	8	40,0%
11 a 20 U.H. ou quartos	3	50,0%	6	42,9%	9	45,0%
Sem hospedagem	1	16,7%	0	0,0%	1	5,0%
Total	6	100,0%	14	100,0%	20	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Alguns proprietários conseguiram fazer investimentos para poderem proporcionar mais conforto aos turistas, fato esse que, infelizmente não é válido para todas as propriedades estudadas. O que se observa é que na FO temos algumas propriedades com uma melhor infraestrutura, oferecendo mais conforto aos turistas. Já nos CCS claro, temos algumas propriedades com uma boa estrutura, mas a maioria delas ainda precisa de investimentos para poder atrair mais turistas ao meio rural. Trigo (2011, p. 352) complementa:

A hospitalidade rural brasileira precisa pautar-se, se quiser atrair turistas em número significativo, pelos padrões de qualidade e conforto inseridos em um desenvolvimento sustentável, dos empreendimentos nacionais e internacionais que são adequadamente planejados, implementados e operados. Não são necessários luxo nem sofisticação, mas são imprescindíveis conforto, sinalização e segurança, em suma, uma infraestrutura bem elaborada e mantida, um processo moderno e competente de gestão e, se possível, equipamentos de comunicação e lazer.

Os valores das diárias praticadas nas propriedades giram em torno de R\$ 130,00 a R\$ 300,00 o casal, diárias essas está incluso o café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar, além das bebidas e os atrativos da propriedade.

As propriedades oferecem alguns atrativos para os hóspedes, em 95% do total delas é possível pescar em açudes e rios. Quanto à caça, CCS a pratica não pode ser realizada em nenhuma das propriedades rurais, já na FO apenas uma

propriedade libera a caça, o que devemos salientar, é que na FO existe o período de caça ao javali²⁷ que é permitida por se tratar de uma praga na região, pois eles destroem plantações, abatem ovelhas e até mesmo bois. A caça foi autorizada pela Instrução Normativa Ibama 03/2013, de 31 de janeiro de 2013.

Figura 6 - Javali



Fonte: Google imagens, (Sindicato rural de Maringá)(2014)

Sobre os equipamentos de diversão disponíveis nas propriedades, podemos notar que a maioria delas utiliza os atrativos naturais disponíveis como também o dia-a-dia da propriedade como atrativo turístico, fato que atrai os turistas ao espaço rural. César e Stigliano (2012 p. 142) comentam que: “[...] o proprietário deve adaptar a sua atividade o mínimo possível, para receber o turista como se fossem ‘velhos amigos’. O turista participa do cotidiano e das produções primárias da fazenda.”

Loureiro e Kastenholz (2011 p. 582) sugerem também que o turismo no espaço rural deve oferecer maior convivência:

[...]offer the tourist a broader rural tourism experience, exceeding the provision of accommodation, through experiences such as tasting of wine or regional gastronomy, participation in rural community activities and cultural events, as well as other recreational activities creating a more complex and appealing rural tourism product.²⁸

²⁷ Mamífero de médio porte, espécie de porco selvagem.

²⁸ Oferecer ao turista uma experiência mais ampla do turismo rural, superando a oferta de alojamento, através de experiências, como degustação de vinho ou gastronomia regional, a participação em atividades rurais da comunidade e eventos culturais, bem como outras atividades de lazer, a criação de um produto turístico rural mais complexo e atraente.

Tabela 10 - Equipamentos de lazer

Equipamento	Fronteira Oeste		Campos de Cima da Serra		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Trilhas ecológicas	5	83,3%	13	92,9%	18	90,0%
Açude	4	66,7%	11	78,6%	15	75,0%
Cavalos	5	83,3%	9	64,3%	14	70,0%
Lida campeira	3	50,0%	8	57,1%	11	55,0%
Playground rústico	3	50,0%	6	42,9%	9	45,0%
Cachoeira	0	0,0%	5	35,7%	5	25,0%
Piscina	4	66,7%	0	0,0%	4	20,0%
Total	6	100,0%	14	100,0%	20	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo 2013/14

Nota: Múltipla resposta

Os motivos que fizeram os proprietários a olharem para o turismo como mais uma fonte de renda divergem entre: as belezas naturais da propriedade (45%), dinheiro (45%) e morar na propriedade (15%), respostas estas de múltipla escolha. A maioria deles permanece com a atividade turística em sua maioria por gostar e ser uma fonte de renda adicional, como podemos observar detalhadamente na tabela 11 de múltipla escolha.

Tabela 11 - Motivos para permanecer na atividade turística

Motivos	Fronteira Oeste		Campos de Cima da Serra		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Gosta	2	33,3%	9	64,3%	11	55,0%
Fonte de renda adicional	1	16,7%	5	35,7%	6	30,0%
Está tendo sucesso	0	0,0%	4	28,6%	4	20,0%
Conviver com pessoas diferentes	3	50,0%	0	0,0%	3	15,0%
Não desperdiçar o investimento	0	0,0%	2	14,3%	2	10,0%
Total	6	100,0%	14	100,0%	20	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Nota: Múltipla resposta

Quando questionados sobre as dificuldades em permanecer com a atividade turística na propriedade, a maioria dos proprietários elenca a falta de apoio governamental como primeira dificuldade, outros empecilhos elencados observar na

tabela 12. Santos e Pires (2010, p. 72) comentam que: “[...] as políticas nacionais em torno do turismo rural como paradigma geral devem estar aliadas a políticas regionais e estaduais, para que todas as diferenças sejam atendidas no processo de desenvolvimento do turismo rural.”

Os autores expressam existe a necessidade de ações integradas que envolvam a iniciativa privada, as associações, várias esferas do setor público e as comunidades para aumentar, a possibilidade do desenvolvimento do turismo rural, beneficiando direta e indiretamente múltiplos segmentos sociais, destacando, as famílias de pequenos agricultores, estimulando o cultivo de produtos básicos, agregando valor, capacitando mão-de-obra local, resgatando a cultura a autoestima, e ainda, conservando o entorno local (SANTOS E PIRES, 2002).

Tabela 12 - Dificuldades para permanecer no turismo

Dificuldades	Fronteira Oeste		Campos de Cima da Serra		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Falta de apoio governamental	3	50,0%	6	42,9%	9	45,0%
Dificuldade de acesso	2	33,3%	5	35,7%	7	35,0%
Não vê dificuldades	1	16,7%	5	35,7%	6	30,0%
Falta de divulgação	1	16,7%	3	21,4%	4	20,0%
Distância/localização	1	16,7%	2	14,3%	3	15,0%
Sazonalidade do turismo	0	0,0%	3	21,4%	3	15,0%
Total	6	100,0%	14	100,0%	20	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo 2013/14

Nota: Múltipla resposta

Além disso, 75% dos proprietários de ambas as regiões colocam a falta de mão-de-obra como a principal dificuldade operacional. Não apenas falta de mão-de-obra qualificada, mas também a falta de pessoas que queiram trabalhar principalmente em finais de semana, eles comentam que é muito difícil de conseguir trabalhadores que queiram trabalhar nesse período, e que os que começam logo já não vão mais trabalhar. Fato esse que acaba sobrecarregando as famílias rurais. Zimmermann (2010, p. 2019) leciona que:

[...] é necessário realizar um enorme esforço para incrementar a profissionalização turística dos empreendedores de turismo no espaço rural e natural, objetivando aumentar a sua capacidade de competitividade.

Nesse sentido é preciso considerar que os empreendedores do turismo rural são pessoas que antes se dedicavam a outras atividades (produção rural) e que, a partir de determinado momento, passaram a exercer uma atividade totalmente desconhecida. Da mesma forma, o corpo de empregados, de modo geral, não possui nenhuma base de conhecimento da atividade turística.

Quanto à permanência dos hóspedes nas propriedades, essa pergunta possibilitava múltiplas respostas, a maioria fica de 1 a 2 pernoites, como podemos verificar na tabela 13, a seguir.

Tabela 13 - Período de permanência dos hóspedes

Período	Fronteira Oeste		Campos de Cima da Serra		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
1 a 2 pernoites	3	50,0%	10	71,4%	13	65,0%
3 a 4 pernoites	2	33,3%	5	35,7%	7	35,0%
Mais de 5 pernoites	0	0,0%	1	7,1%	1	5,0%
Passar o dia	3	50,0%	0	0,0%	3	15,0%
Total	6	100,0%	14	100,0%	20	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Nota: Múltipla resposta

O retorno dos hóspedes é mencionado por alguns motivos, mas a maioria elenca o atendimento prestado, o contato com a natureza e a fuga do estresse como principais motivadores de retorno as propriedades rurais. Esses retornam em torno de 1 a 2 vezes por ano conforme segue a tabela 14.

Tabela 14 - Retorno dos hóspedes

Retorno	Fronteira Oeste		Campos de Cima da Serra		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
1 a 2 vezes ao ano	6	100,0%	10	71,4%	16	80,0%
3 a 4 vezes ao ano	0	0,0%	3	21,4%	3	15,0%
4 a 5 vezes ao ano	0	0,0%	1	7,1%	1	5,0%
Total	6	100,0%	14	100,0%	20	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Nota: Múltipla resposta

A maioria dos proprietários (40%) considera os resultados obtidos através do turismo como satisfatórios, foram elencadas outras opções, como podemos ver no gráfico 20.

Gráfico 20 - Resultados obtidos pelo turismo



Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Na decorrência desse capítulo, podemos entender um pouco mais os potenciais turísticos das propriedades rurais pesquisadas. A seguir iremos observar a geração de emprego e renda nas mesmas.

6.6 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

A geração de empregos nas regiões estudadas, nos mostra dados distintos. Na FO temos 11 empregados fixos que trabalham na propriedade na parte da pecuária e agricultura. Já na parte do turismo temos 2 empregados fixos apenas, contra 23 temporários, dado que assusta, pois demonstra que para o turismo a região não consegue pagar funcionários provenientes apenas dessa prática, fazendo com que sejam feitas mais contratações temporárias em períodos de alta temporada. De qualquer forma, entre contratações para pecuária/agricultura e turismo a região gera 36 postos de trabalho, independentemente de serem fixos ou temporários. A tabela 15 possibilita um melhor entendimento.

Tabela 15 - Nº de vagas de empregos fixos e temporários na FO

Modelo 1 Pecuária e Agricultura (emp. fixo)	Modelo 2 Pecuária, Agricultura e Turismo (emp. fixo)	Modelo 3 Turismo (emp. fixo)	Total de Vagas em Empregos Fixos
85% (11)	-	15% (2)	100% (13)
Pecuária e Agricultura (emp. temporário)	Pecuária, Agricultura e Turismo (emp. Temporário)	Turismo (emp. temporário)	Total de Vagas em Empregos Temporários
-	-	100% (23)	100% (23)
Total Fixo + Temp.	Total Fixo + Temp.	Total Fixo + Temp.	Total de Vagas em Empregos Fixo + Temp.
31% (11)	-	69% (25)	100% (36)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013/14

Já nos CCS, as contratações para os cuidados com a pecuária e com a agricultura geram 4 postos fixos e 4 temporários. Ainda possui, 4 trabalhadores fixos que se envolvem com a pecuária/agricultura e turismo. Separadamente o turismo emprega 9 trabalhadores fixos e 10 temporários. Note que, apesar de possuir mais propriedades rurais, os CCS geram 31 postos de trabalho, 5 a menos do que na FO com apenas 6 propriedades rurais. Segue a tabela 16 para melhor entendimento.

Tabela 16 - Nº de vagas de empregos fixos e temporários nos CCS

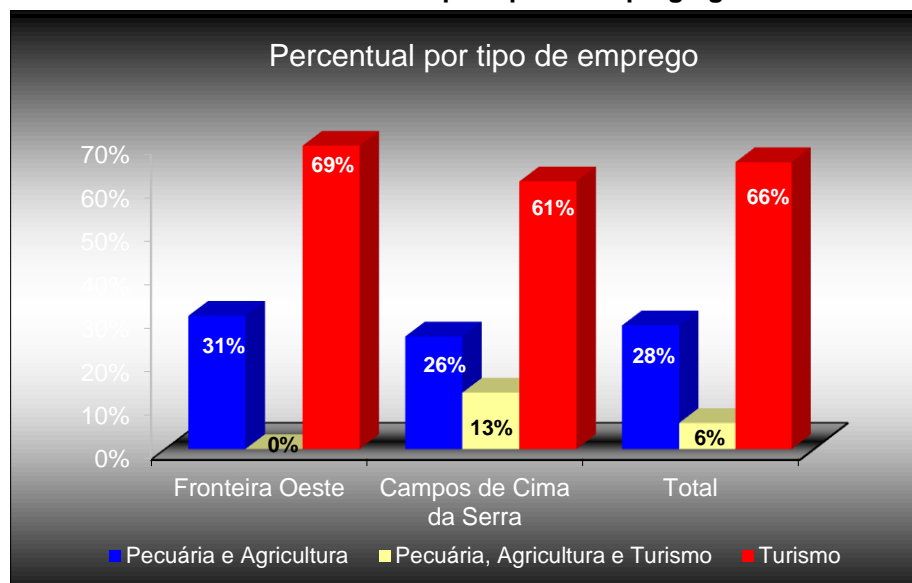
Modelo 1 Pecuária e Agricultura (emp. fixo)	Modelo 2 Pecuária, Agricultura e Turismo (emp. fixo)	Modelo 3 Turismo (emp. fixo)	Total de Vagas em Empregos Fixos
24% (4)	24% (4)	52% (9)	100% (17)
Pecuária e Agricultura (emp. temporário)	Pecuária, Agricultura e Turismo (emp. Temporário)	Turismo (emp. temporário)	Total de Vagas em Empregos Temporários
29% (4)	-	71% (10)	100% (14)
Total Fixo + Temp.	Total Fixo + Temp.	Total Fixo + Temp.	Total de Vagas em Empregos Fixo + Temp.
26% (8)	13% (4)	61% (19)	100% (31)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013/14

No geral observamos que o turismo gera mais empregos temporários, fato que se deve a sazonalidade do mesmo, que faz com que os proprietários contratem mais pessoal apenas quando estão com uma boa taxa de ocupação, caso contrário eles não conseguem manter um número elevado de funcionários durante o ano todo. Santos, Vianna e Gullo, (2012 p. 37) fazem uma referência que: *“El crecimiento en los empleos temporales puede explicarse por una situación económica favorable a inicios de la presente década, lo que motivó a los propietarios rurales a incrementar la inversión en sus propiedades.”*²⁹ Os autores fazem uma avaliação sobre os empregos temporários: *“También se percibe, en razón de las legislaciones laborales brasileñas, la creación de empleos temporales.”*³⁰

As contratações de funcionários para desenvolverem atividades referentes à pecuária e a agricultura em sua maioria são contratações fixas, pois este tipo de ocupação possui atividade durante todo o ano e necessita de mais pessoal por ser um trabalho mais pesado e específico. Podemos observar o gráfico 21 abaixo.

Gráfico 21 - Percentual por tipo de emprego gerado



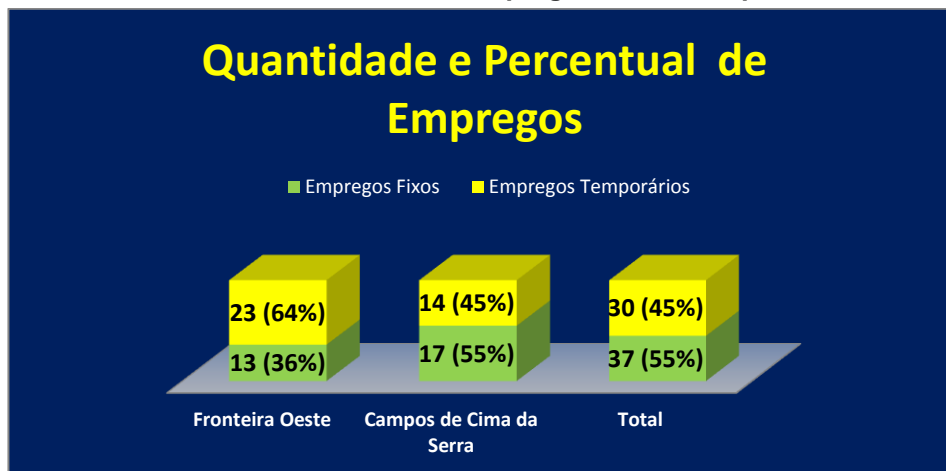
Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Com o gráfico 22 é possível termos uma melhor visibilidade em relação aos empregos fixos e temporários.

²⁹ O crescimento dos empregos temporários pode ser explicado por uma situação econômica favorável ocorrida no início da presente década, o que motivou os proprietários rurais a incrementarem os investimentos em suas propriedades.

³⁰ Também se percebe, em razão das leis trabalhistas brasileiras, a criação de empregos temporários.

Gráfico 22 - Quantidade de empregos fixos e temporários



Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Quanto aos salários, estes normalmente são pagos em torno de um salário mínimo³¹ por trabalhador fixo, os temporários na sua maioria são pagos por diárias, podemos verificar a situação nas tabelas 17, 18 e 19.

Tabela 17 - Salário Médio-Salários Mínimos/Reais/Dólares – FO

Salário Médio	Sal.		
	Min.	R\$	\$
Empregos Fixos	1,06	767,08	320,01
Empregos Temporários	1,43	1.033,30	431,08
Total	1,29	937,17	390,98

Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Tabela 18 - Salário Médio-Salários Mínimos/Reais/Dólares – CCS

Salário Médio	Sal.		
	Min.	R\$	\$
Empregos Fixos	1,20	872,24	363,89
Empregos Temporários	1,91	1.382,86	576,91
Total	1,52	1.102,84	460,09

Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

³¹ Jan/2014 - \$1,00=R\$ 2,397 – Sal. Mínimo=R\$724,00

Tabela 19 - Salário Médio-Salários Mínimos/Reais/Dólares – Total

Salário Médio	Sal.		
	Min.	R\$	\$
Empregos Fixos	1,14	826,67	344,88
Empregos Temporários	1,61	1.165,57	486,26
Total	1,40	1.013,82	422,95

Fonte: Pesquisa de Campo 2013/14

Algumas observações, referente às tabelas anteriores são necessárias, há casos de pagamentos de diárias para os empregos temporários, nesse caso foram considerados os salários mensais multiplicados por 22 dias. Os maiores salários considerados foram os de diaristas onde o valor da diária é R\$ 100,00, e desta forma, o salário mensal calculado foi de R\$ 2.200,00.

As ocupações geradas nas fazendas, normalmente na sua maioria são as de peão, capataz, diarista, serviços gerais, cozinheira, recepcionista e camareira. Lopes (2007, p. 7) explica que “as ocupações não-agrícolas tendem a se concentrar em profissões que exigem pouca qualificação, entre as quais sobressaem: os serviços domésticos, pedreiros, pintores.”

Independentemente do tipo de emprego gerado nas propriedades, notamos que ambas as regiões ainda possuem muitos empregos temporários, isso se deve a muitos fatores, mas também ao problema relatado anteriormente pelos proprietários, de que a maioria das pessoas não quer trabalhar em finais de semana e as ocupações normalmente são feitas por pessoas que residem no meio rural, pois são poucas as pessoas que residem nas cidades próximas que querem trabalhar no campo, fato também devido a dificuldade no acesso a estas propriedades, a falta de transporte para estes trabalhadores. De qualquer maneira, o turismo gera sim empregos e se o turismo no espaço rural conseguir se consolidar nas regiões estudadas e conseguir atrair mais visitantes o ano todo esse número tende a crescer.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo partiu do pressuposto, que o turismo no espaço rural dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste foi inserido nas propriedades rurais como alternativa de aumento da renda familiar. Essa foi à hipótese que se confirmou ao longo da pesquisa de campo.

O objetivo geral deste estudo foi identificar e comparar as potencialidades das propriedades rurais dos COREDEs Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste, para o desenvolvimento do turismo no espaço rural como alternativa de renda. A partir do objetivo geral delimitado, foi possível verificar que com a inserção das atividades não-agrícolas nas propriedades rurais, em especial o turismo, este foi implantado para que as famílias rurais tivessem um aumento da renda familiar, pois estas não conseguem se manter apenas com os ganhos advindos das atividades primárias.

Um dos objetivos específicos do estudo foi diferenciar as propriedades rurais que praticam turismo rural, daquelas que praticam o agroturismo. Foi identificado, que a atividade que se sobressai nos COREDEs Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste é o agroturismo, fato decorrente de que a principal atividade econômica das propriedades rurais é a atividade primária, ficando o turismo como uma receita complementar a renda familiar. O fato de o turismo não ser a principal renda familiar não gera importância, pois independentemente da renda, o que importa é que as famílias rurais possuam alternativas para continuarem no campo, e o turismo é uma ótima opção para as famílias que conseguem se adaptar a nova rotina de receber os turistas e inseri-los no seu dia-a-dia.

O outro objetivo específico foi estabelecer o perfil da geração de empregos fixos, temporários e renda nos setores primário e terciário nos COREDEs Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste. Para alcançar esse objetivo, foi necessária uma longa análise sobre as contratações que ocorrem nas propriedades rurais de cada região. O que se observa é que a Fronteira Oeste gera mais empregos fixos no setor primário, e as contratações temporárias são feitas apenas para o turismo. Já nos Campos de Cima da Serra, existem contratações fixas e temporárias para o trabalho na atividade primária, e nesse caso a região emprega mais temporários para a agropecuária do que empregos fixos. Já os empregos gerados para o turismo em

sua maioria são temporários. O dado relevante de toda a análise da geração de empregos, é que mesmo Campos de Cima da Serra possuindo um maior número de propriedades rurais, são 14 contra apenas 06 na Fronteira Oeste, existe um dado de importante análise que a Fronteira Oeste gera mais empregos (tanto fixos quanto temporários) do que as propriedades de Campos de Cima da Serra. O que ocorre, é que nos Campos de Cima da Serra as propriedades possuem uma extensão territorial menor, comparando com a Fronteira Oeste e também é uma região em que as famílias são maiores, e a maioria dos filhos reside ou trabalha na propriedade, ou seja, Campos de Cima da Serra utiliza mais a mão-de-obra familiar do que a Fronteira Oeste.

Os postos de trabalho gerados na atividade primária normalmente são de: peão, capataz, caseiro, alimentador de animais e colhedor de maçã. Já os empregos para a atividade turística são: camareira, diarista, serviços gerais, cozinheira, recepcionista e gerente.

Os salários ficam em torno de R\$ 800,00 para os empregos fixos e R\$ 1.000,00 para os temporários, dependendo dos dias trabalhados é claro.

Com a inserção do turismo no espaço rural nas propriedades rurais, essas geraram empregos advindos do turismo para a comunidade local, a maioria desses são temporários, fato que pode ser mudado se o turismo se consolidar no meio rural, se houver uma maior participação do poder público e maior divulgação para atrair um número maior de turistas durante todo o ano e não apenas em determinados períodos, fazendo dessa forma, que os proprietários possam fazer contratações fixas direcionadas ao turismo.

Buscando responder o problema de pesquisa que foi: Como ocorreu o desenvolvimento do turismo no espaço rural dos COREDEs Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste, como alternativa econômica?

Verificamos que a grande maioria dos proprietários, iniciaram as atividades turísticas nas suas propriedades para aumentarem os rendimentos familiares, na Fronteira Oeste esses proprietários eram de famílias ricas que possuíam fazendas com grande extensão territorial, e que de repente, após a morte do patriarca ou até mesmo após as crises que ocorreram no campo, essas famílias foram obrigadas a vender parte de suas terras e a explorar outra atividade para poderem obter o sustento da família. Dessa forma alguns proprietários, arrendam parte de suas terras

e implantam o turismo como uma forma de permanecer e cuidar do seu campo. Da mesma forma, nos Campos de Cima da Serra o início da atividade turística se faz, com a intensão de aumento de rendimentos, além disso, nessa região as propriedades são mais simples e menores, e as famílias ao contrário da Fronteira Oeste não possuíam muitas posses. Em função da falta de rendimentos advindos apenas da agropecuária, o turismo foi explorado para ajudar no sustento da família.

Tecendo uma breve análise, foi possível verificar que, a maioria das propriedades explora como atrativo turístico as belezas naturais de cada região e a convivência do dia-a-dia da rotina familiar e seus afazeres no campo. A respeito de equipamentos para lazer e divertimento dos hóspedes, esses são encontrados, porém não há muita opção. Ainda faltam alguns investimentos, para tornar as propriedades mais atraentes para o desenvolvimento do turismo. É fato que as pessoas que procuram o campo, estão à procura de conviver com a rotina familiar rural, porém essas também buscam conforto e algo que possa distraí-las no tempo que irão permanecer nas propriedades, além das atividades agrícolas.

A estrutura hoteleira precisa ser melhorada em ambas as regiões, porém nos Campos de Cima da Serra essa está precisando de mais investimentos, comparando-as com as propriedades da Fronteira Oeste. Os proprietários da Fronteira Oeste investiram um pouco mais nas U.H das suas propriedades. Nos Campos de Cima da Serra, a grande maioria ainda está trabalhando com pouco investimento, principalmente no que diz respeito as U.H. Nessa região elas são muito simples e ainda é utilizada a estrutura da casa dos proprietários, são necessários alguns investimentos para melhorar e captar mais turistas.

Grande parte dos proprietários rurais está satisfeita com os resultados obtidos através do turismo, e em sua maioria, elencam a falta de apoio governamental como uma dificuldade para permanecer na atividade. Se houvesse maior incentivo do setor público, principalmente no que diz respeito à divulgação, as regiões conseguiriam atrair mais turistas para o meio rural.

Esse estudo analisou o desenvolvimento do turismo no espaço rural, nas propriedades rurais de duas regiões distintas, comparativamente, sob a óptica do proprietário rural, fica aqui uma sugestão que outros estudos sejam realizados pela óptica do turista, fato relevante para a análise ser complementada. O estudo comparado das regiões é de suma importância para compreendermos melhor a

situação vivenciada na inserção da atividade turística no meio rural, e aponta para que novas investigações sejam feitas, para continuarmos a observar e verificar a continuidade da atividade turística nas duas regiões.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jalcione. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (1-267)
- ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.
- ARAÚJO, José Geraldo Fernandes. **ABC do turismo rural**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000.
- BARBOSA, Andyara Lima. O rural no olhar do turismo: novas possibilidades de desenvolvimento. In: CERETTA, Caroline Ciliane; JASPER, Juliana Rose. (orgs.). **Turismo no espaço rural: oportunidades e sinergias contemporâneas**. Pelotas: UFPEL, 2012. (p.13-26)
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 13.ed. São Paulo: Senac, 1998.
- BOULLÓN, Roberto C; BOULLÓN, Diego R. **Turismo Rural: Un enfoque global**. México: Trilhas, 2008.
- BUSBY, Graham; RENDLE, Samantha. *The transition from tourism on farms to farm tourism*. In: Tourism Management 21, 2000. P. 635-642.
- CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. **Turismo e excursionismo rural potencialidades, regulação e impactos**. Londrina: Edições Humanidades, 2005.
- CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro: uma análise estadual: Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. Vol.3. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.
- _____. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: Almeida, Joaquim Anécio; Riedl, Mário. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. (p.145-179)
- CARNEIRO, Maria José. De terra de plantação à terra de lazer. In: CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- CELESTE, Eusébio. KASTENHOLZ, Elisabeth. Quem procura o turismo no espaço rural? Especificidades do mercado da Região Centro de Portugal. In: FIGUEIREDO, Elisabete (org). **O Rural Plural olhar o presente, imaginar o futuro**. Castro Verde: 100Luz, 2011. (p. 215-230)
- CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; STIGLIANO, Beatriz Veroneze. Patrimônio rural e suas relações entre o local e o visitante: um estudo de Bananal (SP). In: Revista Rosa dos Ventos, v.4, No 2, 2012. (p. 136-157)

CHOW, Willard Tim. Integrating Tourism with rural development. In: Tourism Research VII, 1980 (584-607).

COSTA, Maria Regina Caetano. **Agricultura familiar e sucessão hereditária.** Reflexões interdisciplinares a partir da realidade do Município de Morro Redondo – RS. Pelotas: Delfos, 2008.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo.** 5ª.ed.São Paulo: Futura, 2001.

DIAS, Salvador Alves. O turismo rural e a globalização. In: Associação Portuguesa de Management e Associação dos Amigos de Pereiros (orgs). **Turismo em Espaço Rural.** Portugal: Minho, 2001.

ELESBÃO, Ivo. Impactos socioeconômicos do turismo no espaço rural. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural.** Barueri: Manole, 2010. (p.150-166)

FIGUEIREDO, Elisabete (org). **O Rural Plural olhar o presente, imaginar o futuro.** Castro Verde: 100Luz, 2011.

FLEISCHER, Aliza; FELSETEIN, Daniel. *Support for Rural Tourism: Does it make a difference?* In: Annals of Tourism Research, vol. 27, No. 4, 2000. P. 1007-1024.

GUERREIRO, Sérgio. Turismo em espaço rural políticas e perspectivas de desenvolvimento. In: Associação Portuguesa de Management e Associação dos Amigos de Pereiros (orgs). **Turismo em Espaço Rural.** Portugal: Ed. do Minho, 2001.

H. Meerta,b,G. Van Huylenbroeckc; T. Vernimmenc,M. Bourgeiosa, E. vanHeckea. *Farm household survival strategies and diversification on marginal farms.*In: Journal of Rural Studies 21, 2005. P. 81-97.

HENCHE, Blanca García. **Marketing del turismo rural.** 3.ed. Madrid: Pirámide, 2011.

HENRIQUES, Maria Adosinda. Presente e Futuro do Desenvolvimento Rural – Territorial. Novas Formas de Governação na Programação para Além de 2013. In: FIGUEIREDO, Elisabete (org). **O Rural Plural olhar o presente, imaginar o futuro.** Castro Verde: 100Luz, 2011. (p. 291-302)

HÜBNER, Marcos Leandro Freitas; BAPTISTA, Michele Marques; BERTÉLI, Michele Otobelli (Org.). **Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos.** Caxias do Sul: UCS, 2012.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo.** 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

JASPER, Juliana Rose. ROCHA, Jefferson Marçal da. O turismo no espaço rural: potencialidades e desafios para a pequena propriedade rural no Vale do Taquari/RS.

In: Congresso Internacional sobre turismo rural e desenvolvimento sustentável, 5., 2006, Santa Maria. Anais, Santa Maria: FACOS-UFSM, 2006. p. 85-86.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. 29.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LEAL, Rubens Savaris. **Pluriatividade e atividades não-agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul: anos 90**. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Rurais. Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

LIMA, Aínda Valadas de. Agricultura a Tempo Parcial Multifuncionalidade do Rural: Novas Perspectivas para o Desenvolvimento Rural? In: III Congresso de Estudos Rurais. Actas, Faro: Universidade do Algarve, 1-3 nov 2007. P 1-10.

LOUREIRO, Sandra Maria Correia; KASTENHOLZ, Elisabeth. *Corporate reputation, satisfaction, delight, and loyalty towards rural lodging units in Portugal*. In: International Journal of Hospitality Management 30, 2011. P. 575-583.

LUNARDI, Raquel. **Turismo rural: a contribuição da mulher, Campos de Cima da Serra, RS**. Santa Maria: FACOS, 2007.

MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo. Agricultura Familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território Fluminense. In: Revista Rio de Janeiro, n° 18-19, jan-dez, 2006. P. 111-130.

MARTÍNEZ, Francisco Juan. MONZONÍS, Javier Solsona. **Alojamiento turístico rural gestión y comercialización**. Madrid: Síntesis, (s.d).

MOLETTA, Vânia Florentino. GOIDANICH, Karin Leyser. **Turismo rural**. Porto Alegre: SEBRAE, 1999.

NARDI, Oni. MIORIN, Vera Maria Favila. Turismo em espaço rural e desenvolvimento local na quarta colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul. In: Congresso Internacional sobre turismo rural e desenvolvimento sustentável, 5., 2006, Santa Maria. Anais, Santa Maria: FACOS-UFSM, 2006. p. 55-56.

NOVAES, Marlene Huebes. O turismo no espaço rural de Joinville, SC, na óptica do planejamento. In: Congresso Brasileiro de turismo rural, 1999, Piracicaba. Anais, Piracicaba: FEALQ, 1999. p. 194-198.

_____. **Turismo no espaço rural de Santa Catarina: uma análise dos meios de hospedagem, no enfoque da gestão ambiental, de 2004 a 2006**. Tese de doutorado de Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2007.

OSÓRIO, Jorge. Turismo do Século XXI em espaço rural. In: Associação Portuguesa de Management e Associação dos Amigos de Pereiros (orgs). **Turismo em espaço rural**. Portugal: Minho, 2001.

PEÑA, Ana Isabel Polo; JAMILENA, Dolores María Frías; MOLINA, Miguel Ángel Rodríguez. *Validation of a market orientation adoption scale in rural tourism*

enterprises. Relationship between the characteristics of the enterprise and extent of market orientation adoption. In: International Journal of Hospitality Management, 31, 2012. P. 139-151.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e desenvolvimento regional** São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Turismo Rural. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (org.). **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro.** São Paulo: Roca, 2005.

QUEIROZ, Odaléia Telles M.M. Turismo, Espaço e estratégias de desenvolvimento local. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira. SEABRA, Giovani. QUEIROZ, Odaléia Telles M.M. **O Meio Rural e sua Apropriação pelo Turismo.** João Pessoa: UFPB, 2012.

RODRIGUES, C. G. O. O turismo e a reconstrução do espaço rural. In: Carneiro, M J. (org.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. (p. 227-246)

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo rural: práticas e perspectivas.** São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Turismo Rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org.) **Turismo rural: práticas e perspectivas.** São Paulo: Contexto, 2001.

ROQUE, Andreia Maria. VIVIAN, Antônio Marcos. O turismo no espaço rural: uma estratégia para o desenvolvimento no Estado de Minas Gerais. In: Congresso Brasileiro de turismo rural, 1999, Piracicaba. Anais, Piracicaba: FEALQ, 1999. p. 170-173.

RUSCHMANN, Doris van de M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: Almeida, Joaquim Anécio; Froehlich, José Marcos; Riedl, Mário (orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Campinas: Papirus, 2000. (p. 63-73)

SALVATIERRA, Neptalí Monterroso. VILLARREAL, Lilia Zizumbo. (orgs.). **Contra la domesticación del turismo los laberintos del turismo rural.** Toluca: Maporruá, 2010.

SANTOS, Alessandra Santos dos; PIRES, Paulo dos Santos. Políticas públicas de turismo rural: uma alternativa necessária. SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural.** São Paulo: Manole, 2010. (p. 60-79).

SANTOS, Eurico de Oliveira; VIANNA, Silvio Luiz Gonçalves; GULLO, Maria Carolina Rosa. *Evolución de la renta, empleo y sueldos en propiedades rurales que ofrecen agroturismo y turismo rural en Mitad Sur de Rio Grande do Sul, Brasil (1997-2011).* In: *El Periplo Sustentable, No 23, 2012.* (p. 27-47)

SANTOS, Eurico de Oliveira; ALMEIDA, Joaquim Anécio; SOUZA, Marcelino de. Turismo em propriedades rurais da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. In:

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (org.). **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

_____. **O agroturismo e o turismo rural em propriedades da Metade Sul do Estado do Rio Grande do sul**. Porto Alegre: Pallotti, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Atividades não-agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul**. In: Almeida, J.A.; Riedl, M. *Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: EDUSC, 2000. (p.15-50)

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: MARTINEZ, Valle Luciano (org). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito: Flasco, 2009. V.1, p.132-161.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHIMITT, Cláudia Job. **O uso do método comparativo nas ciências sociais**. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, 1998. V.9. p.49-87.

SHARPLEY, Richard. *Rural tourism and the challenge of tourism diversification: the case of Cyprus*. In: *Tourism Management* 23 (2002). P. 233-244.

SHARPLEY, Richard; VASS, Adrian. *Tourism, farming and diversification: An attitudinal study*. In: *Tourism Management* 27 (2006). P. 1040-1052.

SILVA, Luís. **Os impactos do turismo em espaço rural**. *Antropologia Portuguesa* 22/23, 2005/2006: 295-317. Universidade de Coimbra Portugal.

SMITH, Valente S. **Anfitriones e invitados antropología del turismo**. Madrid: Endymion, 1992.

SOUZA, Marcelino de. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. Tese de Doutorado, Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

SOUZA, Marcelino de. ELESBÃO, Ivo. (orgs). **Turismo rural Iniciativas e inovações**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2003.

TRIGO, Luis Gonzaga Godoi. **Turismo básico**. 6.ed. São Paulo: SENAC, 2002.

_____. Prefácio. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010. (p.xxi-xxiv)

_____. Hospitalidade no turismo rural. In: SOUZA, Marcelino de. ELESBÃO, Ivo. (Orgs.). **Turismo Rural Iniciativas e Inovações**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

TULIK, Olga. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010.

_____. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo: desenvolvimento local**. São Paulo: HUCCITEC, 1997.

_____. **Turismo Rural**. São Paulo: ALEPH, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

ZDEPSKI, Fabíola Bevernanço. Aspectos determinantes da oferta para o desenvolvimento do turismo rural. In: OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza et al. Turismo no espaço rural brasileiro – 3º Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 2001, Piracicaba. Anais, Piracicaba: FEALQ, 2001.

ZIMMERMANN, Adonis. **Turismo rural: um modelo brasileiro**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.

_____. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio. FROELICH, José Marcos; RIEDL, Mário. (Orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Ed. Papirus, 2000. (p.127-142)

_____. Inteligência comercial para os produtos de turismo nos espaços rural e natural. SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. São Paulo: Manole, 2010. (p. 209-221).

Sites Consultados:

ATLAS SÓCIO ECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES**. Disponível em <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

Disponível em: <http://www.coredeccs.com/> planejamento estratégico COREDE CCS. Acesso em 06/05/2014.

Disponível em: <http://www.coredesul.org.br/Pagina/9/O-QUE-SAO-E-COMO-FUNZIONAM-OS-COREDES-%96RS> o que são etc. Acesso 06/05/2014

FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. **Corede Campos de Cima da Serra**. Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Campos+de+Cima+da+Serra>. Acesso em 27 mar. 2013.

FIALHO, Marco Antônio Verardi (2003), Turismo rural e o emprego não-agrícola: o caso da Rota Colonial de Dois Irmãos – Rio grande do sul – Brasil. Disponível em:

<<http://www.fidamerica.cl/erna/documentos/turismorural>.> Acessado em 25 fev. 2013.

FIGUEROA, Luis Andrés Martínez. **Turismo Rural: una nueva alternativa de agronegocios**. Documento web
<http://www.agro.uba.ar/sites/default/files/turismo/publicaciones/MARTINEZ.pdf>. >. Acesso em 27 mar. 2013.

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO). Disponível em:
<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=vfr0AWuoGM4%3D> Acesso 06/05/2014 (Planejamento estratégico COREDE FO)

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Lei n.º 10.283, de 17 de outubro de 1994. Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul**. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

VILLELA, Mario Hamilton. **Agroturismo, uma valiosa alternativa**. Documento web Disponível em: <http://www.paginarural.com.br/artigo/935/agroturismo-uma-valiosa-alternativa>. Acesso em: 31 mar. 2013.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O PROPRIETÁRIO RURAL

APÊNDICE B – FOTOS

Unidades Habitacionais Campos de Cima da Serra



Unidades Habitacionais Fronteira Oeste

